

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DECÊNIO 2014/2024

LEI FEDERAL Nº 13.005 DE 25 DE JUNHO DE 2014



JUNHO DE 2015

Secretária da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Renata Celeguim

Secretária Adjunta da Cultura

Taiana Garcia Mendes

Diretora da Gestão da Educação Básica

Josefa Nunes de Oliveira

Secretária Adjunta do Esporte e Lazer

Silmara Ciampone

Diretora da Gestão da Política Pedagógica

Silmária de Jesus Pimentel

Assessoria

Adriana Nicodemo

Elaine Pedreiro

Euler Jorge Nogueira

Iraci Teodomira da Silva

Rosana Aparecida Nunes

Rosângela Pacola

Gestores de Núcleo

Alessandro Machado Matias – de Apoio Administrativo

Andreia dos Santos de Jesus – de Programas e Projetos Pedagógicos

Luciane Moreira da Silva – de Informação e Planejamento

Maria Conceição Virgílio – de Planejamento Nutricional e Logística

Marilene Ap. Barbosa Dantas – de Gestão Pedagógica e da Avaliação dos Resultados

Sebastião Sergio Faria – de Apoio Jurídico

Dimas Rocha Silveira – de Criação de Espaços Pedagógicos

Coordenadores

Alexandre Gilberto Zottino – do Almoxarifado da Educação

Leiliane dos Santos Magalhães – de Nutrição

Paulo Gustavo Monteiro Rodrigues – de Planejamento da Demanda

Valéria Xavier Tonolli – de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira

Vandré Luiz de Jesus Simões – do Controle Patrimonial

Supervisores de Ensino

Águida Aparecida Moraes Machado

Carla Loriano Pinto

Gláucia Maria de Jesus Mandri

Luciana dos Santos Batista

Márcia Viana Pereira Benga

Paulina Maia Pinto

Soraya Cristiane Silva Pio

Assistentes Técnicos Pedagógicos

Alex Roberto Silva

Ana Paula de Assis

Andreia dos Santos Bruno

Josiane Viviane Pereira

Meiriluce Oliveira Lima de Souza

Patrícia Feliciano

Tiago Emanuel Soares

Gestores Municipais

EMEB Aduino Estevam de Miranda e Silva	Prof ^{fa} . Claudia Alvarenga de Moraes
EMEB Aleksandra Ap ^a Siqueira da Silva	Prof ^{fa} . Irineia Monteiro da Silva
EMEB Ana de Souza Casemiro	Prof ^{fa} . Zenaide Ap. Alves S. Silva
EMEB Antonio Carlos Jobim	Prof ^{fa} . Sandra Matos de Oliveira
EMEB Antonio Faria	Prof ^{fa} . Jane Rodrigues dos Santos
EMEB Arnaldo Guassieri	Prof ^{fa} . Patrícia Gaitan Castellanos
EMEB Carlos Eduardo de Souza	Prof ^{fa} . Iolanda Ribeiro
EMEB Clarice Lispector	Prof ^{fa} . Isabel Cristina da Silva
EMEB Cecília Meireles	Prof ^{fa} . Fernanda Morelato Busquia
EMEB Cévero de Oliveira Moraes	Prof ^{fa} . Carine de Cássia Evangelista
EMEB Clóvis Roberto de M. e Silva	Prof ^{fa} . Sandra Borges Garcia
EMEB Dionysio Bovo	Prof ^{fa} . Patrícia de Sousa S. Carneiro
EMEB Donald Savazoni	Prof ^{fa} . Delma Ap. Nery
EMEB Dr. Alceu Anzelotti	Prof ^{fa} . Daniela Pereira Fabrette
EMEB Machado de Assis	Prof ^{fa} . Elisangela Naziozeno Pereira
EMEB Dulce Moreira de Araújo, Prof ^{fa} .	Prof ^{fa} . Alvonice de Almeida Sabino
EMEB Erico Verissimo	Prof ^{fa} . Andrea Carvalho Amorim
EMEB Euclides da Cunha	Prof ^{fa} . Luciana Giacomini
EMEB Florestan Fernandes	Prof ^{fa} . Ana Claudia de Almeida
EMEB Francisco de Paula Brandão	Prof ^{fa} . Maria Gorete O. Menegasse
EMEB Graciliano Ramos	Prof ^{fa} . Samara dos Santos Nunes
EMEB Guido Severino de Sousa	Prof ^{fa} . Thais Ferreira Monteiro
EMEB Heitor Vila Lobos	Prof ^{fa} . Adriana Borges Lima Silva
EMEB Jannette Tenório Assunção, Prof ^{fa} .	Prof ^o . Gilson Rodrigues
EMEB Jardim Progresso	Prof ^{fa} . Alessandra Isidoro Pimentel
EMEB Jose Augusto Moreira	Prof ^{fa} . Solange de Souza Mendes
EMEB Jose Mauro Vasconcelos	Prof ^{fa} . Maryland Lopes O. Moreno
EMEB Jose Seixas Vieira	Prof ^{fa} . Meire Ribeiro da S. Araujo
EMEB Juvenal Gomes do Monte	Prof ^{fa} . Deise Priscila da Costa
EMEB Luiz Simionato	Prof ^{fa} . Silvia Mazzei Gonçalves
EMEB Maria Aguilar Hernandez	Prof ^{fa} . Marlene P. Freitas Doratiotto
EMEB Mariana Thomaz Ferreira	Prof ^{fa} . Edna Gomes Moreira
EMEB Mario Quintana	Prof ^{fa} . Claudia Santos Nascimento
EMEB Ministro Paulo Renato Souza	Prof ^{fa} . Sandra Brito de Souza
EMEB Ministro Sérgio Motta	Prof ^{fa} . Edilaine Gonçalves Cortez

EMEB Nelson Rodrigues	Prof ^a . Miriam Melo da Silva
EMEB Nilza Dias Mathias	Prof ^a . Regina Silvia Speratti
EMEB Noel Rosa	Prof ^a . Roselaine Cristina Melli
EMEB Oduvaldo Viana Filho	Prof ^a . Francisca Virgolina Oliveira
EMEB Oscar Lustosa Pinto	Prof ^a . Regiane de Medeiros Araujo
EMEB Padre Egydio José Porto	Prof ^a . Wanderley Adão Soares
EMEB Palmiro Gaborim	Prof ^a . Rosinei Lira Medeiros
EMEB Paulo Benevides Franco de Godoy	Prof ^a . Yara ribeiro Viana Costa
EMEB Paulo Cardoso de Azevedo, Prof.	Prof ^a . Isnéia D. Franco de Campo
EMEB Izildinha Ap.Nicodemo Jorge, Prof ^a	Prof ^a . Adriana Maria dos Santos
EMEB Prof ^a Telma Simas Garcia, Prof ^a .	Prof ^a . Lilian Patrícia Dornelles
EMEB Roberto Meconi	Prof ^a . Edna Albuquerque Ferreira
EMEB Teresa Barqueta	Prof ^a . Flavia Aguiar de M. Gomes

Gestores Estaduais

EE Adail Jarbas Duclos, Jornalista	Prof ^a . Amália R. Miranda
EE Adamastor Baptista, Prof ^o	Prof ^o . José Alves Filho
EE Azevedo Soares	Prof ^a . Vânia Ap. Ribeiro
EE Benedito Aparecido Tavares, Prof ^o	Prof ^a . Cassia Rita Nicoleti
EE Benedito Fagundes Marques, Prefeito	Prof ^a . Damaris B. da Costa
EE Domingos Cambiaghi, Prof ^o .	Prof ^a . Marisa Cecconelo
EE Elvira Parada Manga, Prof ^a .	Prof ^a . Elza A. de Araujo
EE Iraci Sartori Vieira da Dilva, Prof ^a .	Prof ^a . Cristina Ivete dos Santos
EE Isaura de Miranda Botto, Prof ^a .	Prof ^o . Marcelo Reis
EE Ivone dos Anjos da Silva Campos, Prof ^a .	Prof ^a . Maria José A. Ortiz
EE Pedro Lelis de Sousa, Prefeito	Prof ^a . Leiliane Ap. Bellamia
EE Jocimara Vieira da Silva, Prof ^a .	Prof ^a . Rosangela B. Miossi
EE Kátia Maria Tarifa Leme Tonelli, Prof ^a .	Prof ^a . Marcília Fátima Gobbo
EE Luiz Alexandre dos Santos, Vereador	Prof ^a . Maria José dos Santos
EE José Parada, Prof.	Prof ^o . Walter Ap. de Lima
EE Paulo Duarte	Prof ^a . Telma Menegate de Carvalho
EE Rituco Mitani, Prof ^a .	Prof ^a . Noraci Lellis do N. Santos
EE Zilton Bicudo, Prof.	Prof ^a . Maria Ivelise B. de Almeida
ETEC "Dr Emilio Hernandez Aguiar, Prefeito	Prof ^o . João Eduardo Ferreira

Comissão Organizadora

Em 04 de maio de 2015, por meio do Decreto Municipal nº 2.309 foi constituída a Comissão de organização e sistematização do Plano Municipal de Educação composta pelos seguintes representantes:

Rede Municipal de Ensino

Iraci Teodomira da Silva
Josefa Nunes de Oliveira
Luciana dos Santos Batista
Renata Celeguim
Silmária de Jesus Pimentel
Soraya Cristiane Silva Pio

Rede Estadual de Ensino

José Carlos Calado
Lélia Hartmann Torres
Telma Menegate Piccioli

Ensino Profissionalizante

João Eduardo Ferreira



Secretaria de Assuntos
Jurídicos e da Cidadania

DECRETO Nº 2.309/2015 (04 de maio de 2015)

Dispõe sobre: "Nomeação da Comissão de Organização e de Sistematização do Plano Municipal de Educação".

FRANCISCO DANIEL CELEGUIM DE MORAIS, Prefeito do Município de Franco da Rocha, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação;

Considerando que é dever do Município elaborar e aprovar, no âmbito de suas responsabilidades, o seu respectivo Plano Municipal de Educação;

DECRETA

Art. 1º. Fica constituída no âmbito do Município de Franco da Rocha a Comissão de Organização e de Sistematização do Plano Municipal de Educação, a fim de promover a adequada elaboração do referido plano em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 13.005/2014.

Art. 2º. Ficam nomeados os membros para a Comissão de Organização e de Sistematização de que trata o art. 1º deste decreto.

I - Representantes da Secretaria da Educação do Município:

- Josefa Nunes de Oliveira
- Renata Maria de Araújo Celeguim
- Soraya Cristiane Silva Pio
- Silmária de Jesus Pimentel
- Iraci Teodomira da Silva
- Luciana dos Santos Batista


Prefeitura de Franco da Rocha
Tel: (11) 4443-1725
www.francoarocha.sp.gov.br



Secretaria de Assuntos
Jurídicos e da Cidadania

II - Representantes da Secretaria da Educação do Estado:

- José Carlos Calado - E.E. Benedito A. Tavares
- Lélia Hartmann Torres - Diretoria de Ensino - Caieiras
- Telma Menegate Cardoso Piccioli - E.E. Paulo Duarte

III - Representante do Ensino Profissionalizante

- João Eduardo Ferreira - ETEC Dr. Emilio Hernandez Aguilar

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura do Município de Franco da Rocha, 04 de maio de 2015.


FRANCISCO DANIEL CELEGUIM DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado na Secretaria dos Assuntos Jurídicos e da Cidadania da Prefeitura do Município de Franco da Rocha e cópia afixada no local de costume, na data supra.

Prefeitura de Franco da Rocha
Tel: (11) 4443-1725
www.francoarocha.sp.gov.br
Avenida Liberdade, 250 - Centro - Franco da Rocha/SP | CEP 07640-525

AGRADECIMENTOS

O processo de construção deste Plano contou com a participação de vários colaboradores em diversos estudos, tarefas e atividades. Nossos agradecimentos especiais àqueles que contribuíram com seus conhecimentos e experiência na educação como a Professora Adelaide Jóia, com vasta experiência na Educação Infantil; o Professor José Carlos Tuon, na docência da Educação Superior; a Professora Luciana Cury, com sua experiência na educação inclusiva; o Professor João Cardoso Palma Filho, em sua brilhante palestra sobre a história da educação nacional e a construção do Plano Nacional da Educação; além do Professor Eric Winandy, com sua apresentação sobre a instalação da FATEC no município.

Este plano não seria possível sem as iniciativas do Professor Ricardo Costa, que, à frente da Secretaria nos anos de 2013 e 2014, conduziu a respectiva equipe para participar das discussões que construiu a Lei do Plano Nacional e, em especial, possibilitou a participação da Ação Educativa, que direcionou os primeiros debates.

Para abrilhantar os nossos eventos e demonstrar o talento e a capacidade de criação das nossas crianças e jovens, agradecemos aos alunos das Escolas Estaduais Azevedo Soares, Paulo Duarte e Zilton Bicudo; ao Professor Will, da Secretaria Adjunta da Cultura, com seus intensos alunos, apresentando a “Dança de Rua”; ao Mestre Costinha, da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social e seus disciplinados alunos da Capoeira; ao cantor José Pedro Bastos Ramos, que nos contemplou com belas canções da MPB; ao Jair José Godoy Cardoso, que coordenou as apresentações e aos *performances* Fábio e Marcelo, que nos emocionaram com a triste história do massacre dos professores do Paraná.

A presença do Prefeito Municipal e dos secretários nos honrou e legitimou a construção deste plano, com metas que exigirão o envolvimento de todos e, ao Professor Jadilson Lourenço da Silva, pela contribuição nas metas do Ensino Superior e na cara companhia.

Agradecemos ao Presidente do Poder Legislativo de Franco da Rocha, Vereador Toninho Lopes, por ter cedido o espaço da Câmara Municipal e participado da audiência pública em 9 de junho, e também, a presença do

vereador Eric Valini, este, nos fóruns de debates, que como membro da comissão de educação da Câmara Municipal se dispôs a agilizar o processo de aprovação do Projeto de Lei do PME, além da responsável participação dos conselheiros dos Conselhos da Saúde, do CMDCA, da Juventude e do CONSEG.

Ao empenho do Professor Celso Nicoletti, pela promoção dos debates nas escolas estaduais e estímulo a participação da comunidade escolar nos eventos municipais, ações imperativas para o fortalecimento do regime de colaboração entre os sistemas municipal e estadual.

Aos funcionários da Diretoria de Comunicação com a elaboração do material gráfico e publicitário, a Diretoria de TI na construção do fórum *online*, a Diretoria de Suprimentos, na contratação dos serviços necessários, ao Fundo Social de Solidariedade e ao Núcleo de Nutrição e Logística, que garantiram deliciosos lanches.

A calorosa acolhida da ETEC Emílio Hernandez Aguiar, representada pelo Professor João Eduardo Ferreira, a equipe de funcionários, aos alunos, com um organizado cadastramento, possibilitando um desenvolvimento tranquilo e de qualidade dos trabalhos e dando início a uma forte parceria.

Aos gestores municipais e estaduais que compareceram aos debates ou promoveram as discussões em suas unidades, estimulando a participação de professores, pais, alunos que contribuíram com sugestões, e a todos os funcionários da Secretaria da Educação, que possibilitaram a construção deste plano com informações, organização de materiais e espaços, nosso profundo agradecimento.

Comissão organizadora

ÍNDICE

Equipe da Secretaria Municipal	002
Gestores Municipais	003
Gestores Estaduais	004
Comissão organizadora	005
Agradecimentos	006
Introdução	010
Legislação	011
Metodologia de Trabalho	012
Fórum <i>online</i>	023
Calendário de Eventos	024
Folder de Divulgação	025
Comunicado às Escolas Municipais.....	026
Instituições e Entidades Convidadas.....	027
Publicação dos eventos na mídia local.....	028
Mapa da cidade	030
Dados Gerais do Município	031
O PME e o PPA	054
Meta 01 – Educação Infantil	057
Meta 02 e 05 – Ensino Fundamental e Alfabetização	067
Meta 03 – Ensino Médio	080
Meta 04 – Educação Inclusiva	087
Meta 06 – Educação de Tempo Integral.....	096
Meta 07 – Qualidade no ensino com Aprendizado na Idade Certa.....	102
Meta 08 – Escolaridade Média	115
Meta 09 – Alfabetização de Jovens e Adultos	115
Meta 10 – EJA integrada à Ed. Profissional.....	122
Meta 11 – Educação Profissional.....	122
Meta 12 – Educação Superior.....	126
Meta 13 – Titulação de Professores do ES.....	126
Meta 14 – Pós-graduação	126
Meta 15 – Formação de Professores.....	126
Meta 16 – Formação continuada de professores.....	126

Meta 17 – Valorização do Professor.....	133
Meta 18 – Plano de Carreira Docente.....	137
Meta 19 – Gestão Democrática	139
Meta 20 – Financiamento da Educação.....	143
Conclusão	151
Relação de Gráficos e tabelas	152
Bibliografia	155
Quadro das Escolas por região.....	156

INTRODUÇÃO

O artigo 214 da Constituição Federal de 1988 estabelece a obrigatoriedade da elaboração do Plano Nacional de Educação Decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias, assegurando a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos entes federados, objetivando a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade do ensino, a formação para o trabalho, a promoção humanística, científica e tecnológica e a garantia de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Mas antes da promulgação da Constituição de 1988 ocorreram outras iniciativas, como em 1932, com o lançamento do "Manifesto dos Pioneiros da Educação", que resultou na inclusão de um artigo na Constituição de 1934, para estabelecer o plano nacional de educação. Em 1962 foi elaborado o plano, baseado na LDB nº 4.024/61 e em 1965, este sofreu alterações atendendo a lógica dos Governos Militares.

Apesar da LDB nº 9.394, em 1996 estabelecer a responsabilidade da União na elaboração do Plano junto com os Estados e os Municípios, instituindo a Década da Educação, apenas em 2001 foi aprovada a Lei nº 10.172, com metas estabelecidas para 10 anos (2001/2011).

O atual Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei 10.005 de 26 de junho de 2014 contempla todos os níveis, modalidades e etapas educacionais, com estratégias específicas para a redução da desigualdade e inclusão de minorias, como alunos com deficiências e em regime de liberdade assistida, acesso a uma Educação de qualidade, garantia de permanência, formação inicial e continuada de professores e outros profissionais, melhorias nas condições de trabalho que tornem a carreira docente mais atraente e o aumento do financiamento público da Educação e principalmente na gestão democrática dos sistemas e das Unidades de Ensino.

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

A construção deste Plano Municipal de Educação foi norteada pelos princípios definidos nas leis apontadas a seguir:

- ✓ Constituição Federal, de 05/10/88;
- ✓ Lei nº 9394, de 20/12/96 instituiu as diretrizes e bases da educação nacional;
- ✓ Lei nº 9424, de 21/12/96 instituiu e disciplinou o FUNDEF;
- ✓ Lei nº 11.274 de 06/02/06, instituiu o ensino de 9 anos;
- ✓ Lei nº 11.494 de 20/06/07, instituiu e disciplinou o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB;
- ✓ Lei nº 11.738 de 16/07/08, instituiu o piso nacional dos professores;
- ✓ Lei Municipal nº 896 de 07/12/12, instituiu o Plano Municipal;
- ✓ Lei Federal nº 13.005, de 25/06/14, instituiu o Plano Nacional da Educação com metas para 10 anos;

A Lei Municipal nº 896 de 07 de dezembro de 2012 foi promulgada um ano depois de findada a década definida na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional da Educação para o decênio 2001/2011.

Considerando a extemporaneidade da lei municipal vigente e diante da possibilidade prevista no artigo 8º da Lei nº 13.005/2014, que determina que “(...) os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei (...)”, realizamos a análise desta, para promover o necessário ajuste, constatando o seguinte:

- ✓ Não foram apontadas as ações para as metas 5, 8, 13, 14 e 17;
- ✓ As ações apontadas para as metas 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 18, 19 e 20 não foram quantificadas;
- ✓ Não há previsão de instrumento de monitoramento da execução do plano;
- ✓ Não há ação objetiva que garanta o regime de colaboração entre os entes da federação, em especial com a Diretoria Regional de Ensino em relação ao atendimento a demanda de 6 a 10 anos;
- ✓ Não há informações sobre a participação de representantes da comunidade escolar e da sociedade civil;
- ✓ Há elementos pertinentes ao regimento das escolas municipais, fora do escopo do Plano decenal;

METODOLOGIA DE TRABALHO

Dos princípios que norteiam a Lei nº 13.005/14, que institui o Plano Nacional da Educação, transpostos da LDB de 1996, a gestão democrática dos sistemas, das unidades escolares, e principalmente, a participação da comunidade escolar e da sociedade civil nas ações do ensino e na avaliação dos resultados é a garantia de que os recursos conquistados para custear a educação pública, resultarão em qualidade.

Diante disso, ao definir a metodologia de trabalho para a construção deste plano promoveu-se ações que possibilitaram a ampla participação dos profissionais do ensino, dos representantes da comunidade escolar e da sociedade civil, conforme prevê o § 2º do art. 8º, da lei federal.

Inicialmente, em conjunto com os gestores estaduais, organizaram-se reuniões nas unidades escolares para avaliar a abrangência das 20 metas estabelecidas na lei, destacando aquelas que estão dentro da governabilidade do município, sem deixar de propor reflexões e ações para aquelas que dependem de outros entes da federação.

As 20 metas foram divididas entre os seguintes mediadores que tiveram a responsabilidade de construir coletivamente durante os fóruns de debates as diretrizes, os objetivos, o diagnóstico e as ações da respectiva meta, no âmbito nacional e municipal.

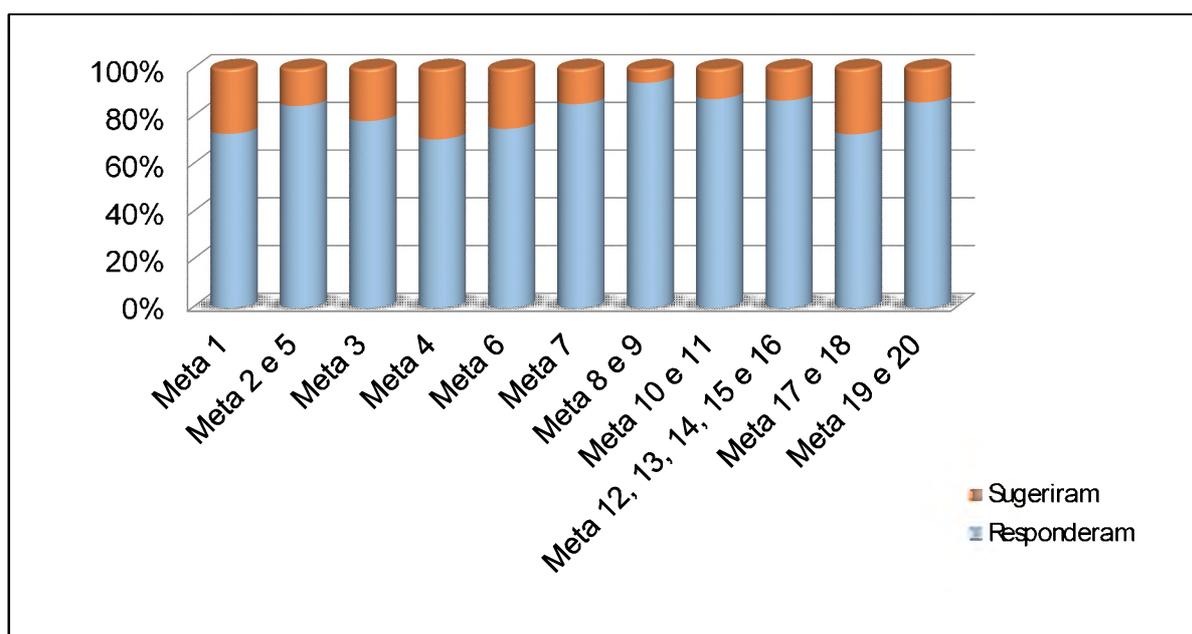
Mediadores dos debates

- ✓ Meta 1: Iraci Teodomira da Silva e Márcia Viana
- ✓ Meta 2 e 5: Silmária Pimentel e Andreia Bruno
- ✓ Meta 3: Ana Paula e Renata Celeguim
- ✓ Meta 4: Andreia dos Santos de Jesus e Maria das Graças G. Cruz
- ✓ Meta 6: Alex Roberto da Silva e Patrícia Feliciano
- ✓ Meta 7: Luciana dos Santos Batista, Marilene Dantas e Glaucia Mandri
- ✓ Meta 8 e 9: Soraya Pio e Carla Loriano Pinto
- ✓ Meta 10 e 11: João Eduardo Ferreira
- ✓ Meta 12, 13, 14, 15 e 16: Jadilson Lourenço Silva e Wanderley Adão Soares
- ✓ Meta 17 e 18: Josefa Nunes e Paulina Maia Pinto
- ✓ Meta 19 e 20: Renata Celeguim e Rosana Nunes

Os fóruns de debates, a partir da apresentação das metas e respectivas estratégias de enfrentamento, definindo separadamente, aquelas que estão ou não na governabilidade do município, ocorreram nos dias 25 de abril, para as metas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 17, 18, 19 e 20 e no dia 27 de abril, para as metas, 3, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16.

Como resultado dos fóruns cada mediador produziu, com o seu grupo de debates, um rol de ações de enfrentamento para o alcance das metas, que foram apresentadas na Conferência da Educação no dia 16 de maio. Neste dia os participantes puderam analisar as ações definidas, responder sobre a concordância ou discordância das mesmas, e contribuir com sugestões ou comentários, conforme o **gráfico 1** a seguir:

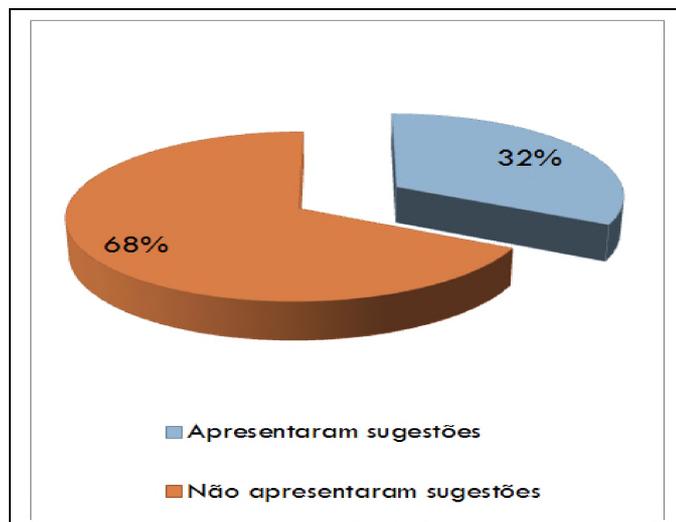
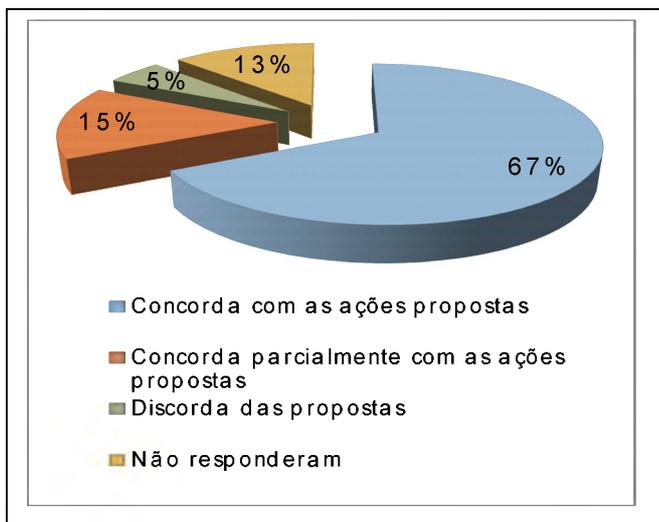
Gráfico 1
Comparativo - Nível de Contribuição por Meta



As sugestões e comentários referem-se ao material apresentado durante a conferência, devidamente numerado, e foram incorporados às ações definidas por metas, dentro da governabilidade do município.

META 1

Gráficos 2 e 3

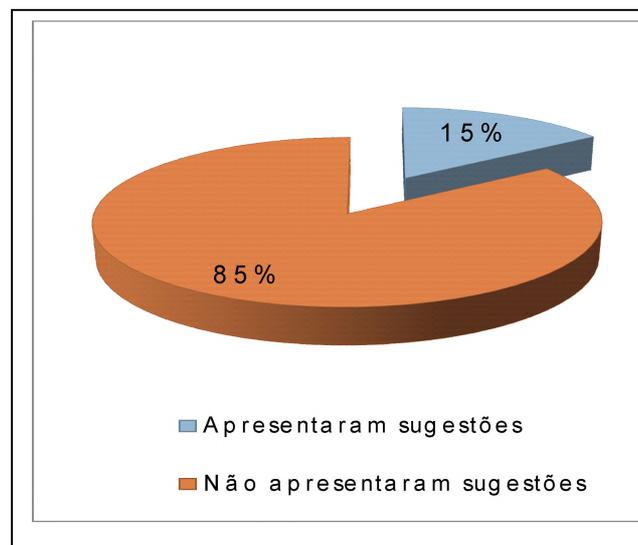
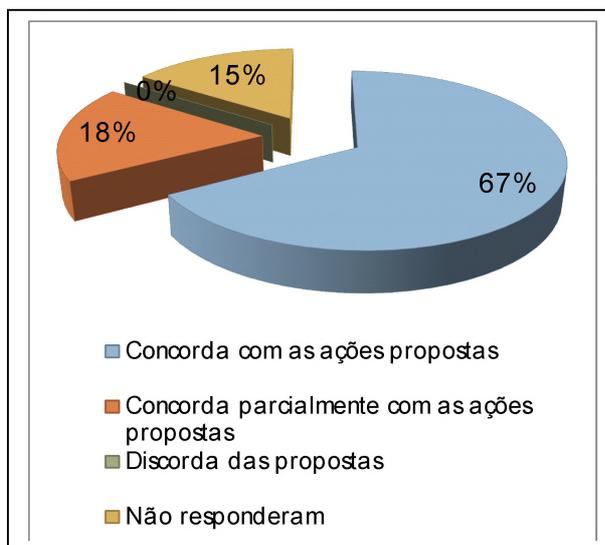


Meta 1 - Comentários e sugestões:

- ✓ Gostaria de saber como será a avaliação de aptidão para os profissionais da Educação Infantil?
- ✓ Quais os critérios para o atendimento às crianças?
- ✓ Promover mais encontros entre os Gestores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
- ✓ Garantir o atendimento Educação Especializada na Educação Infantil a todos;
- ✓ A árvore para ser forte e bela, precisa ter raízes fortes;
- ✓ A Educação para ser de qualidade, deve ser na tenra infância;
- ✓ Quero salientar a importância da ampliação de salas nas U.Es existentes e as construções de novos prédios escolares, pois desta forma teremos condições de atender a demanda municipal, além de captar alunos que hoje estudam na rede estadual, aumentando assim os repasses e recursos financeiros;
- ✓ Concordo com ampliações de creches para atender as crianças de 0 a 3 anos, mas vocês poderão reduzir o número de crianças em sala de aula para o melhor desempenho dos profissionais;
- ✓ Demanda: As mães que realmente trabalham e comprovem, terão direito a período integral, as mães que não trabalham terão direito a meio período, podendo escolher caso tenha um período de opção. Não tirando o direito da criança em frequentar escola e ter momentos com sua família.
- ✓ Que se reduza o número de alunos em sala de educação Infantil nas pré-escolas, as salas chegam a ter 34 alunos. Devem-se respeitar as quantidades estabelecidas de acordo com a lei.
- ✓ Sugiro que reduza o número de alunos na Educação Infantil de acordo com o estabelecido no Referencial curricular (para 25 alunos);
- ✓ Que até 2017 seja garantido por lei, a permanência na escola de pelo menos 50% dos alunos;

META 2 e 5

Gráficos 4 e 5

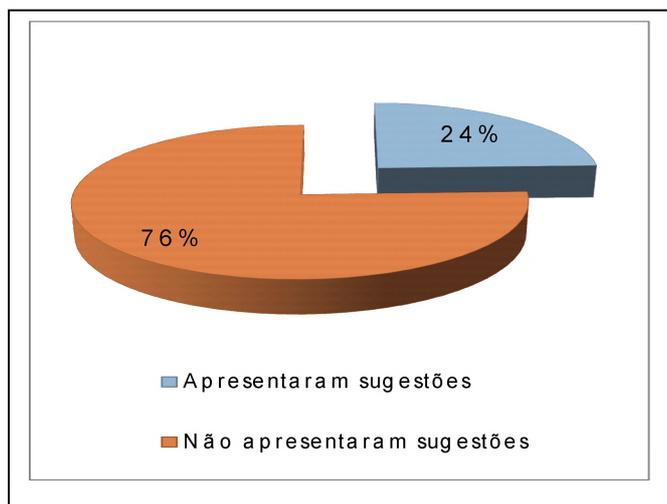
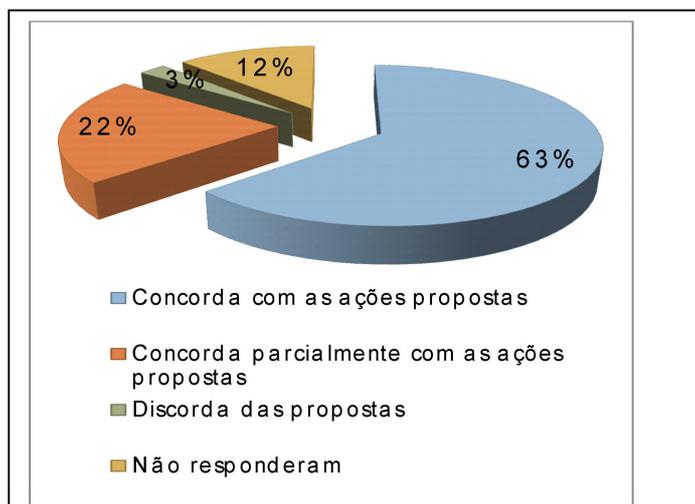


Metas 2 e 5 - Comentários e sugestões:

- ✓ Acredito que 95% seja um número muito alto a ser alcançado, ficaria entre 80%;
- ✓ 2017 – Criar na própria escola um laboratório amplo e equipado, próprio para desenvolver atividades mais dinâmicas nas áreas de matemática, ciências arte etc...
- ✓ Meta 2 – Sugestão, mas com especialista de arte na formação dos Educandos.
- ✓ Principalmente reforçando na meta 5, em 2016 no item 2;
- ✓ Meta 5 – 2017 – o nosso município necessita de um complexo educacional com todas essas qualificações;
- ✓ Que os encontros formativos mensais não sejam de julgamento a ação do professor, mas que mostre a ele outras formas de atuar, para que haja uma educação de qualidade e que o professor se sinta amparado e motivado a agir da melhor forma possível;
- ✓ Por isso garantir que todos os alunos estejam matriculados no ensino infantil até 2017 para o cumprimento de 95% de acordo com a meta 02 e construção de mais escolas no município.

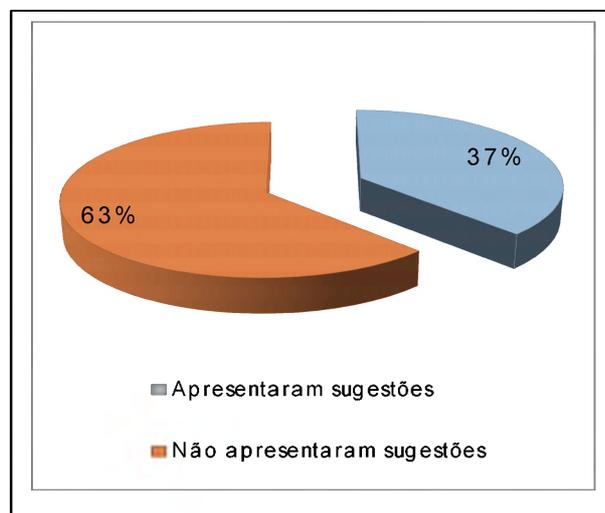
META 3

Gráficos 6 e 7



Metas 3 - Comentários e sugestões:

- ✓ Concordo com ponto 1, escola tem autonomia de avaliar aprendizagem dos educadores, segundo o artigo da Const. 206 inciso II,III;
- ✓ Ponto 3 garantir a escola noturna;
- ✓ Acredito que os alunos precisam de reforçadores, e o esporte é um desses reforçadores. Já temos o CSU, nada mais certo que unir as "boas notas" ao esporte criando até plano de carreira. Fazer com que chegue a todos os jovens;
- ✓ 2015 2 – Que sejam elaborados os meios de acesso antes da integração, pois integrá-los sem estrutura física e profissional, não apoiaremos, pois será prejudicial;
- ✓ Em vez de controlar a participação do ENEM, incentivar a participação com algum tipo de vantagem oferecido (curso gratuito);
- ✓ Articular com Ministério Público as obrigações junto a Ação Social para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.
- ✓ Criar um programa de Jovem Aprendiz, jovem Cidadão ou outras parcerias para alunos do E.M.
- ✓ Garantir ao aluno trabalhador o direito de estudar no período noturno/regular;
- ✓ Definir a porcentagem em 50%;

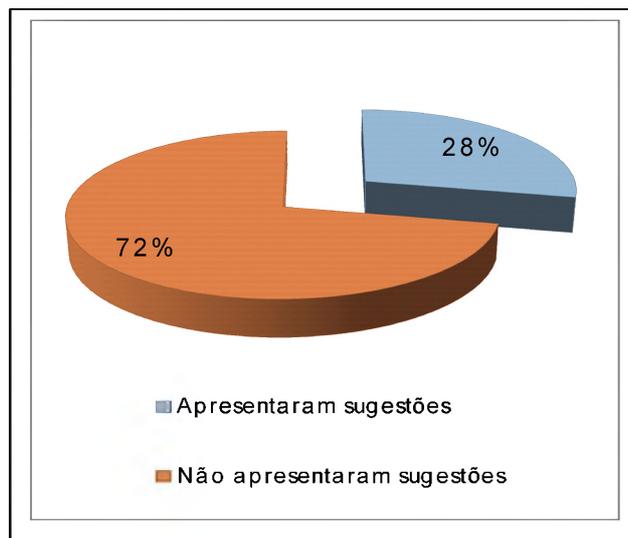
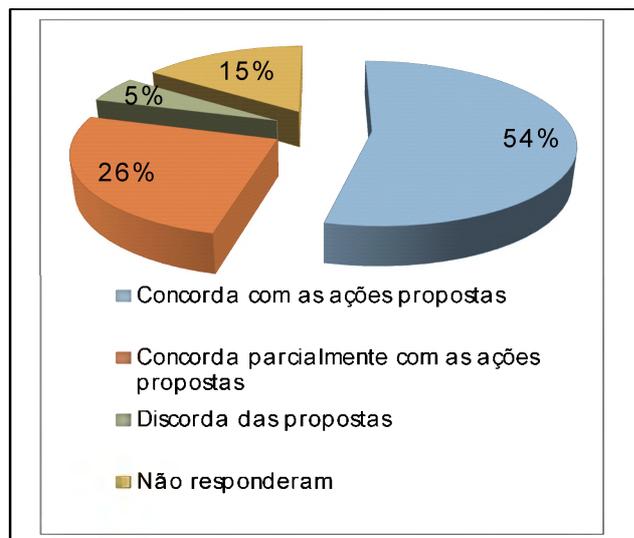
META 4**Gráficos 8 e 9**

Meta 4 - Comentários e sugestões:

- ✓ Ponto 1 - Cuidadores com formação de especialista;
- ✓ Ponto 3 - Quem deve avaliar é um psiquiatra ou psicólogo, garantir por direitos todos educandos (20 ou 15 alunos por sala);
- ✓ Em avaliação e acompanhamento precisamos sim, inserir no concurso público, uma avaliação de aptidão, pois nem todos que exercem essa área, encontram-se preparados;
- ✓ A questão de cuidadores para o atendimento às crianças com deficiência não ser que essa criança tenha um problema físico que necessite desse atendimento, a palavra cuidadora não se encaixe numa criança que tem Down, ou autismo ou x-frágil, essas crianças precisam de pessoas totalmente especializadas que às desafiem a aprender.
- ✓ Ponto 4 apoio de psicopedagogo e psicólogo para dar apoio a família e os educadores;
- ✓ Definir grade curricular, carga horaria, habilidades e competências a serem alcançadas pelo aluno de acordo com a sua deficiência, transtorno de desenvolvimento, alta habilidade ou superdotação;
- ✓ Realmente precisa estruturar muito bem essa questão, pois o que vemos nas escolas hoje em dia, não é inclusão social. As crianças com deficiência física até podem acompanhar de alguma forma, porém, as que têm autismo, os professores não sabem lidar com a situação e essas crianças ficam com os cuidadores que estão ali só para não deixarem eles atrapalharem a aula dos outros alunos. Isso não é inclusão. Essas crianças precisam ser desafiadas, elas precisam de regras, saber como funciona tudo, como devem se comportar, saber que tem hora para tudo. Elas têm capacidade de aprender. É obvio que só a professora na sala de aula não dará conta, mas essa criança precisa de alguém especializado para trabalhar junto à professora, adaptando o material a ser trabalhado.
- ✓ A criança que precisa de um cuidado especial deveria estar na escola "Creche" para inclusão realmente.
- ✓ Antes de identificar o grau de deficiência da criança, primeiramente a família deve passar pelas mãos de profissionais que façam com que aceitem que seu filho necessita de maiores cuidados. Pois bem, sabemos que muitos pais não querem aceitar essa deficiência;
- ✓ Deve-se criar uma equipe de coordenação para atuar nas escolas. Para analisar as crianças que não possuem diagnostico médico (laudo), para assim mesmo sem laudo médico, enviar um Cuidador.
- ✓ Sugiro que a secretaria tenha parceria com a APAE de São Paulo que oferece cursos para capacitação de professores;
- ✓ 2016 1 – Criar mecanismos de comunicação entre município e estado (D.E.), para em parceria fazer a transição de modo mais tranquilo tanto para o aluno como para os docentes.
- ✓ Como provimento de especialista como psicólogo, assistente social entre outros que possam atender com qualidade.
- ✓ Acho que identificar alunos de 0 a 3 anos com transtornos, pois nessa fase os pais não aceitam o fato.
- ✓ Se será criado o cargo de Instrutor de Libras, temos que pensar também no especialista em Braille, pois não existem profissionais para atender crianças com baixa visão ou cegos.
- ✓ Estabelecer parcerias com órgãos especializados em dar suporte a pessoas com necessidades especiais (como APAE) a fim de inserir seus frequentadores na rede regular de ensino;
- ✓ 2016 - Capacitar os cuidadores, professores auxiliares de sala;
- ✓ As escolas devem ter acessibilidade às pessoas com deficiência física;
- ✓ Acho que deve estar junto a educação infantil, para incluir e cuidar das necessidades das crianças especiais desde bem pequenas. Penso que deveria ser obrigatório essas crianças serem matriculadas a partir da creche para ser estimulada ao aprendizado tanto pela escola como pelos pais e alcançar se desenvolvimento pleno com destreza e apoio.
- ✓ Rever a obrigatoriedade e carga horaria de acordo com a necessidade de cada uma;
- ✓ Que capacite também profissionais para atender alunos com baixa ou sem nenhuma visão;

META 6

Gráficos 10 e 11

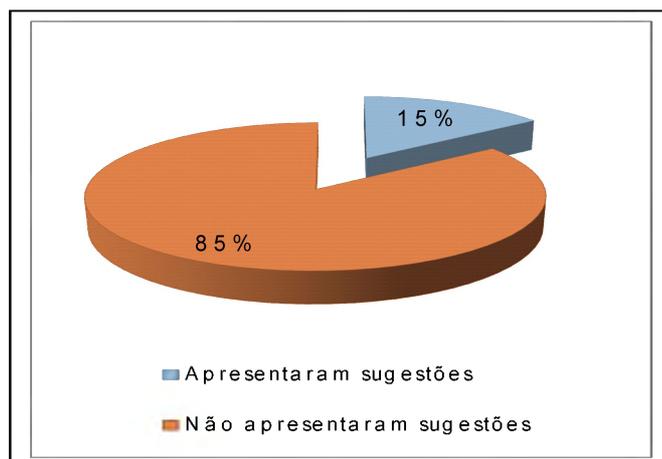
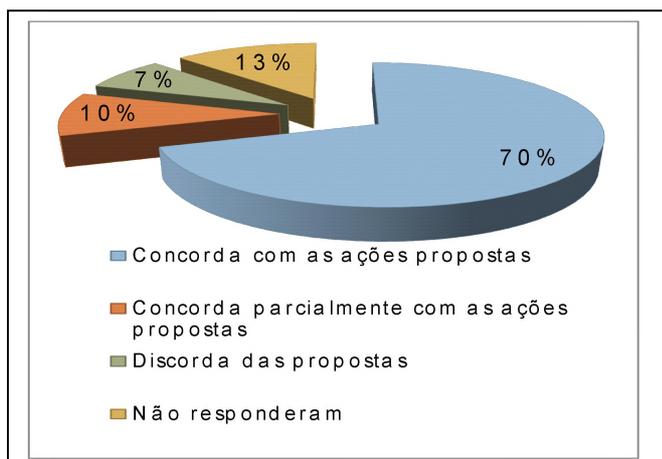


Meta 6 - Comentários e sugestões:

- ✓ Promover eventos culturais e esportivos, gincanas e olimpíadas municipais com o intuito de estimular e motivar a participação dos alunos no contra turno.
- ✓ 2016 – Alunos que faltam muito à escola: Procurar saber o porquê, que situação se encontra;
- ✓ Tomar decisões rápidas nas escolas (ações) que solucionem a situação em que a pessoa se encontra (saúde, alimentação, violência, vestimentas) Obs: Os alunos precisam receber o uniforme completo (calça, agasalho, tênis);
- ✓ A educação Integral não pode ser um depósito, garantir realmente a qualidade;
- ✓ É uma ideia nobre, mas creio que é necessário um aperfeiçoamento primeiramente da educação básica;
- ✓ Realizar pesquisas que demonstrem interesses, para garantir a continuidade.
- ✓ Escolas equipadas.
- ✓ Que as aulas sejam ministradas por especialista na área de arte, dança e música;
- ✓ Devemos primeiro pensar na Educação Básica, tendo uma estrutura boa, não teremos tanta evasão.
- ✓ Preparar e adequar os espaços físicos para atender à demanda com qualidade.

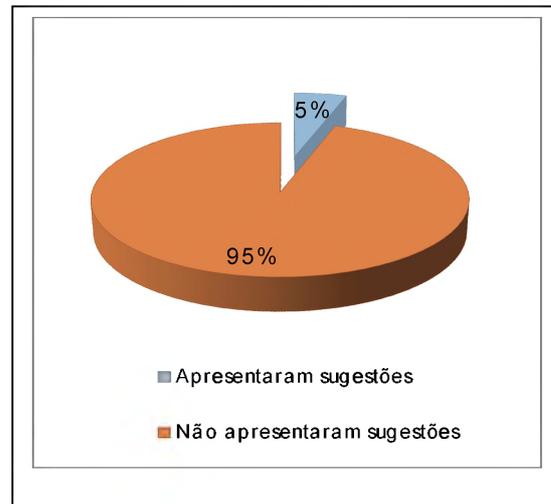
META 7

Gráficos 12 e 13

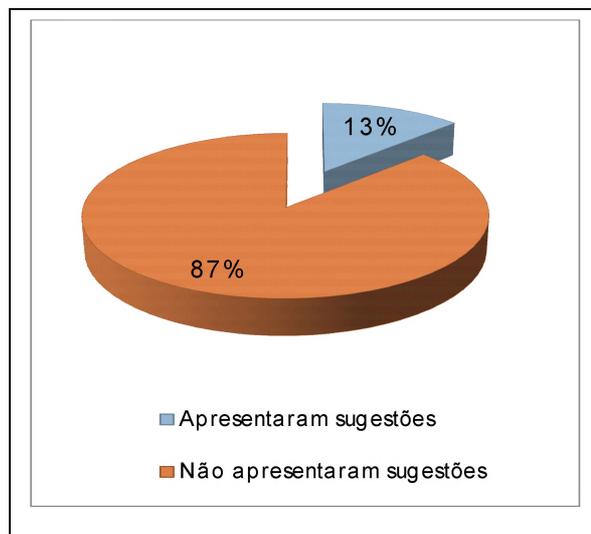
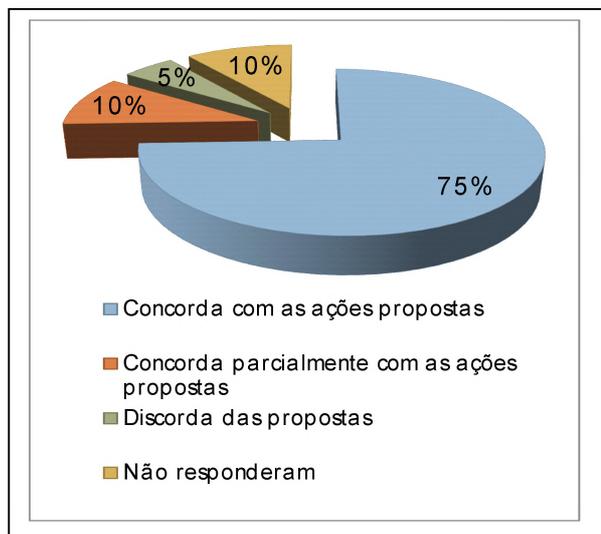


Meta 7 - Comentários e sugestões:

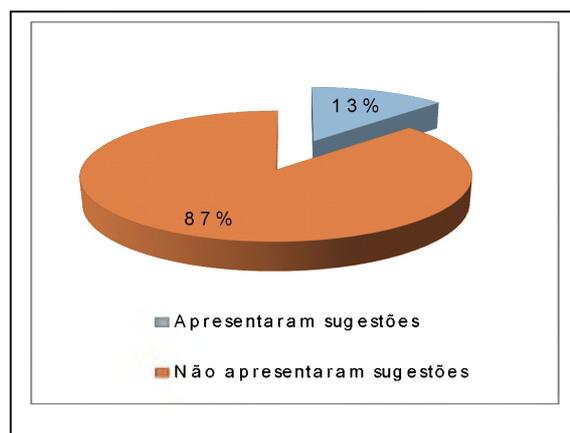
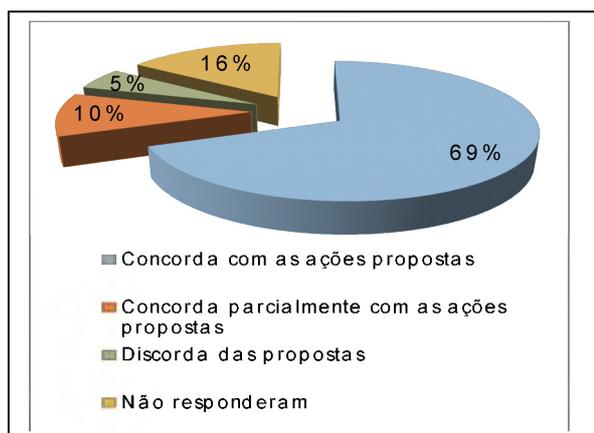
- ✓ Acho que formação mensal para professores é exagero a não ser que substitua o HTC. Quais critérios de avaliação e autoavaliação serão utilizados?
- ✓ Implementar a biblioteca municipal tornando-a um espaço agradável para pesquisas e leitura local, de forma a incentivar nas escolas que estimulem a sua visita;
- ✓ Coordenador: Eleição pelo Conselho de Escola, Diretor também, concurso para supervisor, diretor, coordenador a escola deve ter autonomia para avaliar;
- ✓ Professor e aluno precisam de apoio psicológico também;
- ✓ 2015 – 4 reuniões para mais informações, verificação no que pode ser melhorado/mudado seu trabalho e se atualizando sobre leis que são constantemente mudadas;
- ✓ 2016 - 2 Análise de informações das fichas de matrícula e visitas em casos necessários;
- ✓ 2016 – 6 autoavaliação/avaliação da gestão superior imediato e questões a responder conforme seu trabalho.
- ✓ Só haverá qualidade na Educação com valorização do professor e reestruturação das escolas de modo geral. Garantir que todos os alunos estejam matriculados;
- ✓ Avaliação feita pela comunidade escolar;

METAS 8 e 9**Gráficos 14 e 15****Meta 8 e 9 - Comentários e sugestões:**

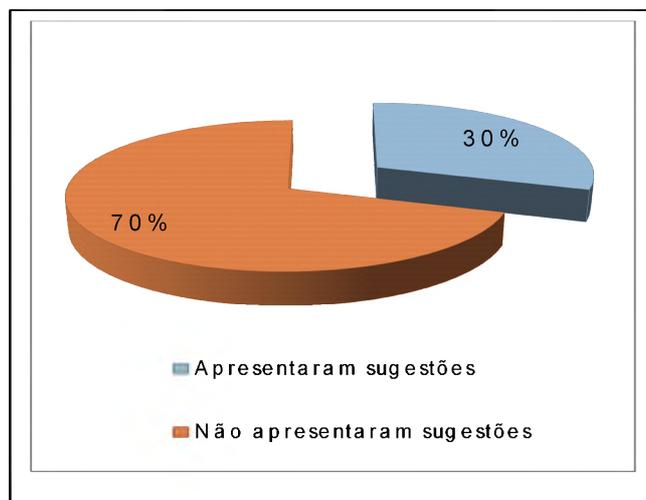
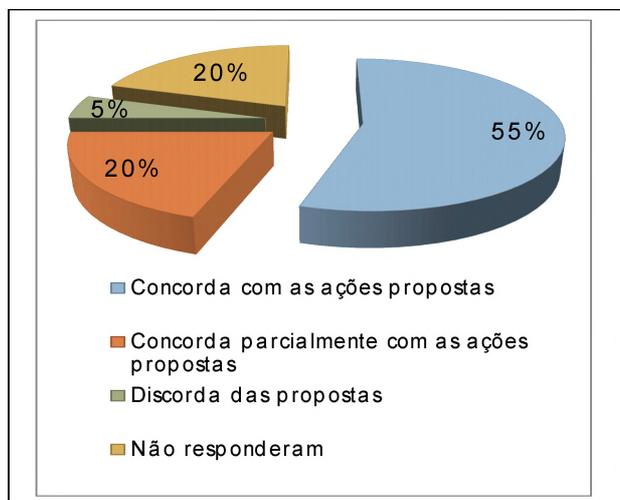
- ✓ Até 2019 implementar programas de formação continuada em universidade pública, tanto para alunos da educação básica como para professores. Pelo fim das parcerias privadas;
- ✓ Em 2019 não a rede privada da formação profissional;
- ✓ A formação deve ser da rede Estadual;
- ✓ 25 alunos por sala para facilitar o processo de aprendizagem;

METAS 10 e 11**Gráficos 16 e 17****Meta 10 e 11- Comentários e sugestões:**

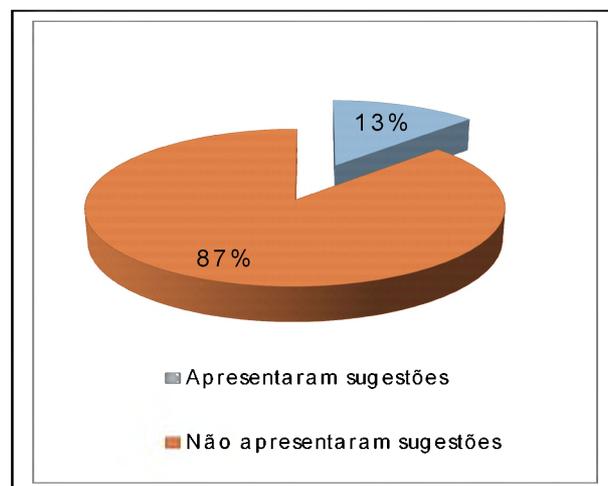
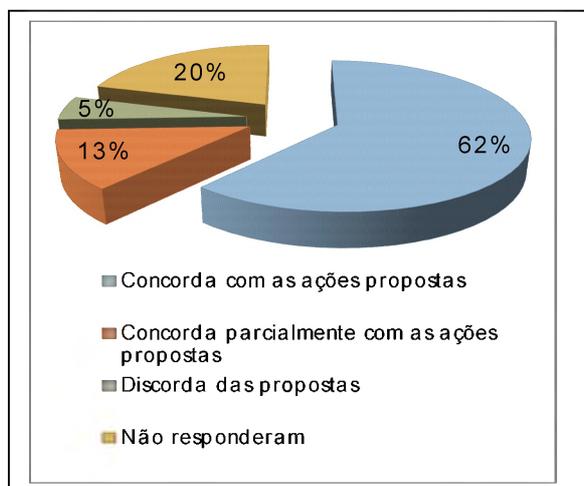
- ✓ Convênios com outras instituições para que seja possível atender a porcentagem mínima para os atendimentos no ensino médio técnico;
- ✓ Criar um programa de Jovem Aprendiz, Jovem Cidadão ou outras parcerias para os alunos do E. Médio;
- ✓ Que seja oferecido na EJA via escola pública e municipal a escola ter a liberdade de abrir vagas para o supletivo em todos os bairros, bolsa escola. Todo aluno ganhar um salário para estudar;
- ✓ Institucionalizar o cadastro de alunos cursando/formandos para atender a demanda na região;
- ✓ Especificar as propostas para fácil entendimento.

METAS 12, 13, 14, 15 e 16**Gráficos 18 e 19****Meta 12, 13, 14, 15 e 16- Comentários e sugestões:**

- ✓ Cursinho na região para vestibular;
- ✓ (12) - Elevar a taxa para 50% no segmento público;
- ✓ (13) - Financiamento público nas instituições de ensino público com financiamento pela rede municipal, estadual entre outros.

METAS 17 e 18**Gráficos 20 e 21****Meta 17 e 18 - Comentários e sugestões:**

- ✓ Oferecer reajuste e aumento salarial anualmente até cumprir a paridade salarial da meta 20 começando já em 2015 com reajuste com plano de cargos e salários estabelecidos democraticamente;
- ✓ Meta 18 para 2017: Os profissionais prestam serviços por 6 anos após o término dos cursos, sendo, remunerado antes e após, na mesma proporção que todos que exercem o mesmo cargo;
- ✓ A data de equiparação de salário muito distante.
- ✓ Garantir especialização e não capacitação.
- ✓ Garantir 3 atividades por ano para promover a consulta aos pais e profissionais da educação sobre o pedagógico;
- ✓ Meta 17 – concordo com todos os parâmetros, já na meta 18 - 2017 achei muito tempo após o término do estudo, prestar serviço de 6 anos;
- ✓ Participação do magistério, Apeoesp, comunidade civil, entre outras instituições;
- ✓ Ponto 3 a experiência do educador já é um estágio do período probatório.
- ✓ Evolução funcional concursos e acadêmica evolução 60 horas a cada 2 anos, acima de 30 horas uma evolução anual;
- ✓ Metas fundamentais para uma educação de boa qualidade;
- ✓ Quando se fala de educação, antes de tudo, deve se garantir a qualidade do educador e do ensino que ele transmite, a valorização e a reciclagem do profissional deve ser uma das primeiras metas;
- ✓ Plano de carreira é fundamental;
- ✓ Na meta 18 acredito que o funcionário deve prestar serviços pelos anos equivalentes do tempo de mestrado;
- ✓ Adiantar a equiparação com os demais até o final de 2015.

METAS 19 e 20**Gráficos 22 e 23****Meta 19 e 20 - Comentários e sugestões:**

- ✓ Garantir no mínimo 10% do PIB para a educação sendo que deve ser investido 20% a cada ano em cima do 4%, para garantir o pleno atendimento até 2020, com valorização dos professores e o imediato cumprimento da meta 16/17 e 20
- ✓ Garantir investimentos e utilização correta no atendimento e destino dos recursos.
- ✓ A avaliação deve ser realizada pelo gestor de cada U.E.

FÓRUM ONLINE

Paralelamente aos debates, foi implantado no site da Prefeitura Municipal um link, com o Fórum do Plano Municipal da Educação - PME, que possibilita a discussão permanente do plano, conforme imagem a seguir.

The screenshot shows the website's navigation menu with options like 'A CIDADE', 'SERVIÇOS', 'NOTÍCIAS', 'GOVERNO', 'OUVIDORIA', and 'ACESSO À INFORMAÇÃO'. A search bar is located on the right. The main content area features 'Notícias Recentes' with three news items: 'Prefeitura divulga local da Prova do Processo Seletivo da Farmácia', 'Secretaria de Educação divulga edital de atribuição e saldo de aulas', and 'Edital de convocação para a VII Conferência Municipal de Saúde'. The right sidebar contains a search bar, a link for 'PME', 'FÓRUM DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO', 'Lista de feriados', and 'Outras notícias'.

ÍTEM	TÍTULO	DEBATEDORES	DATA DO DEBATE
1	MEC - Educação Infantil Compartilhe em: Facebook Twitter LinkedIn Google+ Pinterest WhatsApp Telegram Email Imprimir O MEC lançou o edital de seleção para o concurso de ingresso de 1.000 vagas de docentes e técnicos de educação infantil em creches, pré-escolas e escolas de educação infantil em caráter de urgência para 2015.	1	2015-03-23 10:00 AM
2	Situação - Ensino Fundamental / Alfabetização Um aspecto a ser considerado é a possibilidade de adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. Adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula.	2	2015-03-23 10:00 AM
3	Andriela de Jesus - Educação Especial/Inclusiva Um aspecto a ser considerado é a possibilidade de adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. Adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula.	3	2015-03-23 10:00 AM
4	Alex Roberto - Educação Integral Um aspecto a ser considerado é a possibilidade de adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. Adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula.	4	2015-03-23 10:00 AM
5	Luciana - Aprendizagem Adequada na idade Certa Um aspecto a ser considerado é a possibilidade de adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. Adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula.	5	2015-03-23 10:00 AM
6	Júli - Valorização do Professor / Plano de Carreira Docente Um aspecto a ser considerado é a possibilidade de adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. Adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula.	6	2015-03-23 10:00 AM
7	Renata - Gestão Democrática e Financiamento da Educação Um aspecto a ser considerado é a possibilidade de adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. Adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula.	7	2015-03-23 10:00 AM
8	ANA PAULA - Ensino Médio Um aspecto a ser considerado é a possibilidade de adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. Adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula.	8	2015-03-23 10:00 AM
9	Serlysa - Escolaridade Média / Alfabetização e Alfabetização de Jovens e Adultos Um aspecto a ser considerado é a possibilidade de adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. Adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula.	9	2015-03-23 10:00 AM
10	Josão - Educação Superior / Educação Profissional / Pós-Graduação Um aspecto a ser considerado é a possibilidade de adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. Adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula.	10	2015-03-23 10:00 AM
11	Jedilson - Educação Superior / Titulação de Professores da Educação Superior / Pós-Graduação / Formação de Professores / Formação Continuada e Pós-Graduação de Professores Um aspecto a ser considerado é a possibilidade de adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. Adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula.	11	2015-03-23 10:00 AM

CALENDÁRIO DOS EVENTOS

- ✓ Dia 16 de abril de 2015, das 09h00 às 12h00 - Reunião com representantes eleitos das Escolas Estaduais do Município de Franco da Rocha;
- ✓ Dia 25 de abril de 2015, das 09h00 às 13h00 - Fórum Municipal – Encontro Temático com representantes da sociedade civil e educadores;
- ✓ Dia 27 de abril de 2015, das 19h00 às 22h00 - Fórum Municipal – Encontro Temático com representantes da sociedade civil e educadores;
- ✓ Dia 16 de maio de 2015, das 09h00 às 13:00 - Conferência Municipal de Educação para sistematizar as propostas que devem ser incorporadas ao Plano Municipal;
- ✓ Dia 09 de junho de 2015, às 19h00 – Apresentação do Plano aos vereadores em Audiência Pública;



FOLDER DE DIVULGAÇÃO

assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

13 - Titulação de professores da Educação Superior

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

14 - Pós-graduação

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

15 - Formação de professores

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

16 - Formação continuada e pós-graduação de professores
Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

17 - Valorização do professor

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência do PNE.

18 - Plano de carreira docente

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica

pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido na Constituição Federal.

19 - Gestão democrática

Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

20 - Financiamento da Educação

Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência da lei do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

“Devemos pensar nas crianças, no futuro daqueles que daqui a meio século estarão em nossos lugares”.

Renato Janine Ribeiro

**Pátria Educadora
10 anos**

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Uma construção coletiva



Programação

Dia 16 de abril de 2015

Reunião com representantes eleitos das Escolas Estaduais do Município de Franco da Rocha.

Local: Centro Cultural Newton Gomes de Sá, das 9:00 às 12:00 horas.

Dia 25 de abril de 2015

Fórum Municipal – Encontro Temático com representantes da sociedade civil e educadores.

Local: ETEC Dr. Emilio Hernandez Aguilar - Centro Paula Souza, das 9:00 às 13:00 horas.

Dia 27 de abril de 2015

Fórum Municipal – Encontro Temático com representantes da sociedade civil e educadores.

Local: ETEC Dr. Emilio Hernandez Aguilar - Centro Paula Souza, das 19:00 às 22:00 horas.

Dia 16 de maio de 2015

Conferência Municipal de Educação para sistematizar as propostas que devem ser incorporadas ao Plano Municipal.

Local: ETEC Dr. Emilio Hernandez Aguilar - Centro Paula Souza, das 9:00 às 13:00 horas.

Dia 23 de maio de 2015

Fórum Regional de Educação.

Local: ETEC Dr. Emilio Hernandez Aguilar - Centro Paula Souza, das 9:00 às 13:00 horas.

“O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma lei ordinária com vigência de dez anos, sancionada pela presidência da república em 26 de junho de 2014. Esta estabelece diretrizes, metas e estratégias para implantar uma educação de qualidade. A existência do PNE é determinada pelo artigo 214 da Constituição Federal.”

Metas

1 - Educação Infantil

Até 2016 todas as crianças de 4 a 5 anos de idade devem estar matriculadas na pré-escola. A meta estabelece, também, a oferta de Educação Infantil em creches deve ser ampliada de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

2 - Ensino Fundamental

Até 2024 toda a população de 6 a 14 anos deve ser matriculada no Ensino Fundamental de 9 anos, e pelo menos 95% dos alunos devem concluir essa etapa na idade recomendada.

3 - Ensino Médio

Até 2016 o atendimento escolar deve ser universalizado para toda a população de 15 a 17 anos. A meta é também elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

4 - Educação Especial/Inclusiva

Toda a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ter acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

5 - Alfabetização

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Atualmente, segundo dados de 2012, a porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura é de 44,5%. Em escrita, 30,1% delas estão aptas, e apenas 33,3% têm aprendizagem

adequada em matemática.

6 - Educação integral

Até 2024 oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos(as) da Educação Básica.

7 - Aprendizagem adequada na idade certa

Estimular a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.

8 Escolaridade média

Elevar, até 2013, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

9 - Alfabetização e alfabetismo de jovens e adultos

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até 2024, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

10 - EJA integrada à Educação Profissional

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Os dados de 2012 apontam que apenas 0,7% dos alunos do EJA de Ensino Fundamental têm esta integração. No Ensino Médio, a porcentagem sobe para 2,7%.

11 - Educação Profissional

Triplidar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Em 2012, houve 1.362.200 matrículas nesta modalidade de ensino. A meta é atingir o número de 4.086.600 de alunos matriculados.

12 - Educação Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos,

COMUNICADO ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS

Prezado (a), Franco da Rocha, 17 de abril de 2015.

Comunicado	Assunto	A/C
Nº /2015	Plano Municipal de Educação	Gestor@s Municipais

O município de Franco da Rocha promulgou em 2012 a Lei Municipal nº 896, que aprovou o Plano Municipal de Educação. Todavia, em 2014 foi sancionada a Lei Federal nº 13.005, estabelecendo a década da educação, definiu as diretrizes, metas e estratégias para a implantação de uma educação de qualidade, e propôs a adequação dos planos existentes à nova legislação.

Diante disso, convidamos por representação os professores, funcionários, gestores, alunos do segmento EJA e pais (conforme vagas anexa), para participar das discussões que deverão subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação de Franco da Rocha, dentro da perspectiva da gestão democrática, de um regime de colaboração com os demais sistemas de ensino e na construção da “Pátria Educadora”.

Programação:

Dia 25 de abril de 2015

Fórum Municipal – Encontro Temático com representantes da sociedade civil e educadores.
Local: ETEC Dr. Emilio Hernandez Aguilar - Centro Paula Souza, das 9:00 às 13:00 horas.

Dia 27 de abril de 2015

Fórum Municipal – Encontro Temático com representantes da sociedade civil e educadores.
Local: ETEC Dr. Emilio Hernandez Aguilar - Centro Paula Souza, das 19:00 às 22:00 horas.

Dia 16 de maio de 2015

Conferência Municipal de Educação para sistematizar as propostas que devem ser incorporadas ao Plano Municipal.
Local: ETEC Dr. Emilio Hernandez Aguilar - Centro Paula Souza, das 9:00 às 13:00 horas.

Dia 23 de maio de 2015

Fórum Regional de Educação.
Local: ETEC Dr. Emilio Hernandez Aguilar - Centro Paula Souza, das 9:00 às 13:00 horas.

Pedimos que envie os nomes dos participantes e a devolutiva das ações para as estratégias das 20 metas até dia 23 de abril às 14 h para o e-mail planomunicipalfranco@gmail.com, a fim de que possamos garantir a adequada organização do evento.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

INSTITUIÇÕES E ENTIDADES CONVIDADAS

- ✓ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
- ✓ Associação dos Professores do Estado de São Paulo – APEOESP
- ✓ Câmara Municipal de Franco da Rocha
- ✓ CMAE – Conselho Municipal de Alimentação Escolar
- ✓ CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- ✓ CME – Conselho Municipal de Educação
- ✓ Colégio Absoluto
- ✓ Colégio Dom Macário
- ✓ Colégio Rema
- ✓ Conselho da Assistência Social
- ✓ Conselho de Segurança – CONSEG
- ✓ Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA
- ✓ Conselho do FUNDEB
- ✓ Conselho Municipal da Juventude
- ✓ Conselho Municipal da Saúde
- ✓ Conselho Municipal do Idoso
- ✓ Conselho Tutelar
- ✓ Diretoria de Ensino de Caieiras
- ✓ Escola de Recreação Infantil “Pingo de Gente”
- ✓ Escolas Estaduais
- ✓ Escolas Municipais
- ✓ Instituto Mecenaz Educação e Cultura - IMEC
- ✓ Instituto Presbiteriano Independente de Ensino – IPINEN
- ✓ Ministério Público de Franco da Rocha
- ✓ Poder Judiciário de Franco da Rocha
- ✓ Prefeito do Município de Franco da Rocha
- ✓ Secretaria Adjunta da Cultura
- ✓ Secretaria Adjunta do Esporte
- ✓ Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social
- ✓ Secretaria Municipal da Saúde
- ✓ Sindicato dos Servidores Municipais - SINDSERV

PUBLICAÇÕES NA MÍDIA ELETRÔNICA E IMPRESSA

Encontro discute prioridades para a Educação Municipal

Fórum e Conferência Municipal de Educação definem eixos e ações para a Educação do futuro

As metas, prioridades e investimentos para a educação, para os próximos dez anos, começaram a ser debatidas em nossa cidade. Desde semana passada, diretores de 18 escolas estaduais, professores, representantes de pais e alunos e a equipe gestora da Educação no município estão se reunindo para debater e definir o novo Plano Municipal de Educação. Na quinta-feira (16) foi realizado o primeiro de uma série de cinco encontros que estão previstos para a apresentação de propostas ao plano.

O PME fará uma análise conjunta e reflexiva da situação atual do ensino e será elaborado em conformidade com os Planos Estadual e Nacional de Educação. Além disso, o PME é

importante para garantir a autonomia e identidade do município.

Entre as principais propostas já debatidas estão a ampliação do número de vagas, inclusão, integração entre a cidade e estado, capacitação de professores, educação profissional, acompanhamento médico nas escolas, alfabetização e ensino em tempo integral.

Os próximos encontros acontecerão neste sábado (25 de abril), na segunda-feira (27 de abril) e nos dias 16 e 23 maio acontecerão, respectivamente, a Conferência Municipal e o Fórum Regional. As mesas de debate irão discutir metas específicas dentre as 20 estabelecidas. A previsão é de que o PME seja finalizado e enviado para análise e aprovação da Câmara Municipal ainda no primeiro semestre.



PARA PARTICIPAR

Os encontros do Fórum Municipal de Educação e da Conferência Municipal acontecem sempre na ETEC Dr. Emilio Hernandez Aguilar. O de hoje, sábado, dia 25 de abril, será realizado das 9 às 13h00. Na segunda-feira, dia 27 de abril, o encontro acontece no período noturno, das 19 às 22h00. A Conferência Municipal de Educação será realizada no dia 16 de maio, das 9h às 13h. O Fórum Regional será no dia 23 de maio, no mesmo horário.

Edição 177 – Jornal Locomotiva

Fórum debate propostas para a Educação



Encontro teve alunos, pais e gestores da Educação

Mais uma etapa do Fórum Municipal de Educação foi realizada no sábado (25) e também na segunda-feira (27), na ETEC Dr. Emilio Hernandez Aguilar. Durante os dois encontros os pais, alunos e educadores da rede municipal e estadual de ensino puderam discutir sobre as metas do Plano Municipal de Ensino (PME). Os dois eventos foram promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Lazer e integram o conjunto de ações programadas para a formulação do novo Plano Municipal de Educação.

Para que a discussão pudesse ocorrer, os participantes ficaram divididos em quatro grupos que apresentaram propostas para alavancar o ensino em Franco da Rocha. Um dos convidados dos debates foi o professor Winandy, doutorando pela FEA-USP, que falou de suas experiências, e ressaltou a importância da vinda da FATEC para Franco da Rocha.

Edição 178 – Jornal Locomotiva

Conferência Municipal de Educação acontece dia 16 de maio

Acontecerá no dia 16 de maio, a Conferência Municipal de Educação, onde as propostas discutidas durante os dois fóruns que foram organizados pela

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, serão sistematizadas e incorporadas ao Plano Municipal da Educação. Vale ressaltar que o PME definirá os

investimentos na Educação de Franco da Rocha pelos próximos dez anos.

No site da prefeitura <http://franco-darocha.sp.gov.br/> existe um link, no

canto direito da tela, que permite a interação de ideias e apresentação de propostas tanto de educadores quanto de pais e alunos.

Edição 179 – Jornal Locomotiva

Jornal de Notícias

Conferência Municipal de Educação é mais um passo na construção coletiva de ensino

87 Educação - Franco da Rocha 26 de maio de 2015 Redação Franco Notícias

g+1 0 Tweetar 14

No sábado (16), a Prefeitura por meio da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, realizou a Conferência Municipal de Educação na ETEC Emílio Hernandez Aguiar. O objetivo do evento foi de apresentar os resultados dos encontros do dia 25 e 17 de abril, para discutir o Plano Municipal da Educação – PME.

Foram expostos os saltazes com as 20 metas para o novo PME e os participantes puderam acompanhar e tirar suas dúvidas. Também estava disponível uma urna de sugestões e indicações para que as pessoas depositassem um formulário.

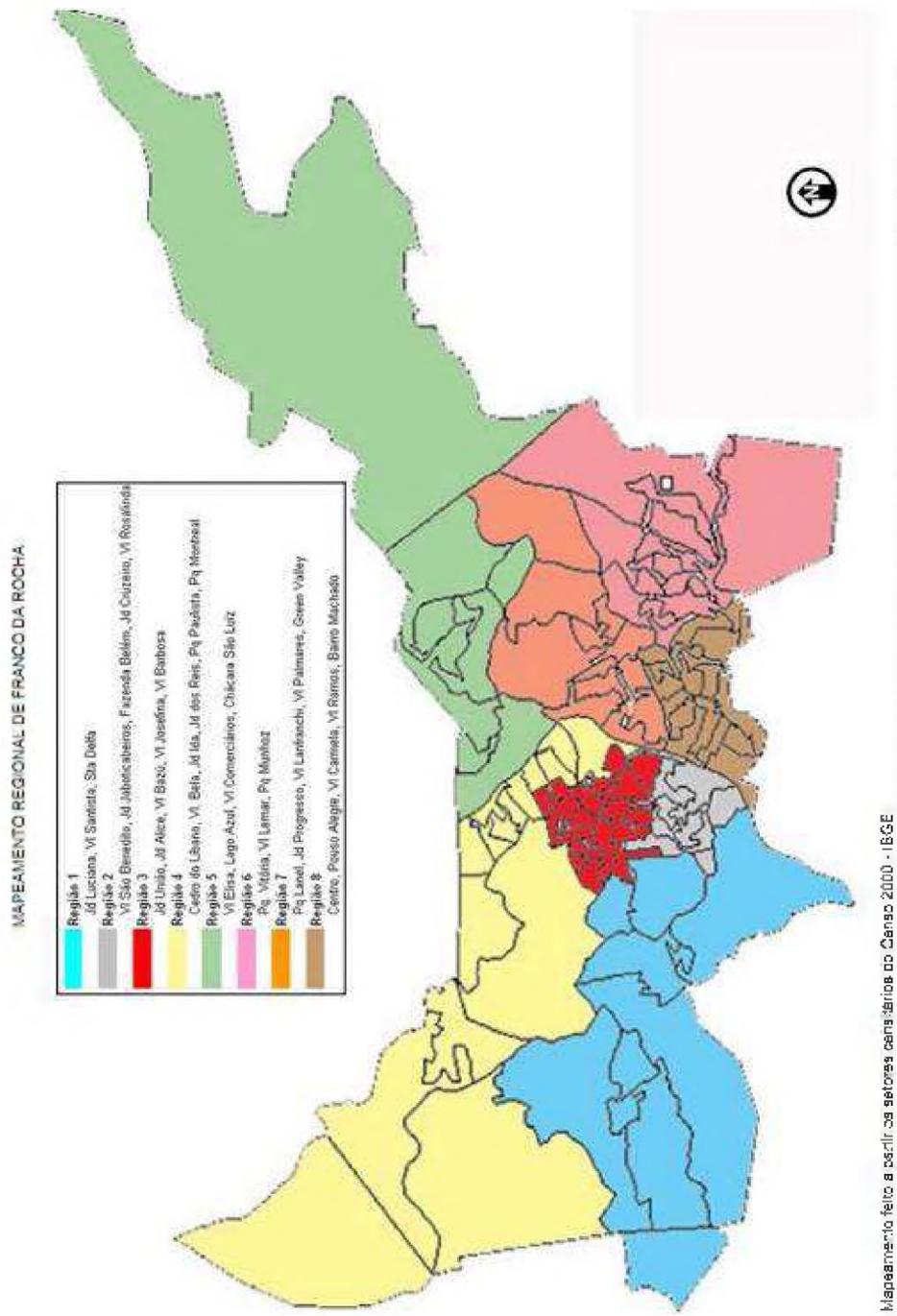
O auditório ficou aberto para uma roda de conversa e era possível fazer cadastro do fórum online no laboratório de informática.

A Conferência contou com várias apresentações culturais como a Dança Anos 60 dos alunos da E. E. Azevedo Soares, a Paixão de Cristo encenada por alunos do 7º ano da escola Zilton Bissado, o grupo Rode de Capoeira do Mestre Costinha, que atende o CRAS do Lago Azul e Vila Bazu e o CAPS, a Fissura Poética no Cotidiano por Marcelo Paixão e Fábio inspirada na violência que os professores vem sofrendo no país, o Grupo de Hip Hop e Voz e Violão MPB com Zé Pedro.

No dia 23, todas as sugestões e propostas constarão no fórum de debates do PME. Em seguida será encaminhado um Projeto de Lei para a Câmara.



MAPA DE FRANCO DA ROCHA



PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA

Aspectos Demográficos

Franco da Rocha é considerada uma cidade dormitório e está localizada na Região Metropolitana de São Paulo. Possui 134 km² de área territorial e uma população aproximada de 148 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014).

Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, conforme demonstra a **tabela 1**, ocorre uma explosão demográfica na sub-região Norte da Região Metropolitana de São Paulo e, municípios como Franco da Rocha e Francisco Morato, possuíam vários requisitos para fácil ocupação: terras baratas, grandes áreas públicas, que facilitavam a ocupação e o transporte rápido e barato para o centro da metrópole. Assim, muitos moradores de aluguel da capital paulista mudaram para as cidades do eixo noroeste da linha férrea, fenômeno que ficou conhecido como migração intrametropolitana. Esses novos moradores adquiriram lotes baratos, porém em loteamentos sem a infraestrutura adequada.

Tabela 1

Evolução do número de habitantes da Sub-região Norte entre 1970 e 2010

Evolução da população	1970	1980	1990	2000	2010
Sub-região Norte	93.036	153.972	282.162	423.953	551.877
Francisco Morato	11.231	28.537	83.885	133.738	162.055
Franco da Rocha	36.303	50.801	85.535	108.122	139.981
Caieiras	15.563	25.152	39.069	71.221	92.142
Mairiporã	19.584	27.541	39.937	60.111	88.150
Cajamar	10.355	21.941	33.736	50.761	69.549

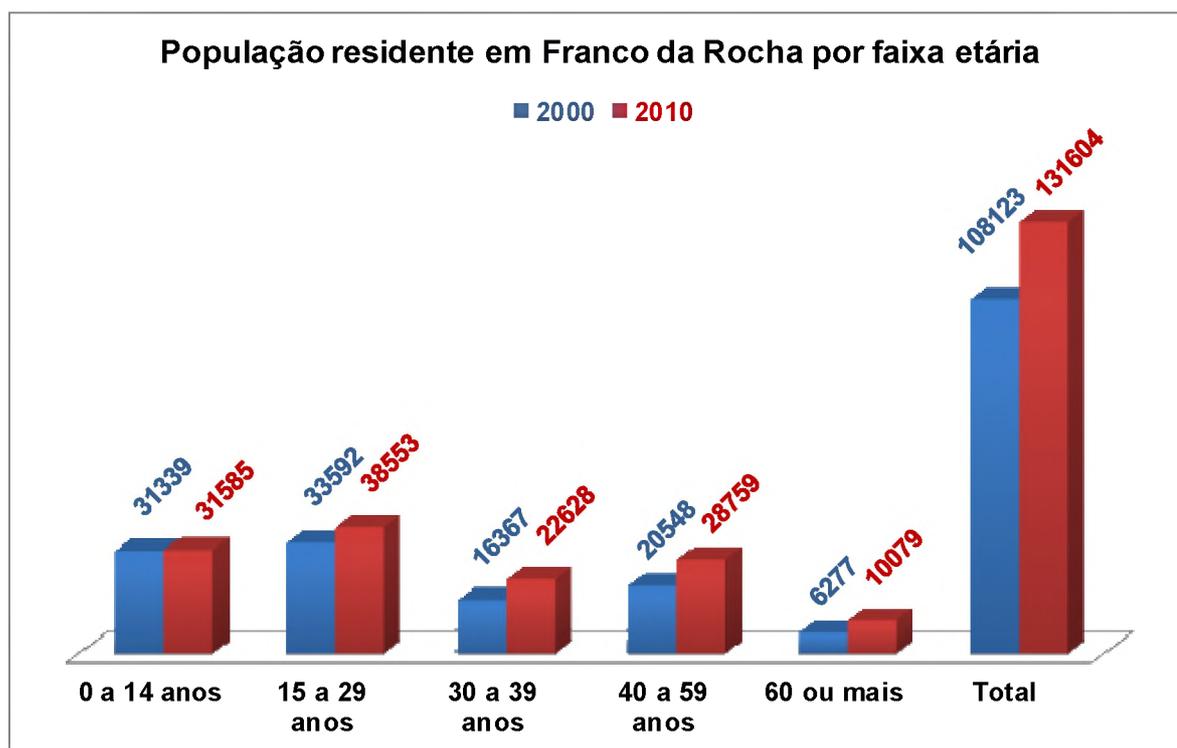
Fonte: IBGE 2010 / SEADE 2014

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 a população idosa apresentou crescimento médio de 4,8% ao ano. Em 2000, este grupo representava 5,8% da população, já em 2010 detinha 7,7% do total da população municipal.

A população do município ampliou entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010¹, à taxa de 2,00% ao ano, passando de 108.123 para 131.604 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,10% ao ano.

O **gráfico 24** demonstra a composição da população, por faixa etária, na última década.

Gráfico 24



IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento positivo entre 2000 e 2010, com média de 0,1% ao ano. Crianças e jovens detinham 29,0% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 31.339 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 24,0% da população, totalizando 31.585 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional médio de 2,46% ao ano, passando de 70.507 habitantes em 2000 para 89.940 em 2010. Em 2010, este grupo representava 68,3% da população do município.

A constatação é de envelhecimento da população apontando para a

¹Fonte IBGE

necessidade de organizar a cidade com uma nova configuração. As políticas públicas a serem implantadas devem estar voltadas especialmente para a população de idosos, porém a oferta de serviços que garantam um envelhecimento saudável deve ser intensificada.

Aspectos Habitacionais

Em uma primeira análise sócio ambiental, vemos que o Parque Estadual do Juquery – Unidade de Conservação, desempenha importante função em frear as pressões de ocupação sobre a área de mananciais do Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de 60% da população residente na Região Metropolitana de São Paulo. É o único remanescente de ilhas de cerrado na Região Metropolitana, área natural notável. Ao mesmo tempo, esse local foi utilizado pelo governo estadual para a implantação de equipamentos públicos com a finalidade de atender suas demandas, sem considerar as necessidades do município.

Já em relação às áreas municipais, observa-se um grave problema habitacional, que manifesta-se na irregularidade de loteamentos, lotes e construções, pela enorme quantidade de áreas públicas ocupadas, além de um número muito alto de moradias em áreas de risco de alagamentos e deslizamentos.

Dados preliminares apontam que a cada quatro moradias do município uma apresenta algum problema de irregularidade. Além disso, há uma demanda reprimida de quase oito mil moradias, edificadas em assentamentos precários.

Em uma escala que vai do nível 1 ao 4, temos aproximadamente cinco mil moradias em áreas de risco, classificadas no nível 3 (alto) ou 4 (muito alto), pelo Instituto Geológico do Estado de São Paulo – IG (2006). As moradias edificadas nos níveis 1 e 2 exigem somente a regularização. Aquelas edificadas nas áreas de nível 3, exigem estudo técnico para definir em ações de regularização ou remoção. Já as moradias edificadas na área classificada no nível 4 (muito alto), necessitam de remoção.

A **tabela 2** demonstra a distribuição das moradias nas áreas de risco de acordo com a classificação dos níveis, por região/bairro.

Tabela 2 - Distribuição das moradias em área de risco

ÁREAS DE RISCO				
Regiões	Bairros	Risco 3	Risco 4	Total porRegião
Região 1	Jd Bandeirantes	52	*	52
	Pq Santa Delfa	30	7	37
	Jd Luciana	*	90	90
	TOTAL	82	97	179
Região 2	Fazenda Belém	130	80	210
	Jd Cruzeiro	6	12	18
	Jd Jaboticabeiras	4	*	4
	Vila Rosalina	95	*	95
	TOTAL	235	92	327
Obs: Ainda na região 2, existem 25 moradias classificadas como risco 2, que precisam apenas de regularização.				
Região 3	Jd Alice	15	7	22
	Jd União	16	*	16
	Vila Bazu	55	*	55
	Jd Santa Filomena	85	55	140
	Vila Josefina	160	7	167
	TOTAL	331	69	400
Região 4	Jd dos Reis	102	80	182
	Pq Montreal	15	*	15
	Vila Ida	60	50	110
	Vila Bela	77	*	77
	TOTAL	254	130	384
Região 5	Lago Azul	366	32	398
	Chácara São Luiz	8	*	8
	Vila Elisa	80	*	80
	TOTAL	454	32	486
Região 6	Vila Lemar	20	10	30
	Pq Vitória	320	5	325
	TOTAL	340	15	355
Região 7	Vila Lanfranchi	90	*	90
	Pq Lanel	150	1	151
	Monte Verde	336	111	447
	Progresso Alto	40	5	45
	TOTAL	616	117	733
Região 8	Jd Benitendi	12	21	33
	Vila Carmela	3	3	6
	Vila Nita	25	*	25
	Progresso Baixo	*	32	32
	TOTAL	40	56	96
TOTAL POR ÁREA		2352	608	2960

Aspectos Econômicos

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto²- PIB do município cresceu 34,5%. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 49,2%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,16% para 0,14% no período de 2005 a 2010.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de serviços, o qual respondia por 50,6% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 39,3% em 2010, contra 46,1% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial decresceu de 46,1% em 2005 para 24,4% em 2010.

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, aferido também por município, mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação.

O objetivo da criação do IDH foi oferecer um contraponto ao PIB, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH mede o desenvolvimento humano, porém, apesar de considerar o desenvolvimento das pessoas ele não é uma representação da "felicidade", nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. Desde 2010, quando o Relatório de Desenvolvimento Humano completou 20 anos, novas metodologias foram incorporadas para o cálculo do IDH. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH, saúde, educação e renda são mensurados da seguinte forma:

- Saúde: Vida longa e saudável. Mede-se como e o quanto se vive;
- Educação: Mede-se o acesso ao conhecimento, considerando a média de anos de educação de adultos (média de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos); e a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar (o

²O PIB é a soma dos valores de bens e serviços produzidos no município.

número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar espera receber se as taxas de matrículas por idade permanecerem estáveis durante a vida da criança);

- Renda: É o padrão de vida, medido pela Renda Nacional Bruta per capita, expressa no poder de compra da população.

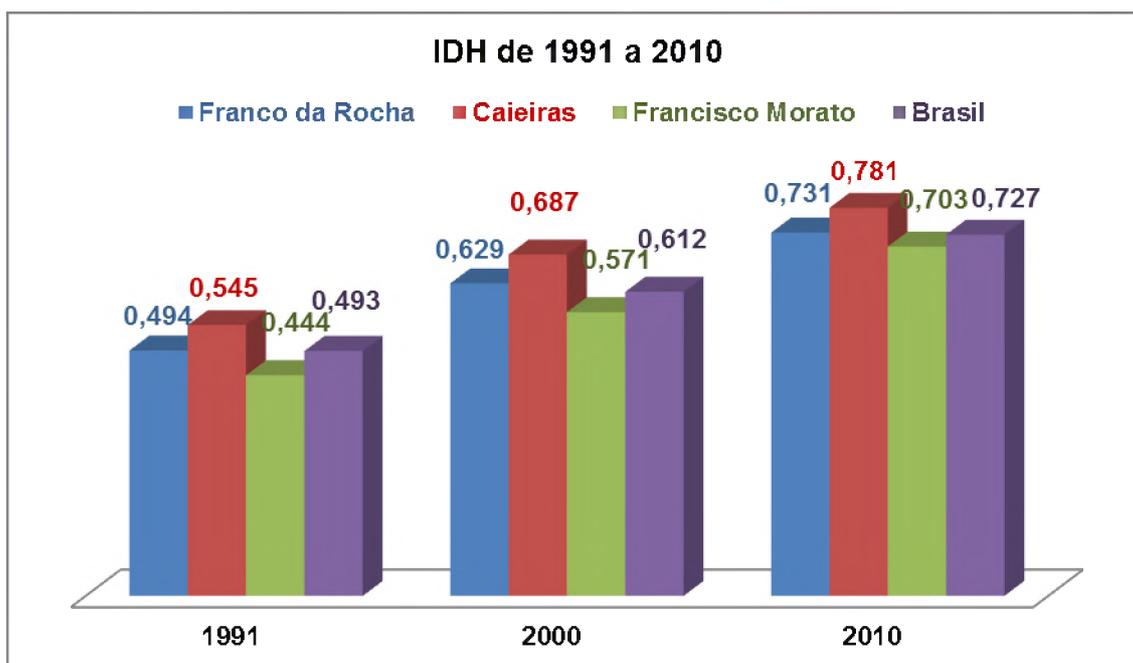
Esses três pilares, transformados em índices, resultam no IDH mensurado na seguinte escala:

- De 0 a 0,499: Muito Baixo;
- De 0,500 a 0,599: Baixo;
- De 0,600 a 0,699: Médio;
- De 0,700 a 0,799: Alto;
- De 0,800 a 1,000: Muito Alto;

Nas duas últimas décadas o IDH do Brasil foi de muito baixo (0,493) em 1991 para Alto (0,727) em 2010. Esta evolução sinaliza que o país está conseguindo, aos poucos, reduzir as disparidades históricas de desenvolvimento humano.

Podemos constatar que essa evolução também ocorreu em vários municípios do país e afirmar, conforme o **gráfico 25**, que Franco da Rocha acompanhou esse desenvolvimento.

Gráfico 25 - Índice de Desenvolvimento Humano de Franco da Rocha



Atividades Produtivas

Agropecuária

Ao analisarmos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda por meio de atividades nas áreas da pecuária e agricultura.

A zona rural está ocupada por propriedades produtivas, chácaras de moradia, recreio/lazer e aluguel, áreas de preservação e de interesse ambiental.

A população rural é composta principalmente por jovens agricultores, com predomínio do cultivo de olerícolas, e há intensa busca por inovação tecnológica para aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos. Alguns possuem bom nível de conhecimento e capacidade de investimento, porém outros apresentam baixos níveis de capital humano e baixa capacidade de investimento.

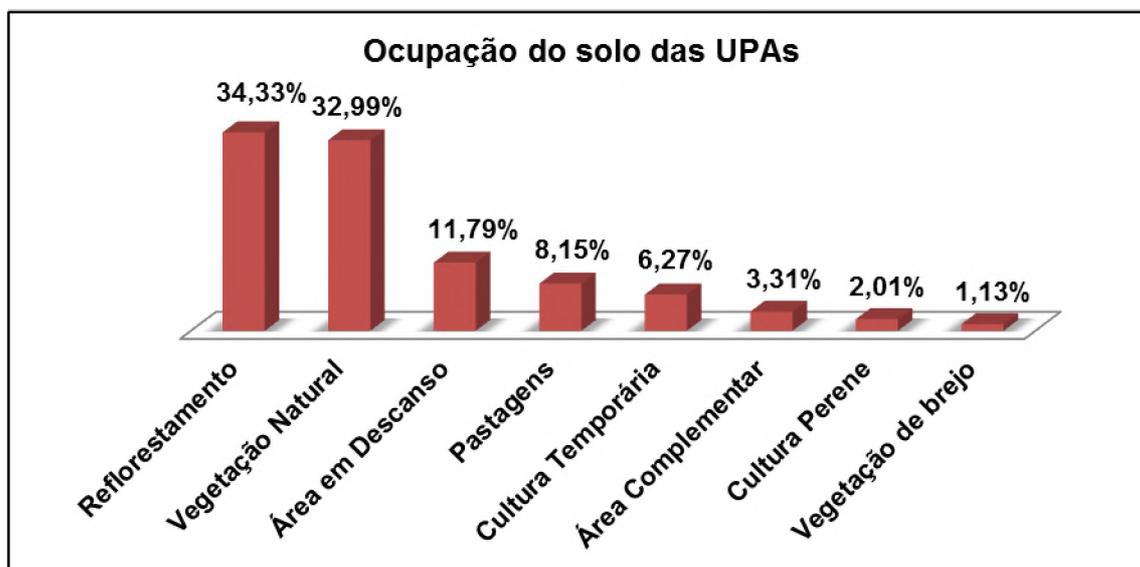
Existem também propriedades de lazer e de aluguel nas quais os proprietários empregam caseiros para a manutenção e proteção.

A principal atividade agrícola é a olericultura, praticada em grande parte das propriedades rurais produtivas (alface em 17 propriedades, cenoura em 6 propriedades, chuchu em 5 propriedades e outras olerícolas em 10 propriedades). O extrativismo vegetal (eucalipto) é desenvolvido em 40 propriedades.

A agropecuária local nos últimos anos sofreu com a ausência de políticas públicas voltadas para o setor, portanto, no momento atual é pouco significativa para economia do município, cuja base está em serviços e comércio. Apesar da ausência de investimentos, em 2009, segundo dados do IBGE, 1,11% do PIB da cidade teve origem na atividade agrícola. Além disso, as características climáticas do município, como a alta umidade, associadas a solos distróficos e relevo acidentado, restringem a produção agrícola convencional, no entanto diversas atividades podem ser desenvolvidas com cultivo protegido.

Em função do relevo e da fragilidade dos ecossistemas locais ocorrem seguidas Áreas de Preservação Permanente - APP e de proteção e preservação ambiental, diminuindo os espaços destinados a agricultura. No **gráfico 26** observamos a forma de ocupação do solo.

Gráfico 26



Em função disto e da proximidade aos centros consumidores, a agricultura em ambiente protegido (plasticultura) vem se intensificando rapidamente.

Ressalta-se que a capacidade inovadora dos agricultores remanescentes necessita de trabalho constante de assistência técnica e de capacitação, para aumentar a produtividade e economicidade da atividade produtiva.

Comércio, Serviços e Indústria

O município possui 118 indústrias, 3.123 prestadores de serviços e 1.889 estabelecimentos comerciais em diversos segmentos e enquadramentos tributários (Micro Empresa – ME, Empresa de Pequeno Porte- EPP, entre outras). Além disso, a cidade conta com 3.224 Microempreendedores Individuais - MEI, distribuídos em diversos seguimentos econômicos. Para atender esta demanda, a Prefeitura disponibiliza alguns serviços, em parceria com os Governos do Estado e Federal, como o Posto de Atendimento ao Trabalhador - PAT, o Posto de Atendimento ao Empreendedor - PAE, o Banco do Povo Paulista e a Unidade de Atendimento ao Público do Posto Fiscal Estadual – UAP.

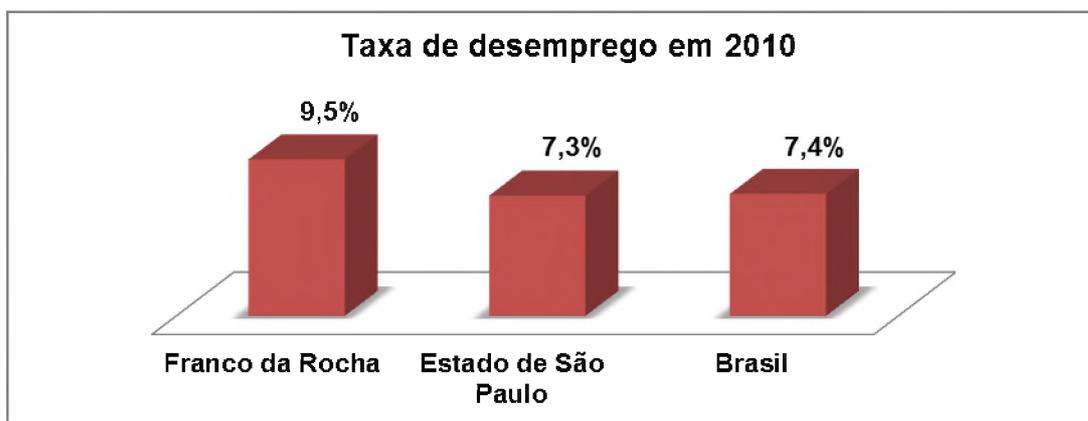
As áreas de comércio e serviços sempre foram atividades que predominaram na economia do município em razão da sua origem – cresceram no entorno de uma grande instituição pública, o Hospital do Juquery. A cidade

se fortaleceu oferecendo serviços e produtos, e pouco evoluiu no setor industrial, principalmente em virtude de grande extensão das áreas públicas e precariedade na infraestrutura urbana. Por estas características, além do perfil da população a Prefeitura também incentiva os comerciantes informais a se transformarem em microempreendedores individuais, sendo que a cidade já possui 3.224 microempreendedores individuais³.

Conforme dados do último Censo Demográfico⁴, o município, em agosto de 2010, possuía 62.473 pessoas com 10 anos de idade, ou mais economicamente ativas, sendo que 56.291 estavam ocupadas e 6.182 desocupadas. A taxa de participação ficou em 55,9% e a taxa de desocupação municipal foi de 9,9%.

No tocante à taxa de desemprego, o **gráfico 27** fornece dados comparativos da cidade, com o Estado e o país.

Gráfico 27 - Taxa de desemprego em comparação ao Estado e ao país

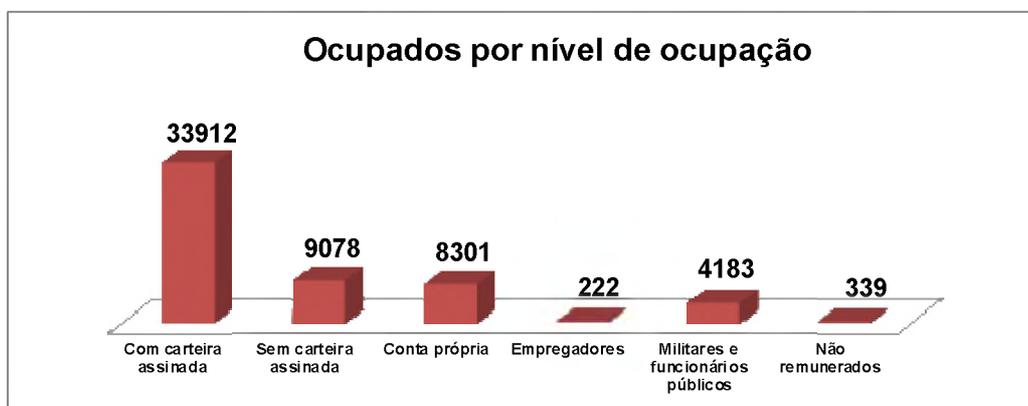


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

No **gráfico 28**, a distribuição das pessoas ocupadas por posição no item ocupação demonstra que 60,2% possuíam carteira assinada; 16,1% não possuíam carteira assinada; 14,7% atuavam por conta própria e 0,4% eram empregadores. Servidores públicos representavam 7,4% do total de ocupados e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo, 1,1%.

³Segundo o Portal do Empreendedor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

⁴Fonte IBGE

Gráfico 28 - Pessoas ocupadas por posição na ocupação em 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Das pessoas ocupadas, 1,6% não tinham rendimentos e 21,8% ganhavam até um salário-mínimo por mês.

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 1.113,08. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.277,97 e entre as mulheres de R\$ 917,87, apontando uma diferença de 39,23% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por sete anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 4.013. No último ano, as admissões registraram 5.568 contratações, contra 6.561 demissões. O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 14.160 postos, 64,3% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 38,8% no mesmo período.

A indústria, o comércio e as empresas prestadoras de serviços instaladas no município empregam 13.728 trabalhadores. No que diz respeito ao valor adicionado da indústria, é gerado cerca de R\$ 848.231,00 (oitocentos e quarenta e um mil, duzentos e trinta e um reais), e o município pouco se desenvolveu em razão dos baixos investimentos em políticas públicas, para o fomento econômico nos últimos anos.

Das pessoas ocupadas formalmente, 21.984 trabalham no comércio, 8.296 na indústria, 14.766 no setor de serviços, 4.183 no setor público, dentro e fora do município.

Setor Público

Franco da Rocha nasceu e cresceu em função do Complexo Hospitalar do Juquery, que foi uma das mais antigas e maiores colônias psiquiátricas do Brasil e até a década de 80 o maior empregador da cidade. Com a explosão demográfica da Região Metropolitana a partir da década de 70, a gradativa desocupação do hospital na década de 80, e com a ocupação das terras públicas por instituições prisionais, os postos de trabalho da cidade se diversificaram.

Hoje o setor público, composto pelas Escolas Estaduais, Sistema de Segurança, Prisional e Judiciário e o próprio Juquery emprega aproximadamente 4.200 trabalhadores, sendo a Prefeitura Municipal o maior empregador.

Aspectos da Área da Saúde

A população de Franco da Rocha apresenta perfil epidemiológico que agrega indicadores de morbimortalidade referentes a doenças infecto-contagiosas na população infantil, alta incidência de causas externas (acidentes e violência) na população jovem, predomínio de câncer e doenças cardiorrespiratórias na população adulta e idosa, demandando diferentes estratégias para sua redução e cuidado em saúde.

Há deficiências físico-estruturais, com algumas iniciativas de adequação, mas o principal problema é ausência de investimento na atenção básica. Com a escassez de recursos humanos (enfermeiros, auxiliares e médicos) e ineficiência no processo de organização do trabalho, não atende às necessidades da população.

Existe uma grande dependência assistencial em relação a serviços estaduais de atenção especializada e hospitalar devido ao histórico do município em relação ao Complexo Juquery. O município conta, ainda, com 10 unidades básicas de saúde.

Nos dois últimos anos as UBSs foram contempladas com 19 médicos do

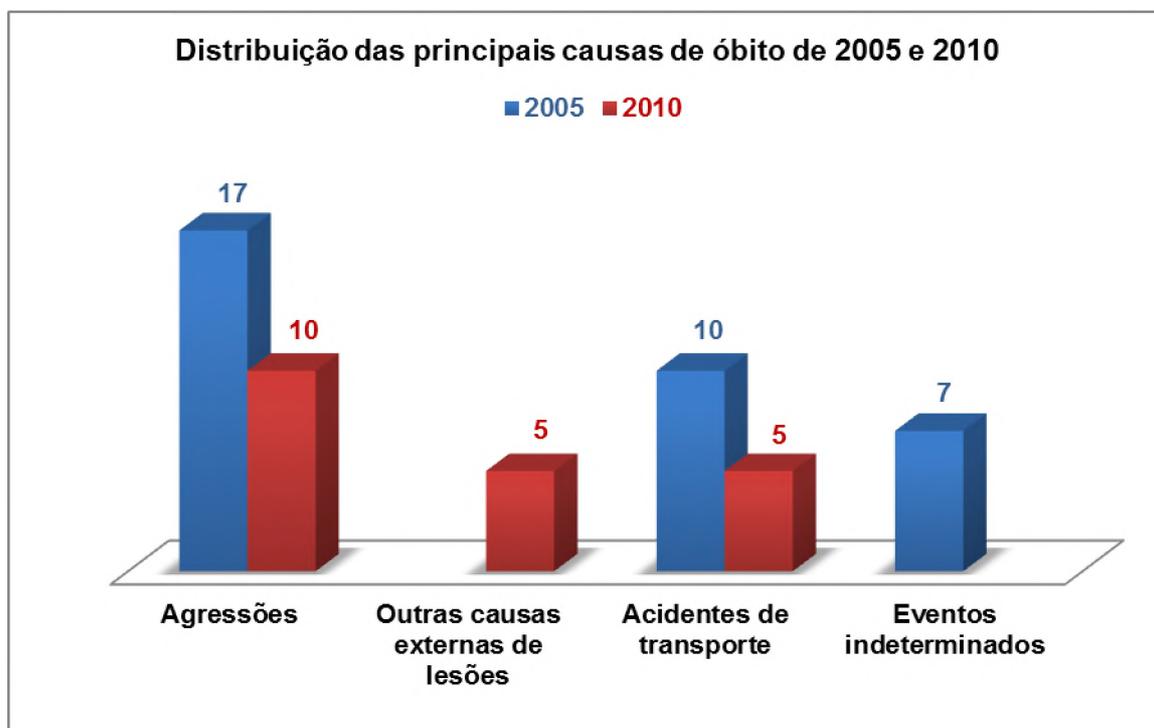
Programa “Mais Médicos” do Governo Federal, e recentemente com 16 equipes do Programa “Saúde da Família”, totalizando em 21 equipes. Além disso, 5 médicos atuam no PROVAB⁵.

O perfil epidemiológico de Franco da Rocha é de alta morbimortalidade relacionada às causas externas (violências e acidentes) e às doenças do aparelho circulatório e respiratório.

Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito no município. De acordo com o Censo Demográfico 2010⁶, o total da população de 15 a 29 anos era de 38.553 indivíduos, sendo que 48 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

Quando analisamos de maneira mais detida essas informações, notamos que as causas de morte variam por município. Em Franco da Rocha, as 3 principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as que seguem no **gráfico 29**, tomando por base os anos de 2005 e 2010, e em 2011 e 2012, conforme apontado no **gráfico 30**.

Gráfico 29

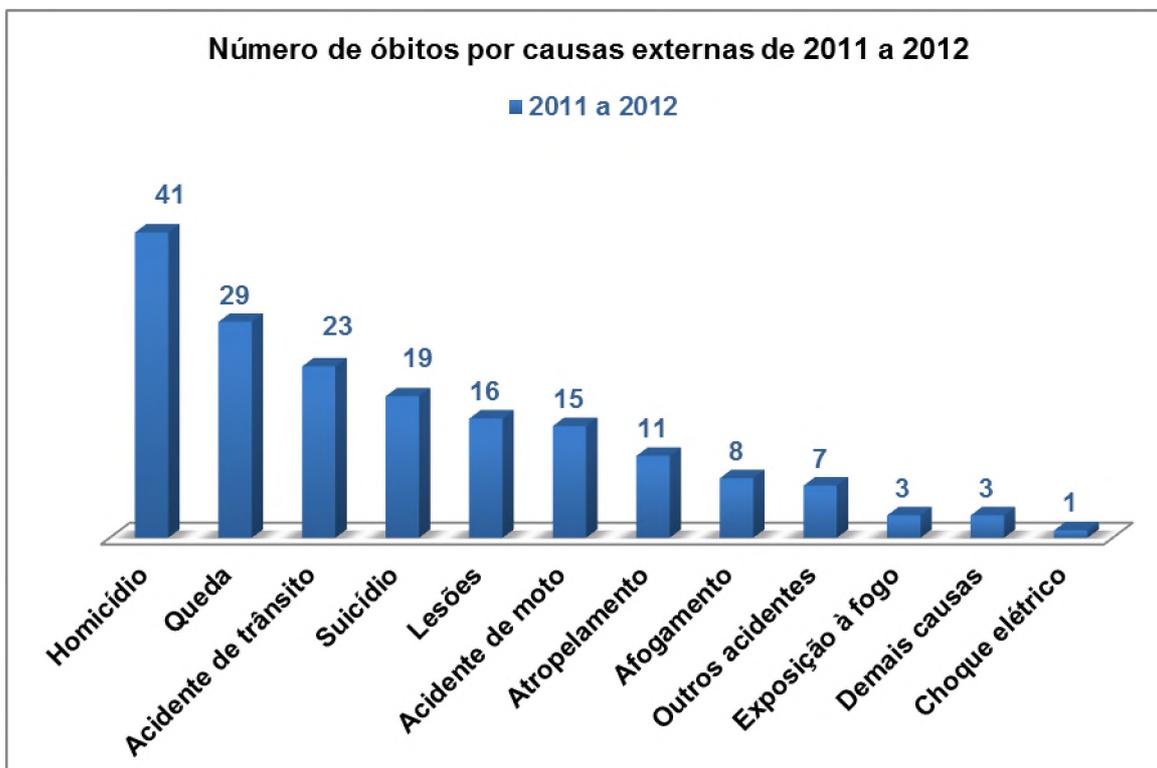


Fonte: Ministério da Saúde

⁵ PROVAB - Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica

⁶Fonte IBGE

Gráfico 30



Fonte: Ministério da Saúde

Em Franco da Rocha a possibilidade do pleno funcionamento do SUS está comprometida diante das especificidades da cidade que até 2009, contava com o funcionamento do Hospital de Clínicas do Juquery, que comportava um Pronto Socorro, uma Unidade de Terapia Intensiva - UTI, um Ambulatório de Especialidades e uma Maternidade, e atendia à população do município e região, seus pacientes e população carcerária.

A mudança deste cenário tem início a partir de 2008, com a opção do Governo do Estado por reduzir gradativamente os serviços deste hospital até fechá-lo definitivamente em 2010. Para compensar esta perda, em abril de 2011, o Governo Estadual inaugurou um novo equipamento de referência, o Hospital Estadual Albano Franco, administrado por uma entidade privada, e sem Pronto Atendimento, atendendo no sistema de “portas fechadas”, ou seja, recebendo pacientes de todo o Estado de São Paulo a partir dos encaminhamentos de outros hospitais públicos. Os moradores de Franco da Rocha e região competem por vagas por meio da Central de Regulação Oferta de Serviços de Saúde - CROSS, sem qualquer privilégio. Além disso, este

equipamento funciona atualmente com apenas 62 leitos, que corresponde a 35% da sua capacidade.

Paralelamente, a cidade contava com um Pronto Atendimento municipal funcionando no mesmo espaço da UBS Central que sempre dependeu da retaguarda do Hospital de Clínicas do Juquery.

Em 2010, o Governo Municipal, como alternativa ao fechamento do Hospital do Juquery, alocou, em um espaço maior, a UBS Central e o Pronto Atendimento, denominando este de “Praça da Saúde”, mantendo as características do atendimento anterior, e exigindo o vínculo com um hospital de referência. Este vínculo coube ao Hospital Estadual Albano Franco, porém com o sistema de “portas fechadas”, além de ter seu funcionamento limitado à capacidade contratada pelo Estado, impedindo o atendimento às necessidades locais.

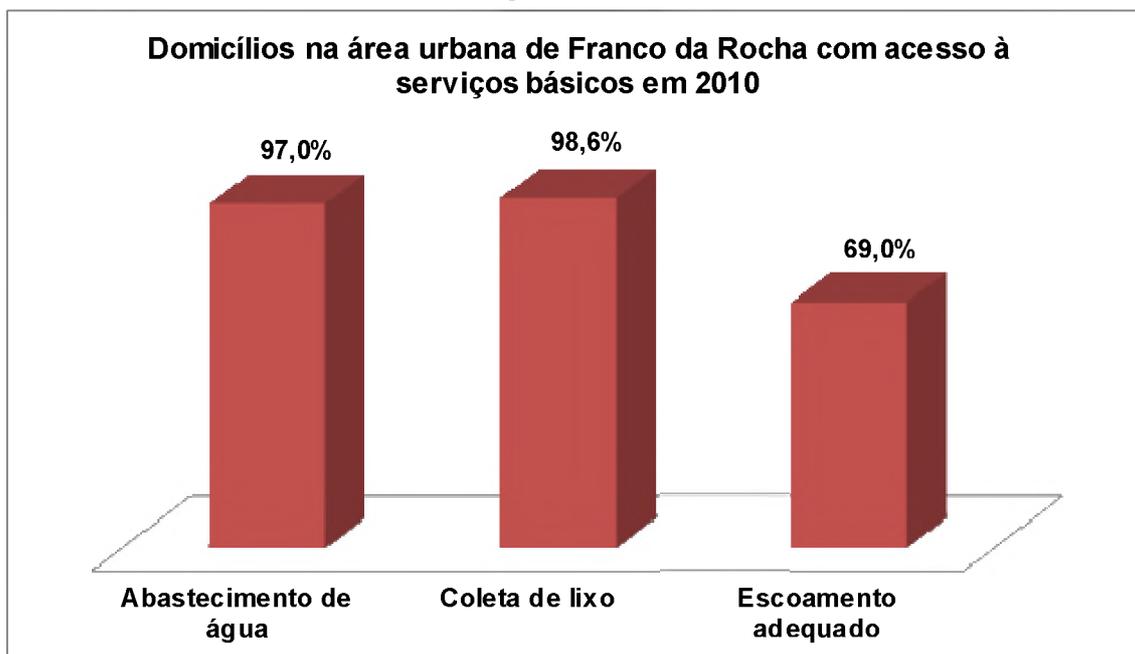
A inauguração da “Praça da Saúde” no espaço cedido pelo Governo Estadual gerou uma grande expectativa na população, pois Franco da Rocha sempre foi referência no atendimento em saúde por decorrência de seu complexo hospitalar. O serviço foi implantado em um prédio histórico com poucas possibilidades de adequação, pois a estrutura precária e inadequada das instalações impediu a implantação, o funcionamento e a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

Com o término do prédio da Unidade de Pronto Atendimento – UPA construído a partir de um convênio com o Governo Federal, até o final de 2015, o atendimento será melhorado e sobrará espaço na Praça da Saúde para acomodar outros serviços.

Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural, a coleta de lixo atendia 94,7% dos domicílios.

Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 81,5% dos domicílios particulares permanentes e 36,9% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da área urbana, o **gráfico 31** fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes.

Gráfico 31



Aspectos Sociais

Conforme dados do IBGE, a população estimada em Franco da Rocha, em 2014, era de 143.817 residentes, dos quais 4.336, representando 3,1% dos moradores, estavam em situação de extrema pobreza, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 77,00. Do total dos extremamente pobres, 119 (2,5%) viviam no meio rural e 4.217 (97,5%) no meio urbano.

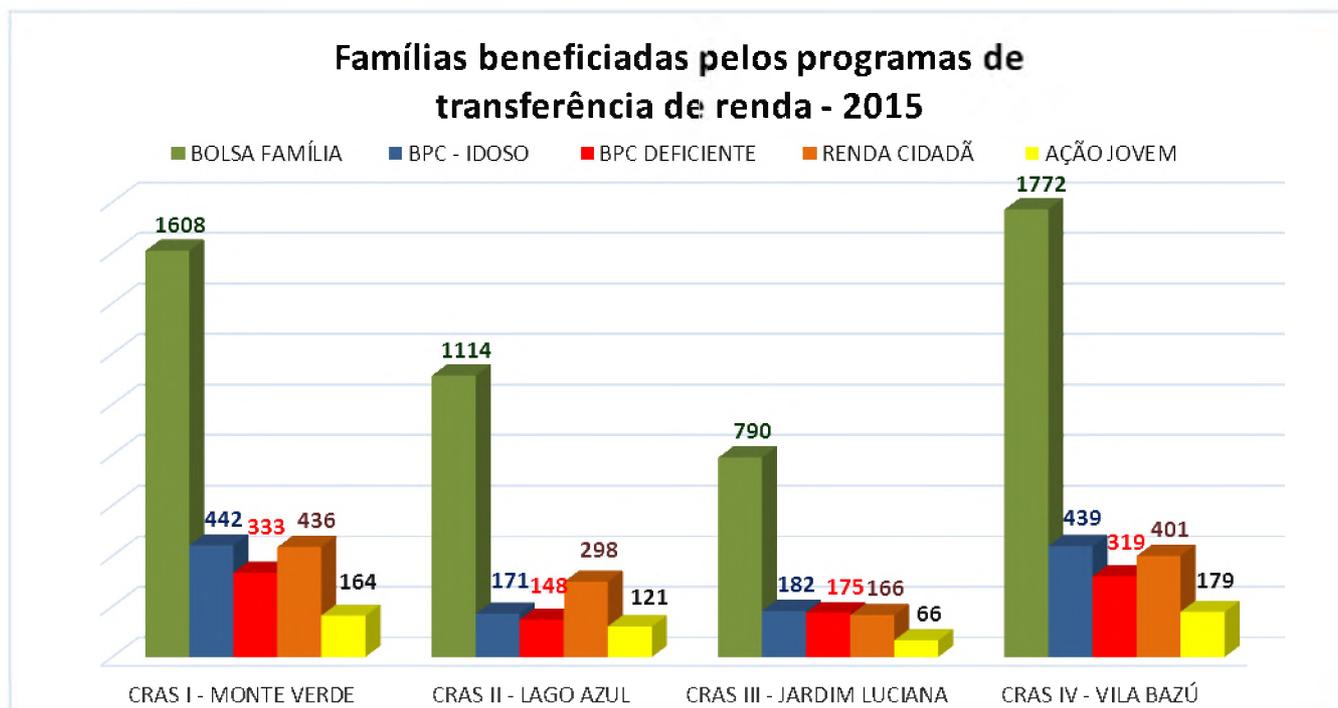
Nos registros de Abril de 2015 do Cadastro Único⁷, o município contava com 9.648 famílias cadastradas e 5.302 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (Maio/15), ou seja, 3,68% da população total da cidade. O município apresenta uma cobertura cadastral inferior às estimativas oficiais, de modo que, para alcançar todas as famílias em extrema pobreza, é necessário realizar ações de Busca Ativa para incluir cerca de 1.500 famílias.

O Benefício de Prestação Continuada - BPC constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. Atualmente, o programa atende 1.234 famílias pelo BPC Idoso e 975 famílias pelo BPC Deficiente (Jan/15). São atendidas ainda, 1.301 famílias no Renda Cidadã e

⁷Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

530 jovens no Programa Ação Jovem, conforme o **gráfico 32**.

Gráfico 32



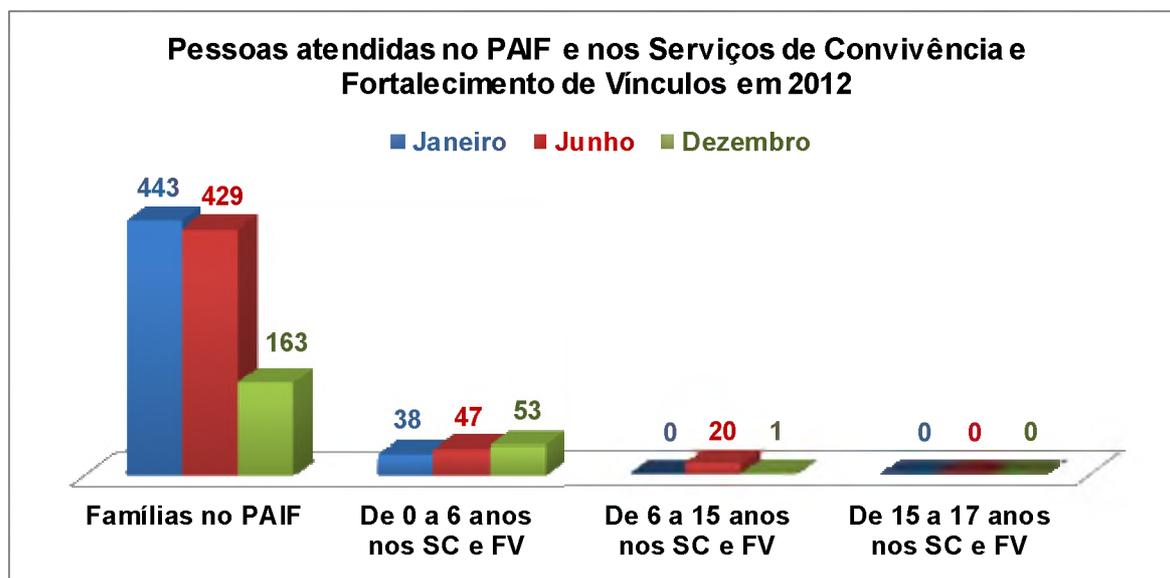
O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município, considerado de grande porte, de acordo com o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica de Assistência Social (NOB/SUAS), conta com:

Rede da Proteção Social Básica

Consiste no trabalho social com famílias e indivíduos, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias e tem caráter preventivo. As unidades de atendimento de proteção social básica são formadas por quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e estão localizadas nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social. Cada uma das quatro unidades operantes possui 5.000 famílias referenciadas.

O **gráfico 33** apresenta os principais indicadores de atendimento na proteção social básica, considerando os dados coletados no Censo do Sistema Único de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para o ano de 2012.

Gráfico 33
Atendimentos no Serviço de Proteção e Integral a Família (PAIF)



(SC) = Serviço de Convivência; (FV) = Fortalecimento de Vínculos
 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Rede de Serviços de Proteção Social Especializado de Média Complexidade

As ações de Proteção Social Especializado de Média Complexidade são desenvolvidas para famílias e indivíduos em risco pessoal e social, com vínculos familiares fragilizados. As ações são oferecidas por meio:

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social: proporciona serviços de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência: desenvolvido junto com o Centro de Reabilitação em Saúde Mental, em parceria com as secretarias municipais de Educação e de Saúde, atende 150 crianças e adolescentes. Além disso, por meio de um convênio com a Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE) de Franco da Rocha, o serviço atende mais 50 crianças e adolescentes.

Rede de Serviços de Proteção Social Especializado de Alta Complexidade

Serviço destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, em situação de abandono, ameaça ou violação de

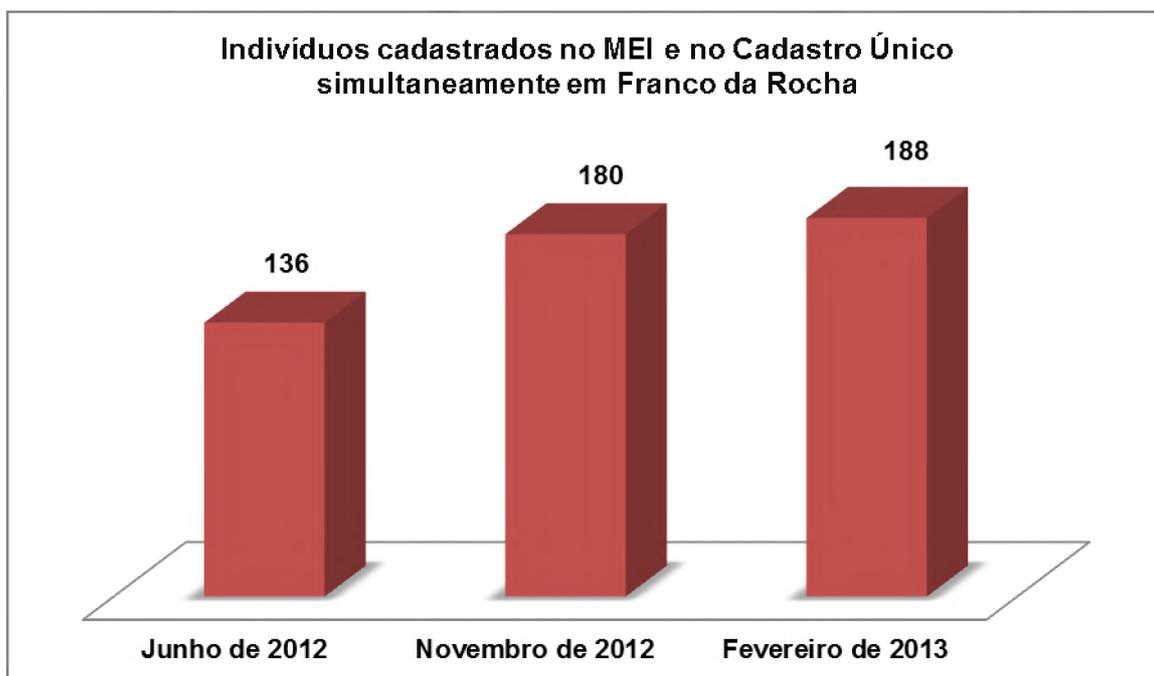
direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem, a fim de garantir proteção integral. Esses serviços são desenvolvidos por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos.

Inclusão Produtiva e o Acesso ao Mercado de Trabalho

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Programa Bolsa Família e de atendimento socioassistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI).

Em fevereiro de 2013, o município contava com 1.768 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O **gráfico 34** mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013.

Gráfico 34

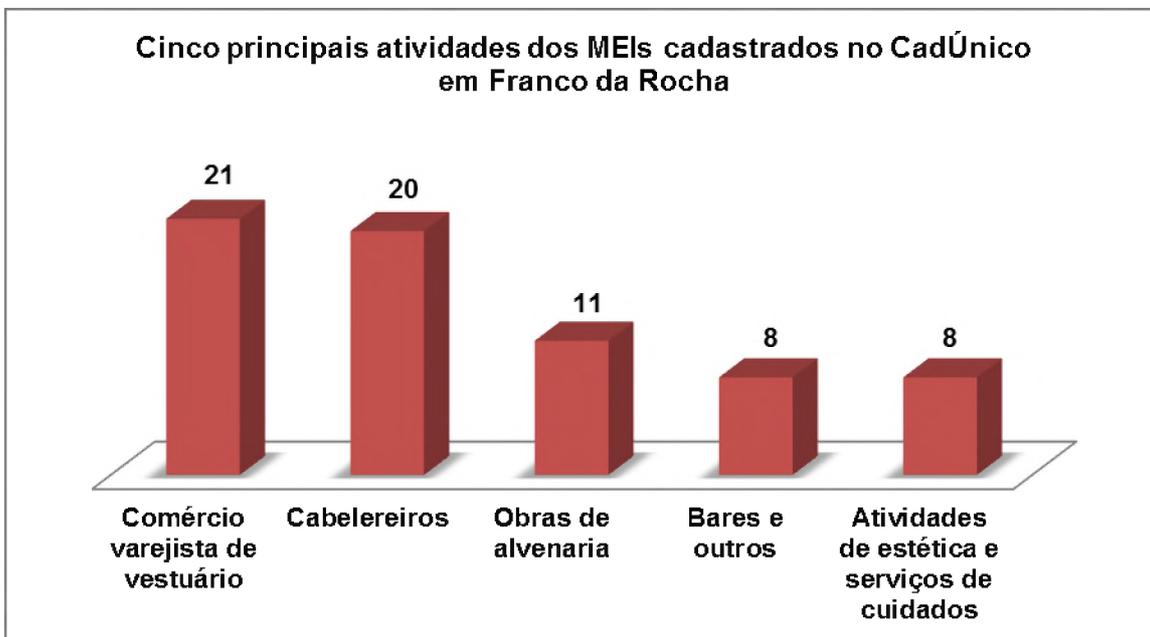


Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ao considerar os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro

Único e no programa MEI, foi possível observar no município, as cinco principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no **gráfico 35**.

Gráfico 35



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Aspectos da infraestrutura urbana

Franco da Rocha cresceu no entorno do Hospital Juquery sem qualquer planejamento urbano. Sob nenhum aspecto, suas ruas e avenidas se parecem com as alamedas do Juquery, que contam com belas árvores e já teve seus jardins desenhados por artistas.

Além disso, sua topografia acidentada não favorece a organização dos espaços públicos, e ao longo da sua existência pouco se fez pensando em calçadas, praças e lugares de convivência.

A explosão demográfica da década de 70 resultou em inúmeros loteamentos sem infraestrutura, muitos clandestinos, e a ausência de fiscalização facilitou a invasão das áreas públicas.

A ocupação irregular das margens dos principais rios e córregos da cidade e a ausência de um planejamento e investimento em macrodrenagem condenaram a cidade a um problema crônico de enchentes, sendo o centro administrativo e comercial da cidade, a região vitimada pelos maiores alagamentos durante o verão.

Hoje, o abastecimento de água atende a 81% das residências, e 65% contam com a coleta de esgoto. Não há esgoto tratado. Estes serviços foram nos últimos 30 anos de responsabilidade da SABESP, permanecendo pelos próximos 30.

Os serviços de iluminação pública, sob a responsabilidade da Elektro até 31 de dezembro de 2013, tiveram poucos investimentos nos últimos anos. A rede é antiga e ineficiente, exigindo manutenção cara, com poucas possibilidades de oferecer um serviço de qualidade, tem sido coordenada pela prefeitura municipal desde 2014.

Em que pese ter a cidade apenas 12% de ruas sem revestimento, cerca de 131, estas são as de maior complexidade para execução e custo, pois exigem obras de drenagem, muros de arrimo, urbanização de vielas, desapropriações, entre outros.

Como cidade dormitório, com 48% dos trabalhadores dependendo do transporte dos trens da CPTM para trabalhar, a localização da estação definiu o “centro” da cidade, obrigando estes a transitarem no mesmo local, o que fez o comércio do entorno se fortalecer na mesma medida em que desfavoreceu o desenvolvimento dos bairros.

O transporte coletivo é operado por uma empresa concessionária que transporta aproximadamente 33 mil passageiros por dia, incluídas as gratuidades. A lógica do percurso sempre é em relação à estação de trem, e tudo se instalou nestas proximidades.

Aspectos da área de segurança

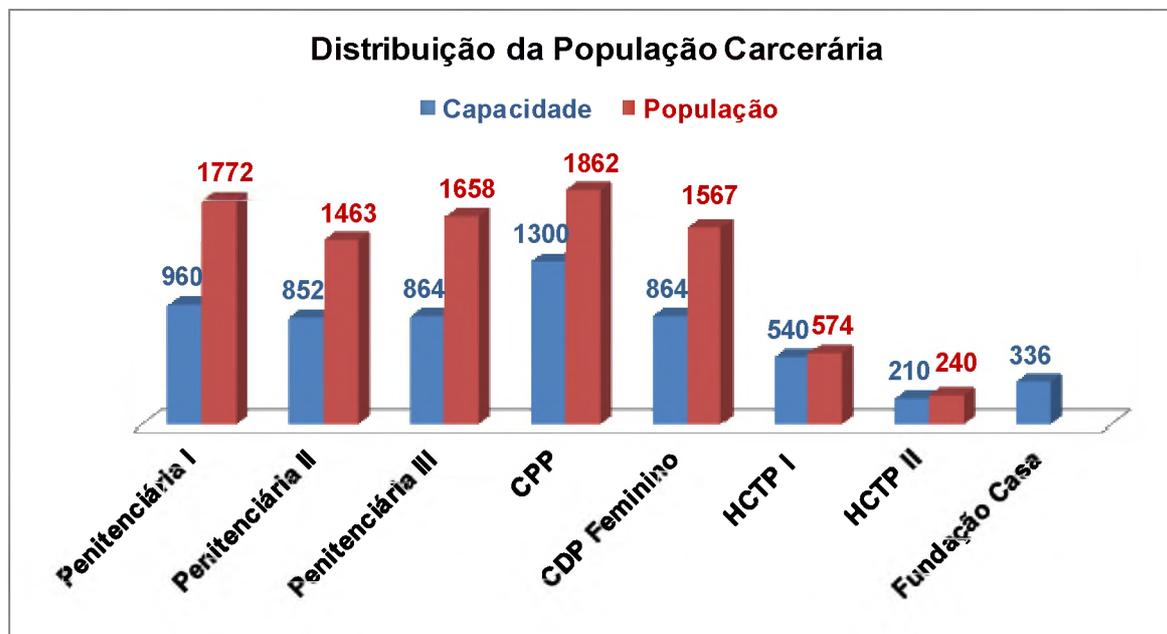
O município abriga o 26º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano, composto por cinco companhias distribuídas em Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Mairiporã e Cajamar. Além disso, possuímos a Delegacia Seccional de Polícia, uma Delegacia de Polícia (plantão policial), a Escola Superior de Bombeiros, a Instituição de Ensino do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar e a Guarda Civil Municipal.

A Guarda Civil Municipal presta serviços de vigilância patrimonial, segurança nas escolas por meio das rondas escolares, escolta de pessoas com distúrbio comportamental, além de atender a população.

Franco da Rocha possui, também, três penitenciárias, um Centro de

Progressão Penitenciária (CPP), um Centro de Detenção Provisória (CDP) feminino, dois Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) e duas unidades da Fundação Casa, totalizando uma população carcerária de 9.500 presidiários, divididos conforme o **gráfico 36**.

Gráfico 36



Devido ao direito a saída temporária dos presos que cumprem pena no regime semi-aberto, concedidas cinco vezes ao ano, nosso município fica exposto a aproximadamente 1.800 detentos circulando em nossa cidade, o que gera grande vulnerabilidade e ampliação no índice de ocorrências criminais violentas ou não.

Funcionalismo público municipal

A Emancipação Política Administrativa de Franco da Rocha ocorreu em 30 de novembro de 1944. Na Década de 70, mais precisamente em 1975, foi criado o 1º Estatuto do Funcionário Público, que contemplava apenas 15 funcionários.

Após 20 anos, na década de 90, em 1995, criou-se o novo estatuto do servidor público e com ele o plano de carreira, cargos e salários, transformando 100% dos funcionários em estatutários.

Na década de 2000, em 2005, criou-se a lei do prêmio incentivo, que contempla alguns funcionários. No curso da mesma década, em 2009, criou-se a lei do estatuto do magistério para professores da rede municipal de

educação. Atualmente encontra-se em reformulação o estatuto, o Plano de Carreira e o estatuto do magistério.

Composição das receitas municipais

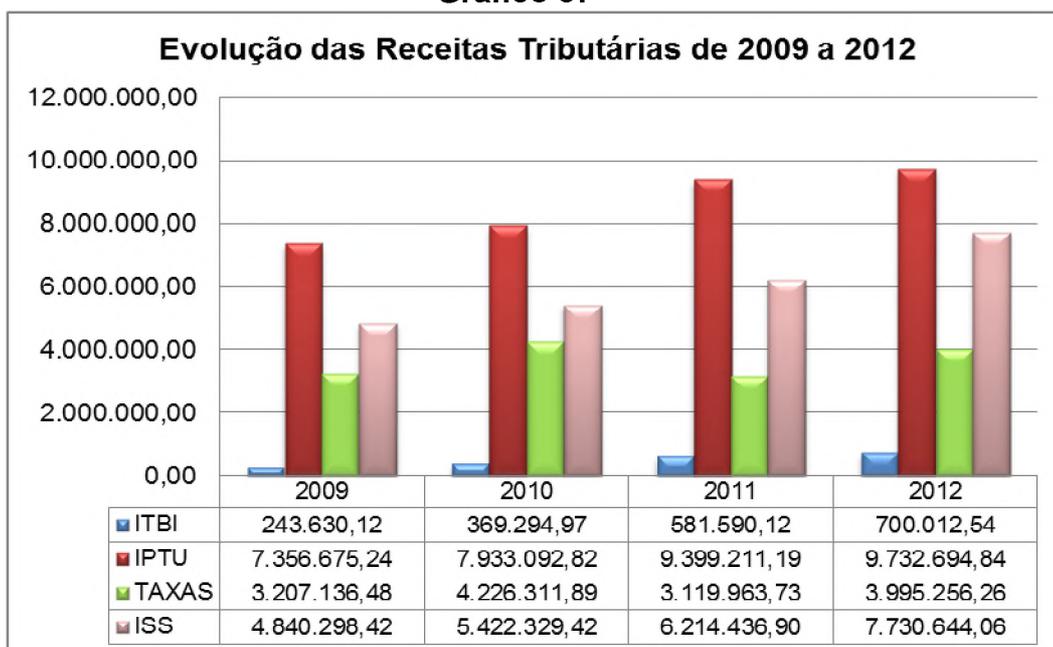
As receitas públicas são compostas por ingressos, impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos, arrecadados para atender às despesas públicas. Elas somam as receitas correntes, as transferências correntes e outras receitas.

As receitas correntes são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades do Estado, para aplicação em despesas, visando a execução dos objetivos indicados nos programas e ações de governo. Classificam-se em: tributária, patrimonial, industrial, de contribuições, agropecuária e de serviços.

As transferências correntes são os repasses financeiros vindos dos governos estadual e federal.

Com a finalidade de demonstrar que o município é dependente das receitas externas e tem baixa arrecadação de recursos próprios, os **gráficos 37, 38 e 39**, respectivamente, apresentam a arrecadação das receitas próprias até 2012, a evolução da arrecadação das demais receitas até julho de 2013 e a composição total da receita municipal, indicando que cerca de 80% destas são provenientes de transferências de outros entes federados.

Gráfico 37



Fonte: Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Franco da Rocha

Gráfico 38 – Receitas 2007 a 2013 (até julho)

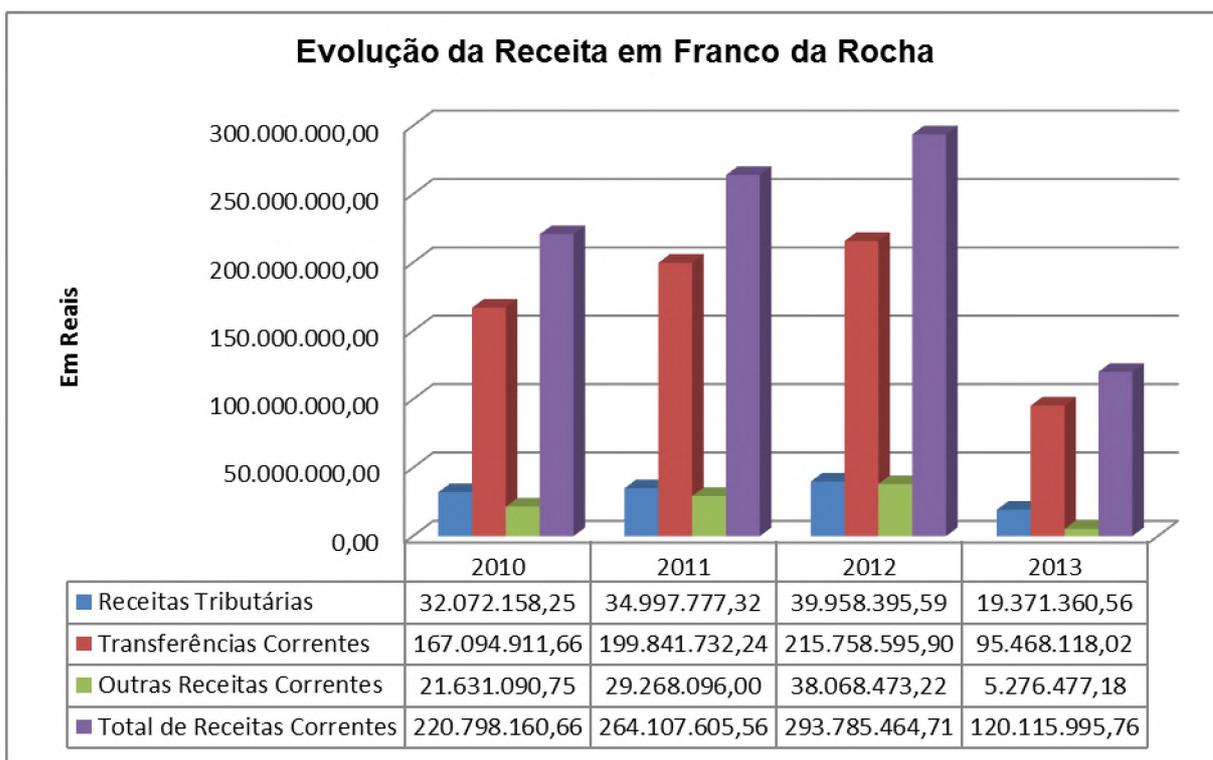
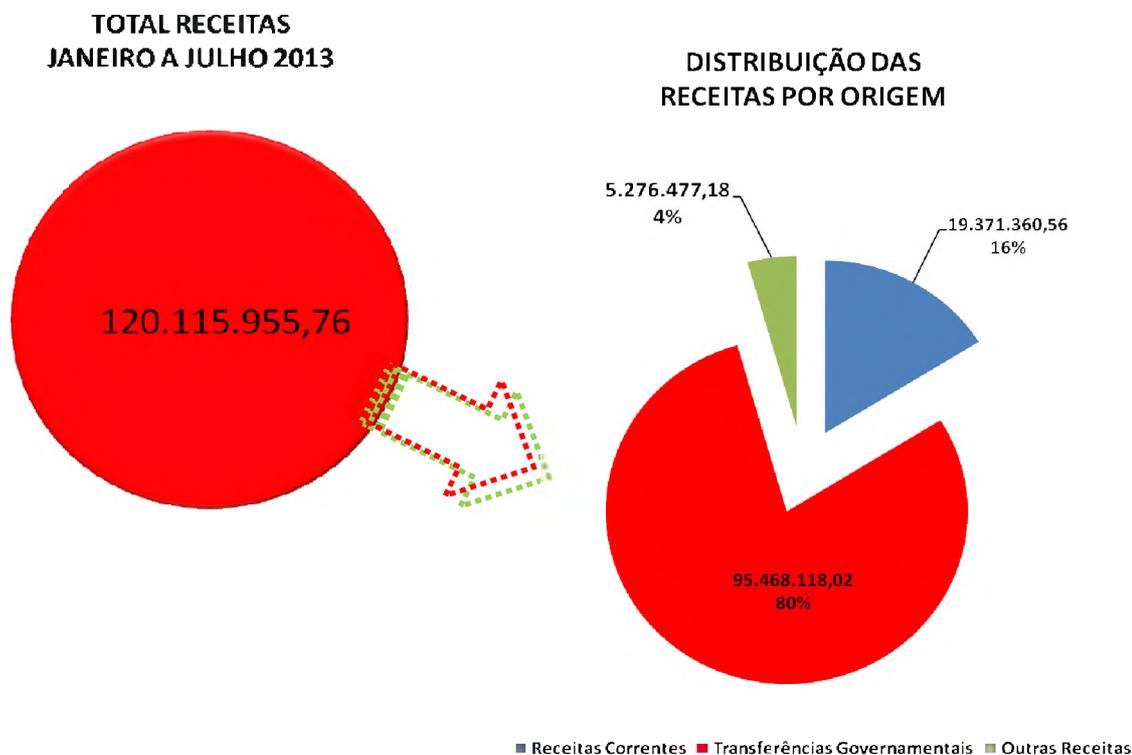


Gráfico 39



O Plano Municipal da Educação e o Plano PluriAnual - PPA

Conforme estabelece o artigo 10⁸ da Lei Federal nº 13.005/2014, as ações propostas neste plano consideraram o PPA – 2014/2017, elaborado de forma participativa em 2013.

Para tanto, foram organizadas diversas reuniões com os gestores municipais para analisar as demandas imediatas, o impacto com a mudança de governo, a socialização do programa de governo e a definição das ações e da metodologia de trabalho para a construção do PPA.

A **tabela 3** apresenta um panorama da Educação Municipal até 2014, que foi referência para a elaboração do Programa de Governo.

Tabela 3

ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA									
Segmento	1992	1996	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014
Ed. Infantil (0 a 3 anos) Creche Municipal	82	275	269	266	1.056	1.304	1.730	2.305	2.080
Ed. Infantil (4 a 6 anos) Municipal	1.951	3.777	4.109	4.665	3.638	3.630	3.649	3.616	3.742
Ensino Fund. (1º ao 5º ano) Municipal	---	---	502	2.732	2.738	4.552	7.238	7.305	7.894
Ensino Fund. (1º ao 5º ano) Estadual	---	---	9.786	7.546	5.596	3.127	2.365	2.225	2.320
EJA (Ed. de Jovens e Adultos) Municipal	---	1.165*	388*	1.074*	750*	467*	408*	562*	559*
Educação Especial	20	41	---	---	142	98	109	73	85
Ensino Fund. (6º ao 9º ano) Estadual	---	---	10.795	10.100	10.785	10.661	10.603	10.032	8.482
Ensino Médio Estadual	---	---	6.678	6.669	6.831	6.905	6.956	7.188	7.475
EJA (Ensino Médio) Estadual	---	---	---	---	739*	602*	479*	782*	882*

Fonte: Fundação SEADE, 2015 - Semestral*

Os debates organizados durante a elaboração do PPA promoveram a avaliação dos primeiros meses de governo, considerando seus entraves e os avanços, além da apresentação e avaliação do Programa de Governo, destacando a seguir as propostas para a educação, cultura, esporte e lazer:

⁸ Artigo 10 - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Propostas do Programa de Governo

1. Garantir que toda criança chegue aos oito anos de idade lendo e escrevendo.
2. Iniciar a implantação do ensino integral na rede municipal, por meio do Programa Mais Educação do Governo Federal.
3. Criar 1.500 vagas em creches e garantir vagas para todas as crianças na pré-escola.
4. Ampliar os programas de alfabetização de jovens e adultos e de profissionalização para os jovens excluídos do mercado de trabalho.
5. Implantar programas que apóiem ações de impacto sociocultural e equipar o Parque Municipal para a criação de uma agenda de eventos, além de manter e ampliar as oficinas culturais oferecidas pela Prefeitura, com aulas de artes, teatro, dança e idiomas;
6. Implantar o Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, que promove, por meio de práticas esportivas e de lazer, o desenvolvimento integral de crianças e jovens.
7. Construir um ginásio de esportes, cinco quadras poliesportivas e campos de futebol, além de implantar as “Academias da Saúde”.
8. Abrir as escolas aos finais de semana para a comunidade, com atividades extracurriculares, oficinas culturais e esportivas.
9. Criar o Museu da Memória de Franco da Rocha.

O Plano Plurianual também foi elaborado a partir de diversos estudos de avaliação sobre os problemas da cidade, das possibilidades orçamentárias e na construção de estratégias de enfrentamento.

Muitas destas possibilidades já foram consolidadas, como por exemplo, a ampliação das vagas em creches a partir dos convênios firmados para a construção de novos prédios.

As Metas do Plano Municipal da Educação para 10 anos (2014/2024)

Considerando os princípios da Lei Federal nº 13.005/2014 em composição com as propostas do PPA 2014/2017, que apontam a quantidade e a qualidade dos serviços existentes, o regime de colaboração, os limites orçamentários, as demandas atendida, reprimida e a invisível, de forma

participativa, foram construídas as ações para o alcance das 20 metas do Plano Nacional da Educação, destacando aquelas que estão na governabilidade do município, sem deixar de lado, as iniciativas de mobilização e fiscalização do poder público municipal e da sociedade civil no acompanhamento das ações de responsabilidade dos outros entes federados.

Nas próximas páginas detalham-se as diretrizes, os objetivos e os diagnósticos de cada meta, além das ações propostas por metas, distribuídas nos anos do decênio 2014/2024, destacando que algumas delas já foram implantadas desde 2014.

META 1 – Educação Infantil

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

DIRETRIZ DA META 1

A Educação Infantil, de 0 a 6 anos⁹ esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos. Na sociedade contemporânea, a criança tem a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo nas interações, com outras crianças.

As expectativas para este nível de ensino é a universalização do atendimento e a garantia dos padrões mínimos de qualidade. Apesar da consolidação destas constarem nos documentos institucionais, ainda há distância da concretização, principalmente em razão da falta de vagas, pois apenas recentemente a fonte de financiamento para a construção de prédios e custeio dos serviços foi garantida em lei.

OBJETIVO DA META 1

Universalizar o atendimento na faixa etária de 4 a 5 anos e ampliar o atendimento de 0 a 3 anos, superando as desigualdades de escolarização, promovendo a formação continuada dos educadores, garantindo a qualidade do ensino na Educação Infantil;

DIAGNÓSTICO DA META 1

Apenas as crianças pobres, ou sem família precisam de uma instituição para acolhê-las. Foi para este fim que surgiram, ainda no Brasil Império, as primeiras instituições brasileiras para atendimento das crianças de zero a seis anos. Crianças das classes altas ou médias são cuidadas por suas avós ou mães, que não precisam trabalhar, ou ainda por babás.

Por isso as primeiras creches foram ligadas à área da Assistência Social, e apenas na década de 80 discute-se a Educação Infantil como um direito da

⁹ A criança com 6 anos passou a ser atendida no Ensino Fundamental obrigatório, a partir da Lei 11.274/2006.

criança, o que se consolidou na Constituição de 1988 e posteriormente, em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inserindo a Educação Infantil na Educação Básica e conferindo esta responsabilidade aos municípios, porém sem fonte de financiamento.

Apenas em 2007, com a Lei nº 11.494 que instituiu e disciplinou o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB é que foram criadas as condições reais para o financiamento das creches, seja para a construção de prédios, compra de materiais e equipamentos, ou para a contratação e capacitação de pessoal.

Já se passaram 19 anos que a LDB caracterizou a Educação Infantil como *"primeira etapa da educação básica"* (artigo 29) e definiu seu fim *"o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade"*, porém diante do número diminuto de vagas e do grande número de crianças em situação de vulnerabilidade, as creches também se apresentam como uma alternativa para as mães trabalhadoras e às crianças que não tem outra opção de acolhimento. Criança na escola é garantia de qualidade de vida e de desenvolvimento. Para as crianças vulneráveis, a única.

Apesar da Constituição Federal, da LBD, e também do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 tratarem a Educação como dever do estado e direito de todos, tendo como princípio a universalização do acesso, independentemente da classe econômica, as políticas de assistência social procuram alcançar as crianças e os jovens que não possuem referência familiar, que sofrem de desnutrição, de maus tratos, sem os cuidados e acolhimento mínimos, e principalmente, sem qualquer estímulo para o desenvolvimento social e cognitivo. Para estas crianças, quanto mais cedo tiverem a oportunidade de frequentar a escola, mais chances terão de autonomia e uma vida adulta cidadã. Além disso, crianças que frequentam escolas de educação infantil terão mais sucesso e melhor aproveitamento no Ensino Fundamental obrigatório.

O reconhecimento da importância da Educação Infantil decorreu, em 1994 na Política Nacional da Educação Infantil, resultou na elaboração, em 1998 das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, direcionando os princípios de ordem pedagógica e, em 2001, com o Plano

Nacional de Educação, definiu critérios para a redução das desigualdades sociais e regionais.

A seguir demonstram-se os índices nacionais de atendimento. Com 88% das crianças de 4 e 5 anos atendidas, a meta de universalização da Pré-escola até 2016 não parece distante para o País, mas é preciso ressaltar que os 12% restantes significam quase 700 mil crianças e que as desigualdades regionais são marcantes. Além disso, o foco não pode se restringir ao atendimento, sem um olhar especial para a qualidade do ensino.

Já na etapa de 0 a 3 anos, o País patina de forma recorrente. O Plano Nacional de Educação de 2001-2011 já estabelecia o atendimento de 50% da demanda até 2005, meta solenemente descumprida e agora postergada para o final da vigência do plano atual, em 2024. Seguem nos gráficos 40 e 41 os percentuais de atendimento no país.

Gráficos 40 e 41



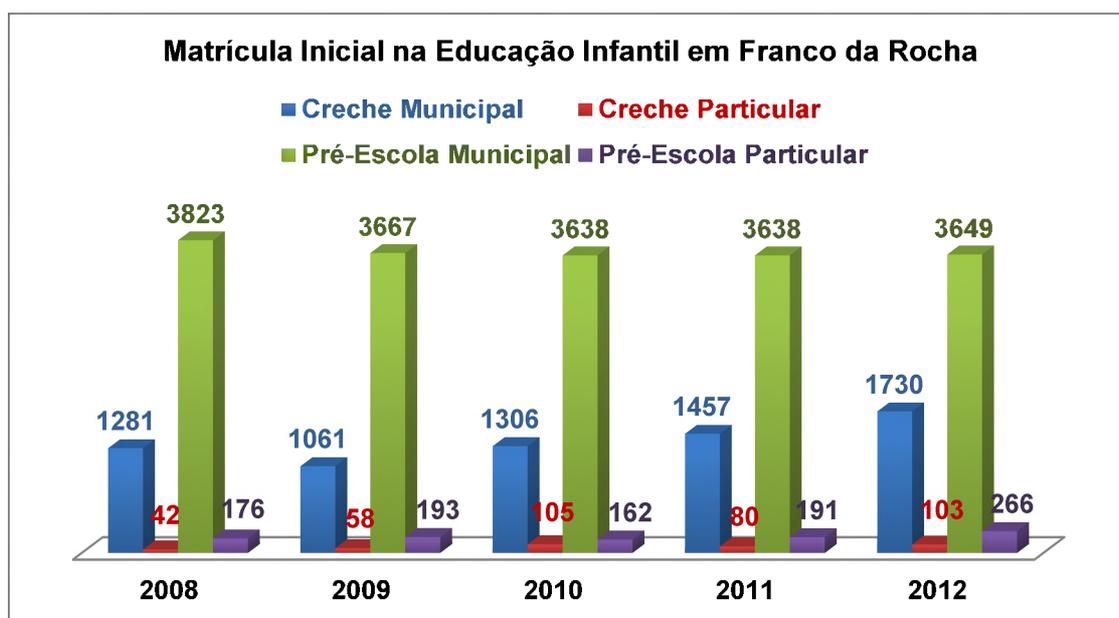
Educação Infantil no Município

Muito mais pela pressão social e menos pela capacidade de investimento e planejamento de longo prazo, gradativamente, o município vem ampliando sua rede de creches. As primeiras creches datam de 1988 (Creches Santa Ana e São José) e atendiam pouco mais de 150 crianças. Ligadas à área da Assistência Social, contavam com critérios exclusivamente sociais para acesso. A partir de 1993 as creches foram vinculadas à área da educação,

ganhando um caráter de equipamento escolar, momento em que a função de pajem passou a ser denominada como “Auxiliar de Desenvolvimento Infantil”.

No **gráfico 42** observamos que as matrículas efetivadas nos últimos anos demonstram um crescimento na faixa de 0 a 3 anos, e um decréscimo na faixa de 4 a 6. Isso se explica diante da grande pressão da sociedade para o atendimento em creches (0 a 3), que é considerado mais como um equipamento para atender a mãe trabalhadora e menos como “escola”. A alternativa da municipalidade na ocasião foi transformar os prédios das pré-escolas em creche, explicando desta forma porque o atendimento na faixa etária dos 4 a 6 anos foi reduzido.

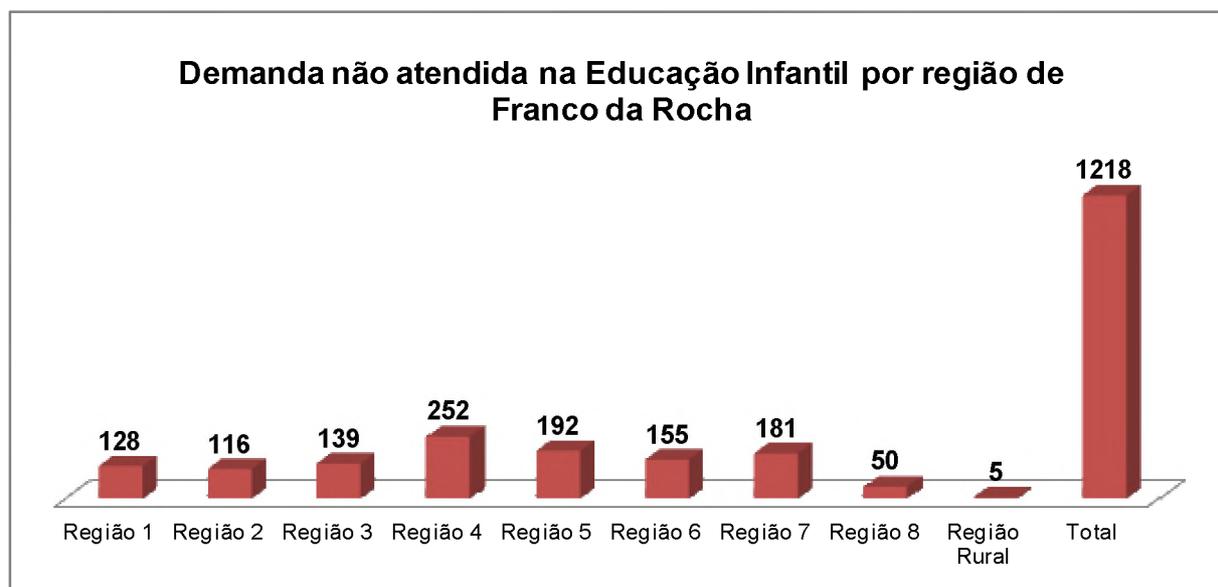
Gráfico 42



Fonte: Fundação SEADE

Na faixa etária de 0 a 3 anos, a demanda que procura pelo serviço e não consegue atendimento, indica o desafio do município para cumprir o direito público e subjetivo à educação. Os dados atuais da demanda de 4 e 5 anos, que procura pelo serviço e não é atendida, por região, consta no **gráfico 43**.

Gráfico 43



Fonte: Fundação SEADE

Na **tabela 4** apresenta-se a evolução das matrículas na Educação Infantil, destacando a demanda, o atendimento de 0 a 3 anos (creche) e o atendimento de 4 a 6 anos (pré-escola), lembrando que a partir de 2007 as crianças de 6 anos passaram a ser atendidas no Ensino Fundamental I.

TABELA 4				
	Nº de escolas	Matrículas de 0 a 3 anos	Matrículas de 4 a 6 anos	Demanda
2000	36	341	3724	13.083
2001	35	269	4101	13.035
2002	36	269	4213	12.974
2003	36	217	4556	12.896
2004	35	267	4635	12.805
2005	35	266	5096	12.701
2006	33	368	3655	12.588
2007	34	920	3626	12.460
2008	34	1272	3778	12.316
2009	34	1056	3618	12.174
2010	34	1304	3588	12.035
2011	33	1456	3607	12.266
2012	36	1726	3618	12.498
2013	36	2300	3580	12.731
2014	34	2076	3716	12.966
2015	33	2161	3766	Sem informação

Na **tabela 5**, apresenta-se o atendimento atual nas 15 escolas de

Educação Infantil que atendem a faixa etária de 0 a 3 anos por idade/turma¹⁰, a demanda da lista de espera e a projeção para 2016. Neste caso distribuímos o número projetado para as crianças que nascerão em 2016, considerando o número de atendimento atual por creche/bairro.

TABELA 5 - ESCOLAS EXISTENTES

Nº de ordem	EMEB – Creche	BAIRRO/REGIÃO	Atendimento/ Capacidade/ Demanda s/ atendi/o	Situação Atual – 2015					Projeção para 2016				
				De 4 meses a 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos e 11 meses	TOTAL ATENDI/TO/ DEMANDA	De 4 meses a 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos e 11 meses	TOTAL PROJEÇÃO
				BI	BII	MI	MII		BI	BII	MI	MII	
01	Antônio Faria	Pouso Alegre	A/C	25	50	56	53	184	25	50	56	53	184
		Região 8	D	36	57	38	43	174	164	11	51	38	264
02	Carlos Eduardo de Souza	Jdim Luciana	A/C	0	21	28	56	105	0	21	28	56	105
		Região 1	D	10	44	54	27	135	105	10	40	23	178
03	Cecília Meireles	Pque Paulista	A/C	21	21	46	78	166	21	21	50	78	170
		Região 4	D	25	71	86	56	238	103	25	42	58	228
04	Clóvis Roberto Miranda	Monte Verde	A/C	0	12	40	55	107	0	12	40	55	107
		Região 7	D	0	34	21	1	56	105	0	6	6	117
05	Guido Severino de Souza	Vila Bela	A/C	0	25	28	84	137	0	25	28	84	137
		Região 4	D	0	68	100	61	229	136	0	65	44	245
06	Izildinha Nicodemo	Centro	A/C	21	21	56	56	154	21	21	56	56	154
		Região 8	D	3	38	9	0	50	126	3	3	9	141
07	Jardim Progresso	Jardim Progresso	A/C	0	25	28	84	137	0	25	28	84	137
		Região 8	D	0	30	30	0	60	136	0	27	0	163
08	José Seixas Vieira	Vila Lanfranchi	A/C	0	15	25	50	90	0	15	25	50	90
		Região 7	D	0	16	37	0	53	90	0	6	12	108
09	Mariana Thomaz Ferreira	Vila Bazu	A/C	0	21	50	75	146	0	21	50	75	146
		Região 3	D	0	33	41	0	74	147	0	4	16	167
10	Noel Rosa	J. Jaboticabeiras	A/C	0	20	25	25	70	0	20	25	25	70
		Região 2	D	0	2	19	19	40	63	0	0	19	82
11	Oduvaldo Viana Filho	Pque Vitória	A/C	0	21	56	56	133	0	21	56	56	133
		Região 6	D	0	22	9	9	40	132	0	0	9	141
12	Oscar Lustosa Pinto	Jdim União	A/C	0	25	56	84	165	0	25	56	84	165
		Região 3	D	0	32	14	0	46	168	0	1	0	169
13	Paulo Benevides F. Godoy	Jdim Cruzeiro	A/C	0	21	25	75	121	0	21	25	75	121
		Região 2	D	0	46	39	15	100	126	0	42	0	168
14	Roberto Meconi	Centro	A/C	30	75	62	77	244	30	75	62	77	244
		Região 8	D	151	26	37	7	221	243	103	14	37	397
15	Telma Simas Garcia	Pque Vitória	A/C	0	25	71	115	211	0	25	71	115	211
		Região 6	D	0	34	38	8	80	210	0	0	0	210
16	Tereza Barqueta	Lago Azul	A/C	0	0	14	42	56	0	0	14	42	56
		Região 5	D	0	0	41	53	94	54	0	0	13	67

¹⁰ Berçário I (0 a 11 meses), Berçário II (1 ano), Maternal I (2 anos), Maternal II (até 3 anos e 11 meses);

O desafio para o município de Franco da Rocha, classificado no Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, no grupo 5, como “*municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais*”, é, com poucos recursos, encontrar formas de atender o direito de acesso de todas as crianças em escolas de educação infantil, e ainda, garantir que a infância desprotegida possa afastar seu destino da pobreza.

AÇÕES DA META 1

2014

Demanda

União: estabelecer, no primeiro ano de vigência do P.N.E., normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

Município: Publicar no site da prefeitura critérios e locais para inscrição de atendimento das crianças de 0 a 5 anos, atualizando mensalmente a lista de inscritos na creche;

2015

Formação

União: Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, o atendimento por profissionais com formação superior.

Município:

1. Assegurar a participação mensal de todos os profissionais da Educação Infantil em diversos laboratórios de formação;
2. Consolidar a Proposta Curricular para a Educação Infantil.
3. Realizar a formação da equipe gestora, professores e cuidadores que atendem as crianças com deficiência;
4. Promover, no mínimo, um encontro com gestores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
5. Promover intercâmbio com instituições educacionais e culturais;

Expansão do atendimento

União: definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

Município: Construir escolas de Educação Infantil com as especificidades da estrutura física necessária à faixa etária. Na **tabela 6**, descrevem-se as novas construções, já em andamento e na **tabela 7** as propostas de ampliação dos prédios existentes:

TABELA 6					
Nº DE ORDEM	BAIRRO DE LOCALIZAÇÃO	REGIÃO	POSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DOS BAIRROS DA MESMA REGIÃO	CAPACIDADE	OBSERVAÇÃO
01	Parque Montreal	4	Vila Sonia, Portal das Alamedas	150	Previsão de conclusão da obra em janeiro de 2016. Contrato já assinado e previsão de início das obras e 15 dias
02	Vila Palmares	7	Monte Verde, Pque Vitória Alto, Pque Munhoz, M.Dentro, Chácara São José, Estância Green Valley,	120	Previsão de conclusão da obra em maio de 2016
03	Bom Tempo	1	Apenas do próprio bairro	60	Previsão de conclusão da obra em maio de 2016
04	Vila Santista	1	Pque Sta Delfa, Sobradinho, V.S. Benedito, Portal das Alamedas	120	Previsão de conclusão da obra em maio de 2016
05	Santo Antônio	5	Lago Azul, Vila Elisa, JdimLuizaVila Lanfranchi, PqueLanel, V. Sta Rosa, V. dos Comerciários;	60	Previsão de conclusão da obra em maio de 2016
06	Jdim Bandeirantes	1	Demanda do Conjunto habitacional, Jdim Bandeirantes, V. Leopólis	150	Previsão de conclusão da obra em março de 2016

TABELA 7				
EMEB	Bairro	Ampliação	Vagas que podem ser abertas	Conclusão da Obra
Antonio Carlos Jobim	Vila Bela	1 sala	20 integrais ou 60 parciais	Março de 2016
Carlos Eduardo Souza	Jd Luciana	2 salas	20 integrais e 60 parciais	Março de 2016
Cecília Meireles	P. Paulista	1 sala	20 integrais	Outubro de 2015
Dulce Moreira	Centro	2 salas	40 integrais	Março de 2016
Euclides da Cunha	S Benedito	1 sala	20 integrais ou 60 parciais	Março de 2016
Machado de Assis	C Líbano	2 salas	20 integrais e 60 parciais	Dezembro de 2015
Mário Quintana	P. Paulista	2 salas	20 integrais e 60 parciais	Outubro de 2015
Noel Rosa	J Jabuticabeiras	3 salas	40 integrais e 60 parciais	Março de 2016
Teresa Barqueta	L. Azul	3 salas	40 integrais e 60 parciais	Dezembro de 2015

Avaliação e acompanhamento

União: Implementar em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de 0 a 3 anos.

Município:

1. Promover encontros semestrais com as famílias das crianças de Educação Infantil, profissionais da Saúde e Assistência Social;
2. Inserir no concurso público avaliação de aptidão para os profissionais de educação infantil;

União: Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso só (a) aluno (a) de se 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.

Município: Promover, no mínimo, um encontro com gestores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

2016

Demanda

União: Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência das crianças na educação infantil, em especial aos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistencial social, saúde e proteção à infância.

Município:

1. Ampliar as vagas nas creches municipais, priorizando as crianças em situação de vulnerabilidade;
2. Garantir a frequência e permanência das crianças na Educação Infantil;

Avaliação e acompanhamento

União: Implantar até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a

situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

Município: Realizar avaliação bienal, das escolas de Educação Infantil.

2017

Demanda

União: Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

Município: Ampliar o atendimento Educacional Especializado em 10%.

2024

Expansão do atendimento

União: Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de (0) zero a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Município:

1. Atender em tempo integral todas as crianças inscritas de 0 a 3 anos;
2. Avaliar a possibilidade do atendimento em tempo integral de crianças de 4 e 5 anos em uma escola polo;

União: Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública.

Município: Estabelecer parceria com uma creche certificada, caso não atenda 50% da demanda na rede própria.

META 2 – Ensino Fundamental

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

META 5 – Alfabetização

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

DIRETRIZES DAS METAS 2 E 5

O Ensino Fundamental de nove anos é um direito básico do cidadão, por ser a garantia mínima de formação para a vida pessoal, social, profissional e política, por isso este nível de escolaridade é obrigatório, seja para os pais ou responsáveis na procura pelas vagas, ou para o poder público no oferecimento destas.

Este direito foi alcançado pelo conjunto da população brasileira apenas no final da década de 90, permanecendo ainda restrito em algumas regiões do país. Na década de 60, com Lei nº 4.024/1961 - LDB¹¹, regulamentou-se a obrigatoriedade de escolaridade do ensino primário, previsto na Constituição de 1934, e apenas em 1971 a Lei nº 5.692 - LDB determinou a extensão desta obrigatoriedade para oito anos.

A Lei nº 9.394/1996, a LDB vigente, inspirada na Constituição de 1988 organiza a Educação Básica, estabelece as responsabilidades dos entes federados e as possibilidades de financiamento, reconhece a necessidade de valorização do magistério, e concretamente, desenha um cenário para que, além do direito de entrar na escola, todo cidadão consiga permanecer e concluir seus estudos com qualidade.

Em 2006, com a Lei nº 11.274, instituiu-se o ensino fundamental de nove anos, incluindo as crianças de seis anos de idade. Tal medida, ao transformar o último ano da Educação Infantil no 1º ano do Ensino Fundamental, incluiu mais crianças no sistema educacional, especialmente aquelas pertencentes aos

¹¹ LDB – Lei de Diretriz e Bases da Educação Nacional

setores populares, uma vez que as crianças das classes média e alta já se encontravam incorporadas ao sistema de ensino, além de serem exaustivamente estimuladas nas atividades familiares.

Um fator importante para a inclusão das crianças de seis anos de idade na instituição escolar deve-se aos resultados de estudos que demonstram o sucesso das crianças que ingressam na instituição antes dos sete anos de idade. Estas apresentam, em sua maioria, resultados superiores em relação àquelas que ingressam somente aos sete anos.

Ressalte-se que o ingresso dessas crianças no Ensino Fundamental não pode constituir numa medida meramente administrativa. É preciso atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, o que implica no conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas, sem perder de vista a abrangência da infância de seis a dez anos de idade nessa etapa de ensino.

Possibilitar o acesso de todas as crianças na escola não garantiu a permanência, ou a qualidade no aprendizado, fato observado nos **gráficos 44, 45 e 46**, com os resultados da aprendizagem no 3º ano do Ensino Fundamental indicando que apenas 44,5% das crianças atingem o domínio adequado da leitura, 30,1% da escrita e apenas 33,3% da linguagem matemática.

Gráficos 44, 45 e 46



Não é possível falar da universalização do ensino fundamental, sem que sejam garantidos, nos anos iniciais o domínio básico pelas crianças das linguagens escrita e matemática, pois estas são instrumentos de autonomia, seja para a continuidade nos estudos, ou para a vida cidadã.

Uma criança pode ser considerada alfabetizada quando se apropria da leitura e da escrita como ferramentas essenciais para seguir aprendendo, buscando informação, desenvolvendo sua capacidade de se expressar, de desfrutar a literatura, de ler e de produzir textos em diferentes gêneros, de participar do mundo cultural no qual está inserido. Para cada ano de escolaridade, há diferentes expectativas em relação a essas capacidades, que precisam ser consideradas nos momentos de planejamento e de análise do desempenho de alunos e da escola. As metas colocadas pelo Plano Nacional de Educação em relação à alfabetização são ambiciosas, se considerados os atuais resultados das avaliações externas. Mas são viáveis, desde que haja um trabalho intencional e sistemático visando a melhoria da qualidade da formação inicial e continuada dos professores e de fortalecimento de comunidades leitoras nas instituições.

OBJETIVO DAS METAS 2 E 5

Assegurar o acesso pleno das crianças no ensino fundamental, considerando inclusive o regime de cooperação da Diretoria Regional de Caieiras com a Rede Municipal de Ensino de Franco da Rocha, além de promover a busca ativa e viabilizar o planejamento de matrículas de forma integrada, garantindo o domínio adequado das linguagens escrita e matemática no 3º ano, assim como um ensino de qualidade.

DIAGNÓSTICO DAS METAS 2 E 5

A LBD de 1996, ao destacar o Ensino Fundamental como obrigatório e gratuito, definiu a responsabilidade entre os entes da federação e o regime de colaboração, provocando a criação do FUNDEF¹², que decorreu em uma revolução na gestão dos sistemas de Ensino. Esta implicou na transferência

¹² FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, instituído pela Emenda Constitucional nº 14/96 e regulamentado pela Lei 9.454/96, implantado nacionalmente em 1998.

das escolas de ensino fundamental, predominantemente geridas pelos governos estaduais para os municípios.

Este fundo de financiamento implicou em novos critérios na distribuição e utilização dos recursos, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.

Nos **gráficos 47 e 48** demonstram-se a transferência das escolas e do número de matrículas, inicialmente de responsabilidade dos estados, para os municípios.

Gráfico 47 fonte: Centro de Informações Educacionais - CIE

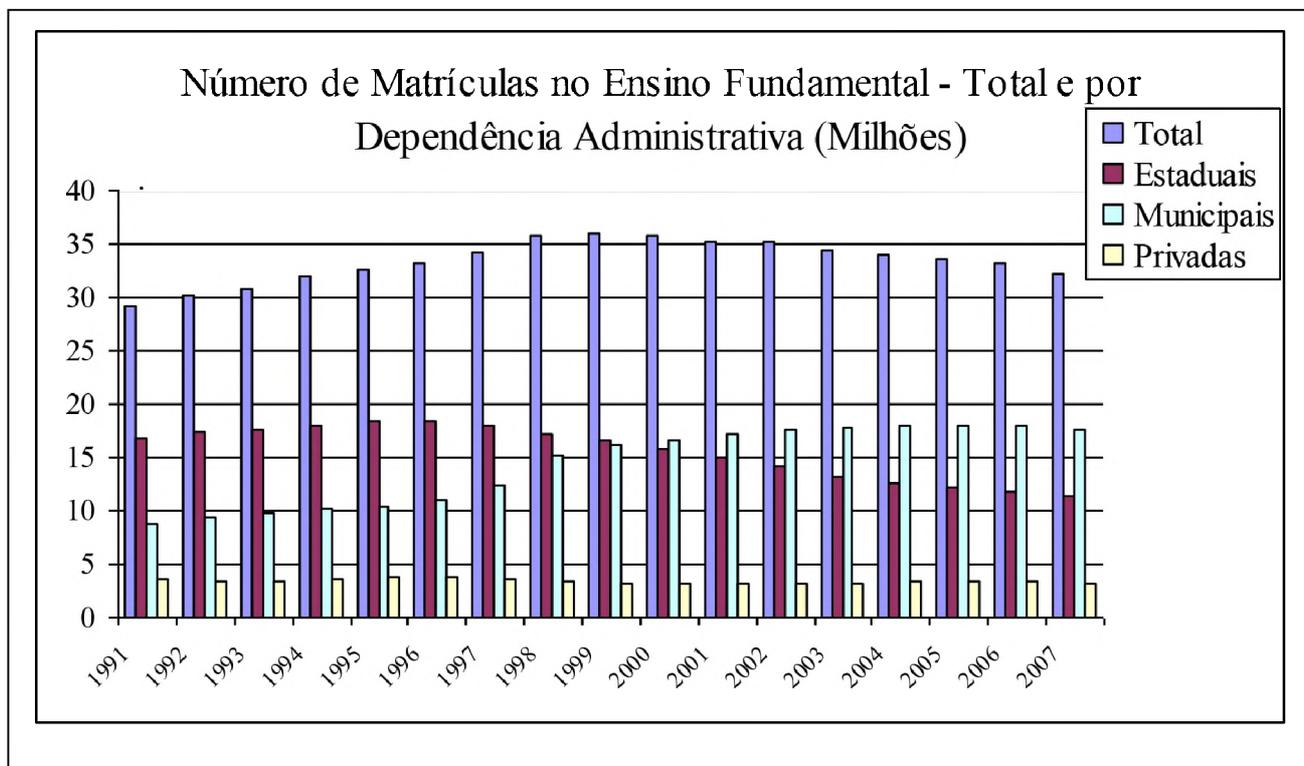
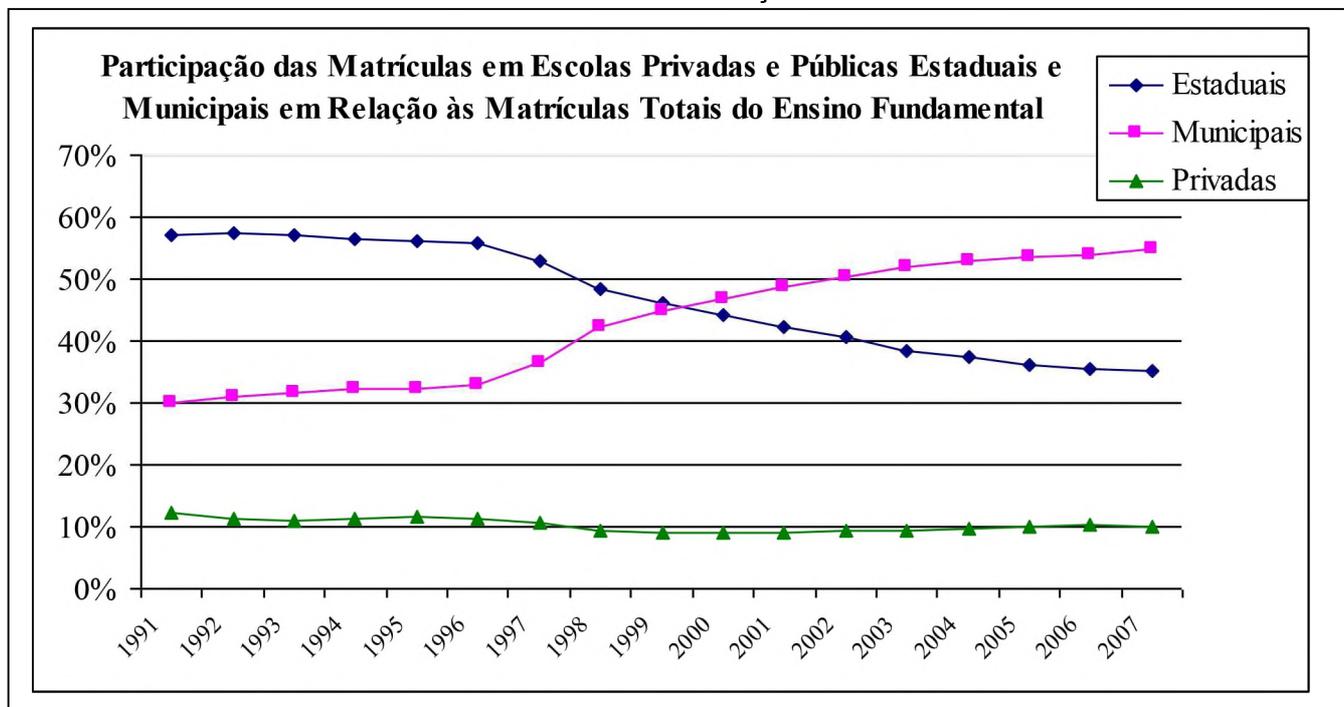


Gráfico 48 fonte: Centro de Informações Educacionais - CIE

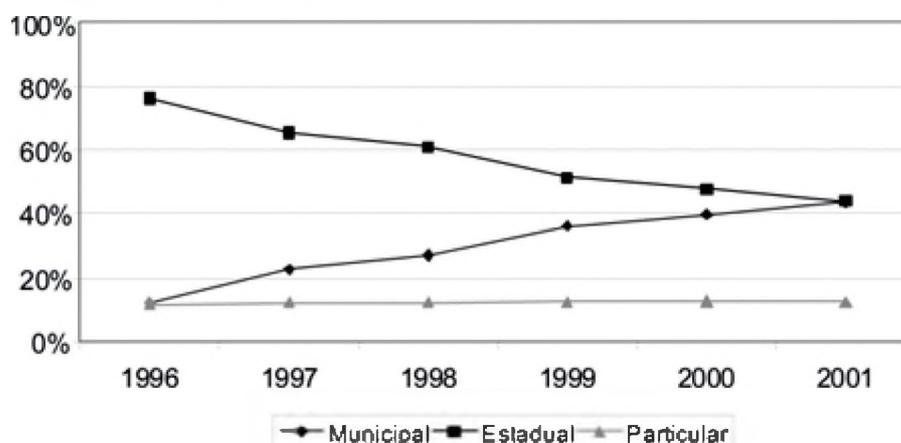


No Estado de São Paulo a municipalização foi precedida por um tumultuado processo de reestruturação das escolas de Ensino Fundamental, a partir de uma estratégia pedagógica que definia como inadequada a convivência de crianças, pré-adolescentes e adolescentes. Em cada região procurou-se por duas ou mais escolas, dividindo os alunos das 1^{as} a 4^{as} séries em um prédio, e os das 5^{as} a 8^a séries em outro. Feita a divisão teve início o processo de municipalização, momento em que o Governo Estadual oferecia aos municípios as escolas de 1^a a 4^a séries, e estes assumiam a totalidade dos recursos (humanos, físicos e materiais), os serviços e os usuários, por adesão.

Desta forma, conforme demonstra o **gráfico 49** os municípios assumiram a responsabilidade pelas matrículas de 1^a a 4^a série, saltando de 12% para 44% a sua participação no conjunto da oferta de Ensino Fundamental, no período de 1996 a 2001, enquanto a rede estadual caía de 77% para 44%.

Gráfico49

DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (1^a - 4^a SÉRIE)
SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA SÃO PAULO, 1996 - 2001



Fonte: Centro de Informações Educacionais – CIE/Secretaria de Estado da Educação de São Paulo – SEESP.

Mesmo com a criação do FUNDEF, e ainda com a aprovação da Lei nº 11.274/06¹³, a universalização do Ensino Fundamental não foi consolidada, pois há cerca de 500 mil crianças de 6 a 14 anos fora da escola (dados de 2013), conforme consta no **gráfico 50**. Trata-se de um grupo que necessita de

¹³ Lei que instituiu o ensino de 9 anos, incluindo as crianças de 6 anos no Ensino Fundamental obrigatório

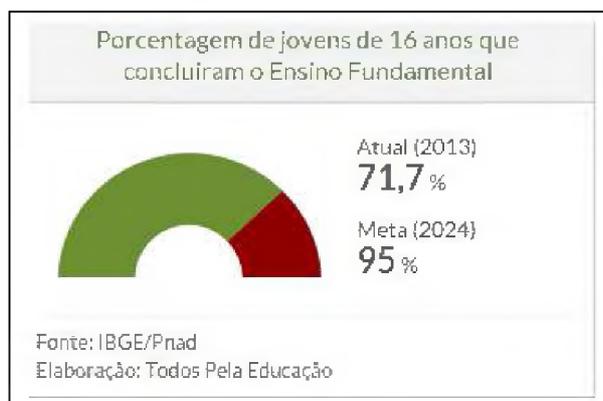
políticas públicas específicas e diferenciadas, como transporte, acessibilidade, apoio às famílias vulneráveis, entre outros.

Gráfico 50



No **gráfico 51** nota-se que embora o acesso a este nível de ensino tenha atingido patamares muito favoráveis, não são todos os alunos que conseguem concluí-lo, exigindo do Poder Público ações específicas, para o cumprimento da meta de conclusão do Ensino Fundamental na idade correta.

Gráfico 51



Ensino Fundamental em Franco da Rocha

A história da educação municipal teve início na década de 60 com o atendimento às crianças de 6 anos, em pequenas escolas, com uma ou duas salas em alguns bairros da cidade. Até 1992, esta faixa etária também era atendida pelo sistema estadual de ensino e, a partir de 1993 o município assumiu todas as matrículas da Educação Infantil, além de oferecer a Educação de Jovens e Adultos.

Em 2000 teve início o processo de municipalização do Ensino Fundamental de nível I (1ª a 4ª série), com a assunção pelo município de 269 matrículas de alunos que estudavam em prédios municipais¹⁴, gerenciados pelo Governo Estadual. No ano seguinte o município assumiu mais 153 matrículas da escola da Serra dos Abreus¹⁵.

Mas foi em 2002 que ocorreu a primeira municipalização de uma escola estadual de grande porte, atendendo a lógica da divisão por faixa etária, com a assunção pelo município de 1.100 matrículas da Escola Estadual Donald Savazoni¹⁶, totalizando em 1.422 matrículas municipais de Ensino Fundamental.

Em 2004 o município inaugurou sua primeira escola¹⁷ de Ensino Fundamental construída pelo Governo Estadual, por meio do regime de colaboração, ampliando o atendimento para 2.387 matrículas, e em 2008 a segunda construção¹⁸ no mesmo sistema, para 2.555 matrículas.

Dois anos depois, em 2010, mais 5 escolas tiveram as matrículas assumidas pela municipalidade, sendo 3 prédios estaduais¹⁹ e 2 prédios municipais²⁰, na ocasião gerenciados pelo Governo Estadual, atingindo a marca de 4.386 matrículas.

No ano seguinte, em 2011, mais três escolas²¹ foram incluídas na rede municipal, somando em 6.592 matrículas, e finalmente em 2012 mais uma unidade²² foi municipalizada ampliando o atendimento para 7.317 matrículas.

O processo de municipalização não garantiu as condições ideais para que o município assumisse as instalações físicas, a demanda, os funcionários, professores e gestores. No caso dos prédios, as instalações encontravam-se descuidadas e com manutenção deficiente. Entretanto o regime de colaboração promove atualmente intervenções em duas escolas²³ e, encontra-se em andamento a consolidação de dois convênios com o Governo Estadual para a

¹⁴ Atuais EMEBs Palmiro Gaborim e Aleksandra Silva;

¹⁵ Atual EMEB Sergio Mota;

¹⁶ A EE Rituco Mitani localizada na mesma região assumiu as matrículas de 5ª a 6ª série;

¹⁷ EMEB Dionísio Bovo, na Vila Bazu;

¹⁸ EMEB Dr. Alceu Anzelotti;

¹⁹ EMEBs Arnaldo Guassieri, Juvenal Gomes do Monte e Nilza Dias;

²⁰ EMEBs Pdre Egidio José Porto e Ministro Paulo Renato;

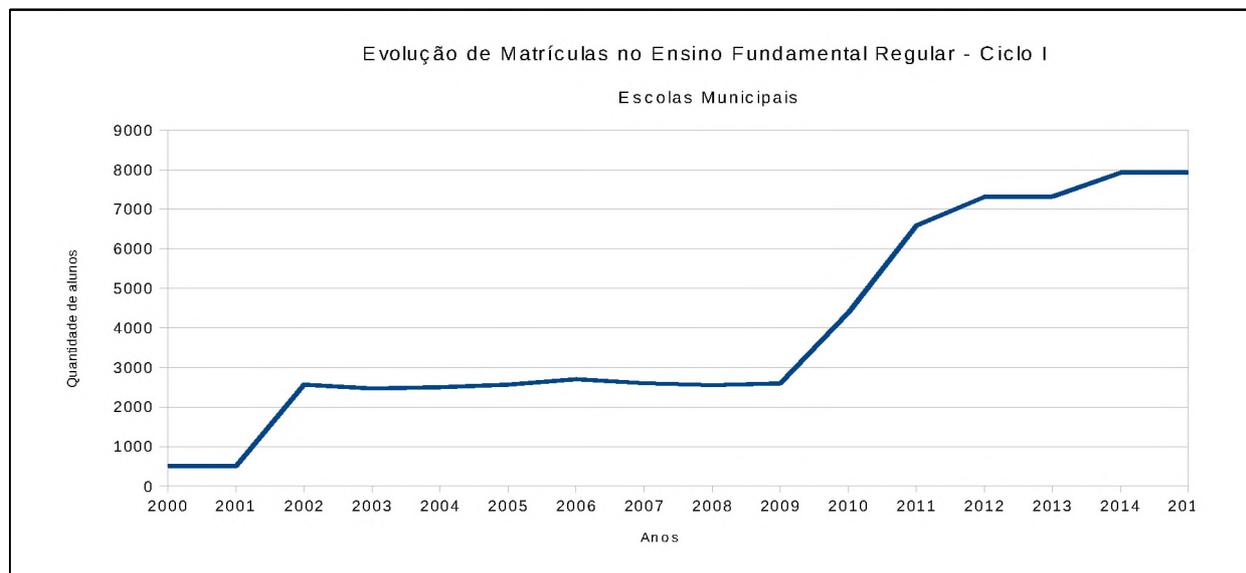
²¹ EMEBs Paulo Cardoso, Maria Hernandez Aguilar e José Augusto Moreira;

²² EMEBs Luiz Simionato;

²³ EMEBs Juvenal Gomes Do Monte e Ministro Paulo Renato em reforma e ampliação;

reforma e ampliação de outras duas²⁴. No **gráfico 52** demonstra-se a evolução das matrículas no Ensino Fundamental I na rede municipal de ensino.

Gráfico 52



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Do ponto de vista dos espaços este processo não foi totalizado em razão da ausência de prédios e áreas públicas disponíveis, de modo que há ainda oito escolas estaduais atendendo a demanda das séries iniciais. Estas escolas se localizam exatamente nos bairros em que não há espaços sequer para a construção das escolas de Educação Infantil, exigindo por parte da municipalidade grandes investimentos para a desapropriação de áreas particulares.

Tal situação impede a acomodação dos alunos nos dois níveis do Ensino Fundamental próximo ao local da residência, ou no número adequado por turma, resultando em altos custos com transporte escolar, ou na transformação de salas de informática, bibliotecas ou laboratórios em salas de aula, implicando na redução da qualidade do ensino.

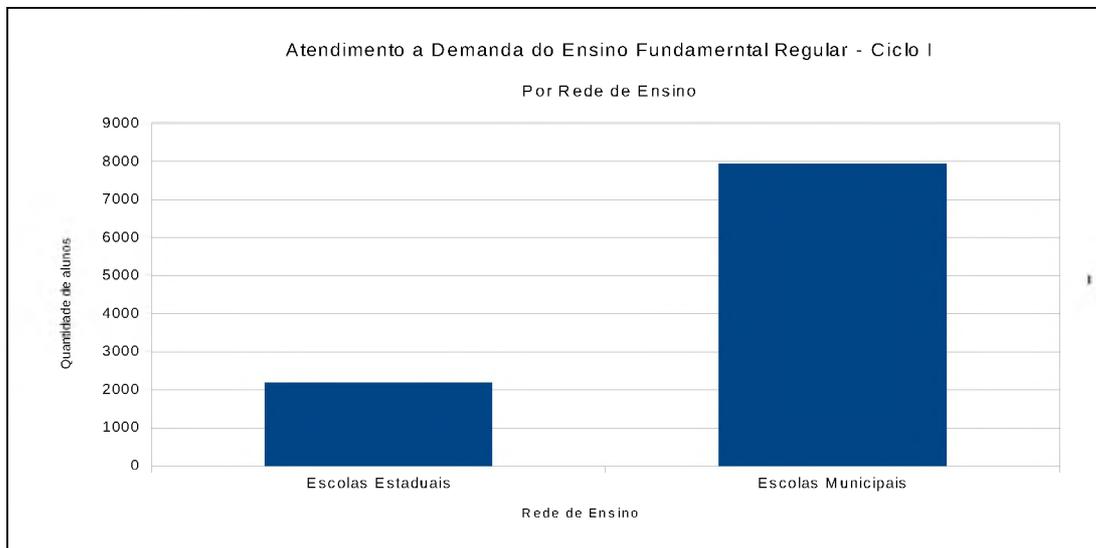
Anualmente o município, em conjunto com a Diretoria de Ensino de Caieiras promove a compatibilização da demanda, porém é imperativo o encaminhamento de outras ações que possibilitem o atendimento aos alunos dos dois níveis do Ensino Fundamental.

Há em 2015 no Ensino Fundamental do município 7.939 alunos

²⁴ EMEBs Nilza Dias e Maria Hernandez Aguilar

matriculados na Rede Municipal e 2.189 alunos matriculados na Rede Estadual, conforme demonstra-se no **gráfico 53**.

Gráfico 53



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Destaca-se a seguir a situação das oito escolas estaduais e respectivas regiões, em que atendem as séries iniciais, assim como as propostas em andamento para a municipalização definitiva.

1. EE Adamastor Baptista – Vila Ramos - Região 6;

Esta Unidade Escolar atende alunos do Pouso Alegre e da Vila Ramos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e das demais séries da Vila Ramos. Presta o atendimento em prédio municipal deste o ano de 2005. O município já desapropriou e doou área ao Governo Estadual para a construção de uma escola que atenderá o Ensino Fundamental (Nível II) e o Ensino Médio. Com a conclusão da obra (não iniciada) o prédio atual será devolvido ao município que passará a atender os alunos do Ensino Fundamental I da Vila Ramos, do Pouso Alegre e adjacências.

2. EE Adail Jarbas Duclos – Vila Santista - Região 1;

3. EE Benedito Tavares – Jardim Cruzeiro - Região 2;

O município já possui uma área entre os dois bairros, que será oferecida ao Governo Estadual, para que este construa uma escola que possa acomodar os alunos do Ensino Fundamental I de ambas as unidades.

4. EE Luiz Alexandre dos Santos Jardim Bandeirantes - Região 1;

Neste bairro encontra-se em construção um empreendimento imobiliário do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que contará com uma escola de Ensino Fundamental I, porém, insuficiente ao atendimento da demanda do bairro e do novo empreendimento. Diante disso, o município estuda a possibilidade de oferecer outra área para a construção de uma Unidade deste nível de ensino.

5. EE José Parada – Pretória - Região 6;

Esta Unidade Escolar atende a demanda do 1º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental do bairro, que foi edificado irregularmente na área do Governo Estadual. O município já solicitou a doação da área e a construção de duas unidades, sendo uma de Educação Infantil e outra de Ensino Fundamental.

6. EE Elvira Parada Manga – Vila Josefina - Região 3;

Não há no bairro um terreno público disponível, por isso o município avalia a possibilidade de desapropriar uma área para posteriormente propor a construção de uma escola de Ensino Fundamental I.

7. EE Ivone dos Anjos Campos – Vila dos Comerciários - Região 5;

Não há no bairro um terreno público disponível, e a outra escola existente encontra-se em ampliação, porém não comportará a demanda, por isso o município avalia a possibilidade de desapropriar uma área para posteriormente propor a construção de uma escola de Ensino Fundamental I, ou procurar por outra área no bairro vizinho, em expansão, o Portal da Estação.

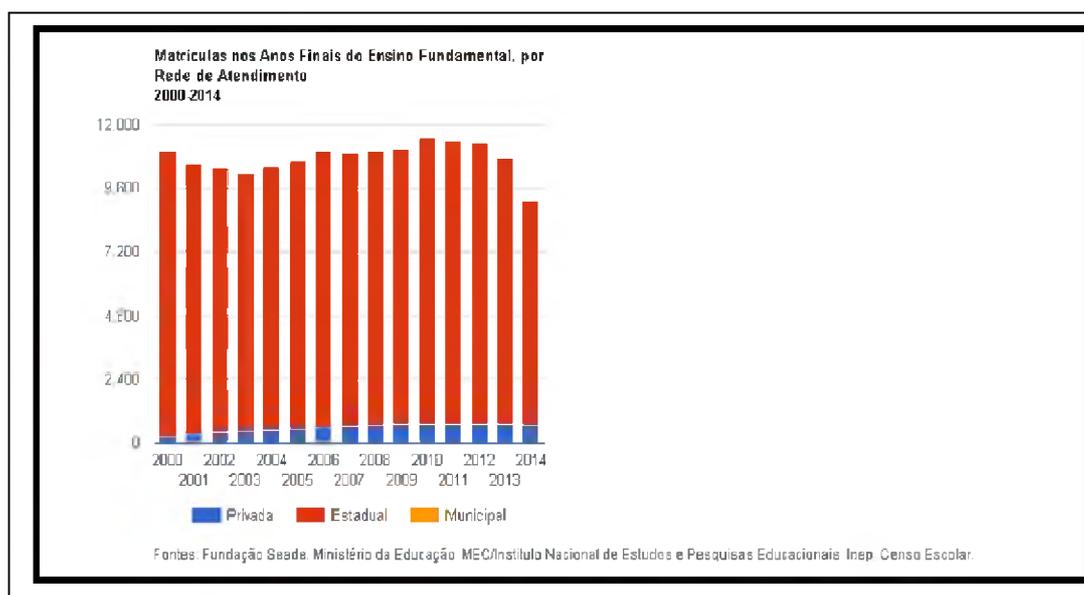
8. EE Domingos Cambiaghi – Centro - Região 8;

Esta unidade é a única existente de Ensino Fundamental I do centro e do centro expandido, sendo esta região a que mais sofre com a falta de vagas, pois a Diretoria de Ensino da Região de Caieiras vem reduzindo ano a ano as matrículas de alunos ingressantes no Ensino Fundamental I, diante da

pretensão de transformá-la em integral para o Ensino Fundamental II. Diante disso, pretende-se propor a construção de uma Unidade de Ensino Fundamental I, em área de propriedade do Governo Estadual.

No Ciclo II do Ensino Fundamental, que compreende do 6º ao 9º anos, tendo em vista que a rede municipal não oferece atendimento para esse segmento, a distribuição dos alunos está concentrada na rede pública estadual, como se observa no **gráfico 54**.

Gráfico 54



Fonte: Fundação SEADE

Neste caso, há dois empreendimentos já encaminhados pelo Governo Estadual, sendo uma escola de Ensino Fundamental II, na região da Vila Palmares, com terreno já doado pelo município, e outro, no Bairro do Bom Tempo, também de Ensino Fundamental, aguardando a avaliação da Diretoria Regional de Ensino sobre o terreno disponibilizado pelo município.

AÇÕES DAS METAS 2 E 5

2015

1. Assegurar que durante os nove anos de escolarização as crianças saiam com conhecimentos, habilidades e competências, independente de suas necessidades e diferenças;

2. Garantir ações que contribuam para o sucesso das aprendizagens dos alunos com defasagem no processo educativo;
3. Garantir a qualificação dos professores com encontros formativos mensais para uma ação pedagógica eficiente;
4. Implementar ações de acompanhamento da qualidade do material didático em consonância com a Proposta Curricular.
5. Estabelecer com a Diretoria Regional de Ensino pacto de colaboração para o atendimento à demanda do Ensino Fundamental I.
6. Estabelecer procedimentos para o envio e recebimento dos alunos dentro do mesmo, ou de diferentes sistemas de ensino, por meio de reuniões com gestores Municipais e Estaduais;

2016

1. Articular parcerias em colaboração com as famílias para fortalecer o acompanhamento e aproveitamento escolar, visando condições adequadas para o sucesso escolar;
2. Fortalecer o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de vulnerabilidade, visando condições adequadas para o sucesso escolar, com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
3. Implantar o Projeto de Tecnologia Educacional com a aquisição de equipamentos para o atendimento as escolas que não possuem Salas de Informática;
4. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário em consonância com a Proposta Curricular;
5. Elaborar estratégias que possam aproximar as crianças de conhecimentos que são fundamentais e indispensáveis ao desenvolvimento das competências e habilidades no ciclo de alfabetização;
6. Ofertar aos professores encontros formativos mensais para uma ação

pedagógica eficiente para a implantação de ações de acompanhamento quanto às estratégias desenvolvidas com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

7. Fortalecer o acompanhamento e monitoramento que possibilite relações interdisciplinares e transversais, que concebam o conhecimento como parte de uma rede de significações envolvendo tanto as relações construídas entre as diversas áreas quanto às produzidas no interior de cada uma;

2017

Construir um complexo educacional na área central destinado à formação, capacitação, qualificação e aprimoramento dos alunos nas áreas de artes plásticas, música, teatro, dança e demais expressões culturais.

META 3 - ENSINO MÉDIO

Universalizar até 2016 para toda a população de 15 a 17 anos e elevar até o final da vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas do ensino médio para 85%.

DIRETRIZ DA META 3

Como última etapa da Educação Básica, este nível de ensino ultrapassa a necessidade de formação profissional e alcança a construção plena da cidadania, devendo oferecer aos jovens novas perspectivas culturais e possibilidades profissionais, promovendo a autonomia intelectual e o domínio pleno das linguagens e habilidades necessárias para o exercício dos direitos sociais e políticos, permitindo o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e ao conhecimento produzido coletivamente.

OBJETIVO DA META 3

Universalizar o acesso ao Ensino Médio, considerando as especificidades da faixa etária²⁵ da demanda, possibilitando a formação humana, científica, cultural, tecnológica e profissional, reconhecendo a necessidade de revolução curricular para atender os anseios da juventude, buscando interagir com as diversas formas de construção de conhecimento e condutas.

DIAGNÓSTICO DA META 3

Em 1931 o ensino secundário foi concebido apenas para conduzir estudantes das elites e dos setores emergentes da classe média aos cursos superiores, e na década de 40 divide-se em cursos que possibilitavam a continuidade de formação acadêmica e profissionalizante, a fim de suprir as necessidades da economia industrial e da sociedade urbana.

Em 1950 os concluintes dos cursos profissionalizantes puderam ingressar nos cursos superiores, desde que comprovassem nível de conhecimento, e na década de 60 as duas formações secundárias foram equiparadas. Mesmo com o acesso restrito, nos anos 70 propôs-se a

²⁵ O Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE (2006) considera como jovens os indivíduos ente 15 e 29 anos.

profissionalização obrigatória, decorrendo na descaracterização do 2º grau, seja como caminho para o ensino superior, ou na terminalidade profissional, tornando esta facultativa em 1982.

Apenas a LDB de 1996 definiu a finalidade do Ensino Médio como preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania, além de inseri-lo na educação básica, fato que posteriormente criou as condições de financiamento pelo FUNDEB.

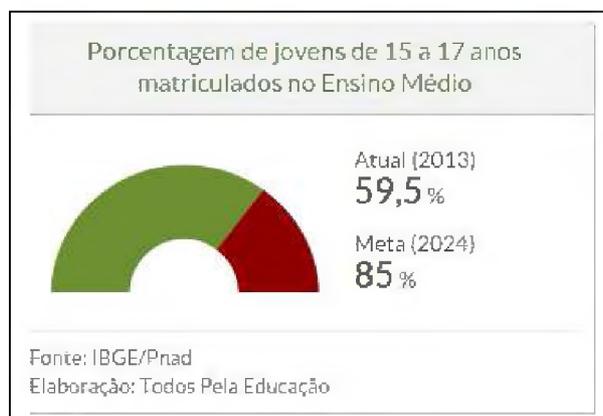
Dos jovens de 15 a 17 anos 83,3% frequentam algum nível de ensino, conforme indica o **gráfico 55**.

Gráfico 55



Entretanto, o **gráfico 56**, indica que apenas 59,5% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados no Ensino Médio, demonstrando que milhões de jovens com mais de 18 anos e adultos não tem atingiram a escolaridade básica para a inserção adequada no mercado de trabalho, ou ainda para a continuidade dos estudos no Ensino Superior.

Gráfico 56



E, daqueles que estão dentro da escola, segundo o documento “Síntese dos Indicadores Sociais” (IBGE, 2010), apenas 85,2% são frequentes.

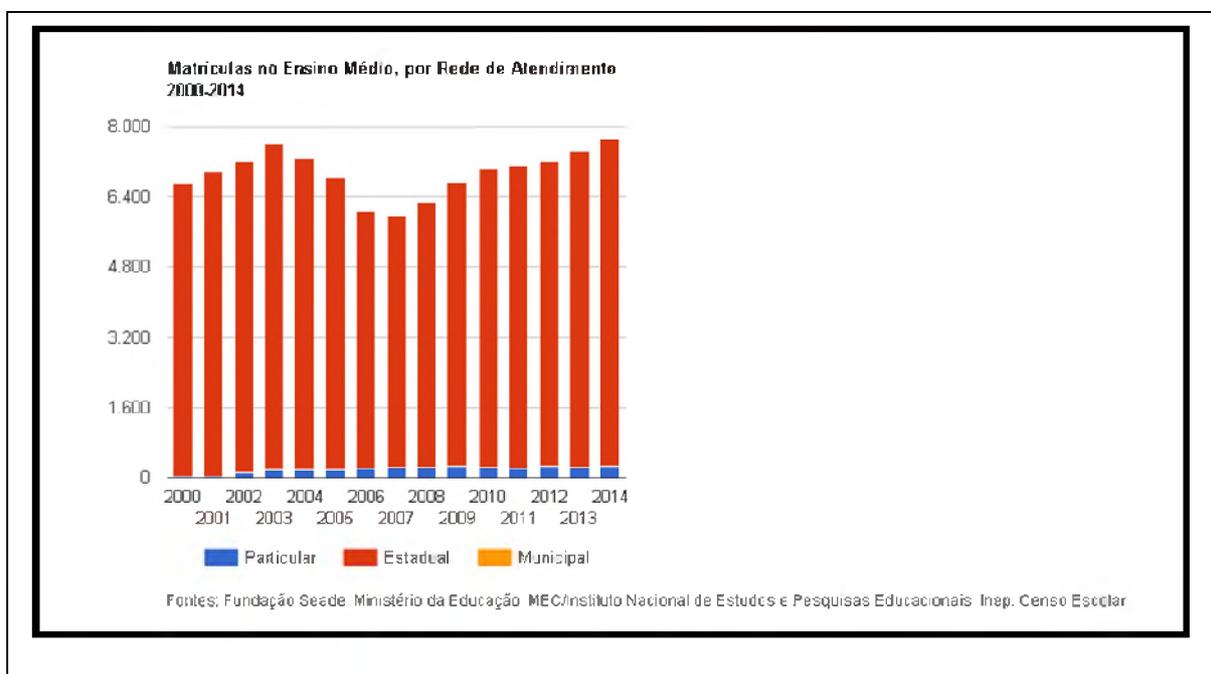
O número de estudantes da etapa atualmente é da ordem de 8,3 milhões e a taxa de aprovação no Ensino Médio brasileiro é de 72,6%, enquanto as taxas de reprovação e de abandono são, respectivamente, de 13,1% e de 14,3% (INEP, 2009).

Em que pese a definição de atos normativos sobre as concepções teóricas para garantir os fins desta etapa da Educação Básica os resultados não demonstram o atendimento às expectativas, interesses e aspirações dos jovens.

Ensino Médio em Franco da Rocha

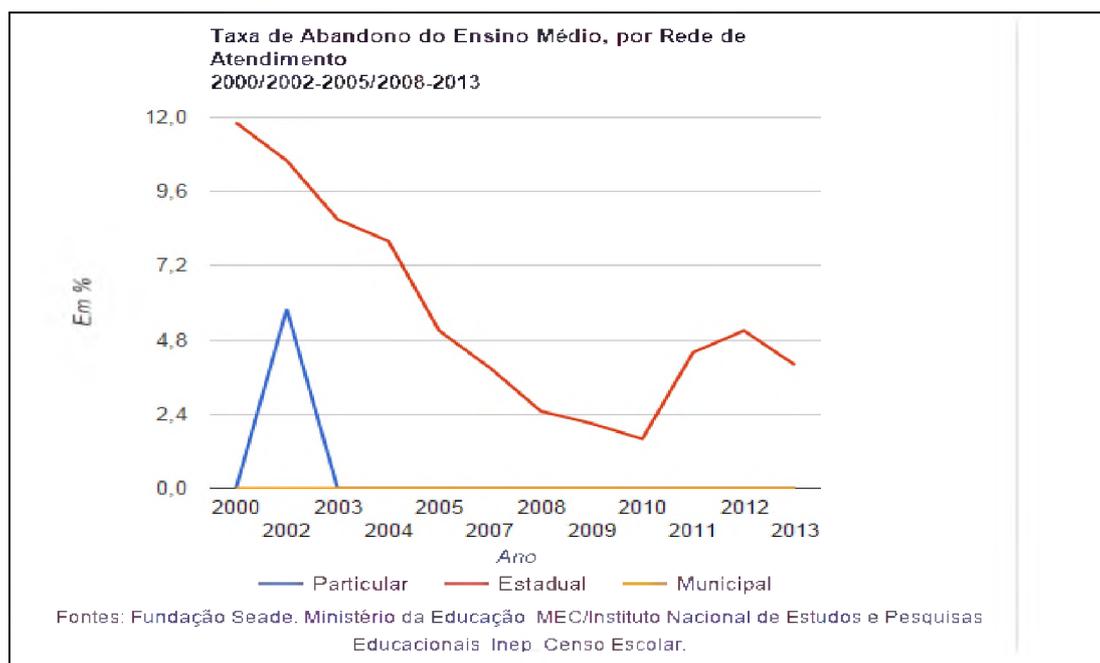
Atualmente há no município 18 escolas de Ensino Médio, sendo que 17 são administradas pela Secretaria de Estado da Educação e 1 (uma) pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, a ETEC²⁶. Demonstra-se no **gráfico 57** a participação do ensino público estadual no oferecimento de vagas de Ensino Médio.

Gráfico 57



Apesar da diminuição na taxa de abandono na última década, conforme demonstra o **gráfico 58** anos, quase 5% dos alunos desistem dos estudos.

²⁶ ETEC – Escola Técnica Estadual;

Gráfico 58 - Taxa de abandono no Ensino Médio no município

Na **tabela 8** apresentam-se as escolas de Ensino Médio, por número de alunos e período de atendimento.

Tabela 8

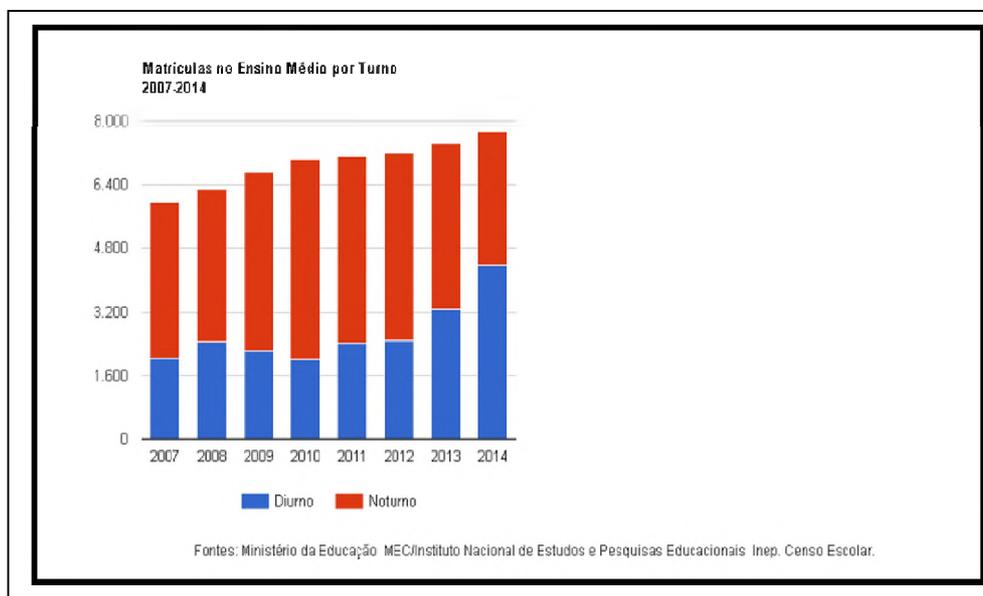
Nº	NOME DA ESCOLA	Nº ALUNOS	ATENDIMENTO	
			DIURNO	NOTURNO
1	E.E. ADAIL JARBAS DUCLOS	236		X
2	E.E. ADAMASTOR BAPTISTA – PROF.	127	X	
3	E.E. AZEVEDO SOARES	441	X	X
4	E.E. BENEDITO APARECIDO TAVARES – PROF.	363	X	X
5	E.E. BENEDITO FAGUNDES MARQUES	782	X	X
6	E.E. ELVIRA PARADA MANGA – PROF. ^a	237	X	X
7	E.E. IRACI SARTORI VIEIRA DA SILVA – PROF. ^a	507	X	X
8	E.E. ISAURA DE MIRANDA BOTTO – PROF. ^a	461	X	X
9	E.E. IVONE DOS ANJOS DA SILVA CAMPOS – PROF. ^a	342	X	
10	E.E. JOCIMARA VIEIRA DA SILVA – PROF. ^a	649	X	X
11	E.E. KÁTIA MARIA TARIFA LEME TONELLI – PROF. ^a	586	X	X
12	E.E. LUIZ ALEXANDRE DOS SANTOS – VEREADOR	209	X	X
13	E.E. JOSÉ PARADA - PROF.	186	X	
14	E.E. PAULO DUARTE	410	X	X
15	E.E. PEDRO LELIS DE SOUZA – PREFEITO	371	X	
16	E.E. RITUCO MITANI – PROF. ^a	494	X	X
17	E.E. ZILTON BICUDO – PROF.	592	X	X
18	ETEC EMILIO HERNANDEZ AGUIAR - PREFEITO	120	X	
TOTAL		7213		

Em relação ao período de atendimento do Ensino Médio o noturno acomoda a maior parte das matrículas, por dois motivos. O primeiro diante da necessidade, ou vontade dos jovens de ingressarem no mundo do trabalho.

Destaca-se que, dos jovens matriculados no Ensino Médio, não são todos que necessitam trabalhar por serem arrimo de família. Muitos encontram no emprego, mesmo que precário, um sentido para a vida, o que não encontram no curso médio, diante da organização curricular, que pouco tem atraído as necessidades e interesses dos jovens. Além disso, o curso noturno tem menos horas de aulas, os professores estão em sua última jornada diária, e há um excessivo número de disciplinas dificultando as situações de aprendizagem.

Outro motivo para a manutenção dos cursos noturnos é a falta de espaço nos prédios, pois alguns ainda acomodam o Ensino Fundamental I, ou aguardam a expansão das vagas com a construção de novas escolas. O **gráfico 59**, indica a distribuição das matrículas entre os períodos diurno e noturno.

Gráfico 59



AÇÕES DA META 3

2015

1. Monitorar os indicadores da aprendizagem, a fim de possibilitar as intervenções necessárias, por meio de relatórios internos das escolas e dados de avaliações externas;
2. Estimular as escolas de ensino médio a controlar a participação dos alunos no ENEM e avaliar o resultado;
3. Incentivar as escolas a promoverem passeios culturais, ampliar e divulgar regularmente (mensalmente) as atividades culturais e de esporte desenvolvidas pela Prefeitura;
4. Ampliar as atividades de cultura e de esportes integrando-as às ações curriculares, através de parcerias entre Estado e Município;
5. Fortalecer a ação dos gestores escolares por meio de fóruns municipais para promover a redução da infrequência escolar no âmbito da escola, deixando para o Conselho Tutelar os casos mais graves;
6. Desenvolver ações para promover a busca ativa dos alunos que estão fora da escola, em parceria com os serviços de saúde e assistência social;
7. Articular com o Ministério Público o funcionamento do Conselho Tutelar e a construção da rede de proteção;
8. Promover a parceria entre as escolas e a rede de proteção para ressocialização dos adolescentes em liberdade assistida;
9. Identificar no cadastro dos usuários das UBSs adolescentes gestantes que estão fora da escola;

2016

1. Construir um calendário anual de eventos para incentivar e apresentar aos jovens, possibilidades de profissionalização e outras perspectivas de formação, além do Ensino Superior;
2. Criar Fóruns de debates anuais, para avaliar boas práticas de ensino, organizadas pelo Município, com a participação de educadores das Escolas Estaduais e Municipais;

3. Redimensionar a oferta de EM no noturno, no diurno e na Educação de Tempo Integral, articulando com o município as obras necessárias para a oferta de vagas e as necessidades da comunidade;

2017

Desenvolver anualmente ações extracurriculares e extras escolares para reduzir a vulnerabilidade e a desigualdade social e ampliar o capital cultural dos jovens;

META 04 - Educação Inclusiva

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

DIRETRIZ DA META 4

Os estudantes com deficiência²⁷, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, têm o direito a frequentar a sala de aula comum e, quando necessário, receber atendimento educacional especializado no período inverso ao da escolarização, observado a melhoria nos níveis de desempenho escolar, a ampliação dos níveis de escolarização e a progressão de estudo destes alunos.

OBJETIVOS DA META 4

Reconhecer e atender o direito de todos à educação, transformando as estruturas educacionais, neutralizando as situações de segregação, capacitando os profissionais e revendo suas práticas, construindo um olhar de acolhimento e respeito à diversidade, a fim de proporcionar a inclusão efetiva de todos os alunos.

DIAGNÓSTICO DA META 4

No campo da Legislação Nacional da Educação, desde a LDB de 1961 até a década de 80, o atendimento educacional das pessoas com deficiência foi observado, legislado e praticado pelo prisma da Educação Especial. Portanto, ainda que prevista a possibilidade dessa Educação Especial se fazer no ensino regular de acordo com a LDB de 1961, no período de 1960 a 1980 não se efetivou uma política pública de acesso universal à educação.

A maioria das pessoas com deficiência que chegavam à escola e

²⁷ Conceitos estabelecidos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC 2008

continuavam a serem acolhidas em espaços segregados, quase sempre fruto das iniciativas privada e filantrópica. Os próprios pareceres do Conselho Federal de Educação, nesse período, atribuíam um sentido clínico e/ou terapêutico à educação especial, na medida em que o educacional assumia o sentido preventivo/corretivo.

Assim, é possível afirmar que a “normalização” e a “integração” foram os conceitos que fundamentaram o olhar legal e educacional sobre as pessoas com deficiência nesse período, de certa forma, marcando-o até que de fato se colocasse em processo o conceito de “sociedade inclusiva” como prerrogativa da garantia dos Direitos Humanos para todos.

Nesse sentido, acreditava-se que era preciso que as pessoas com deficiência fossem preparadas, para só depois, poderem partilhar de experiências sociais mais amplas e serem integradas em uma ordem social que existia antes e independente delas e que esse era o mundo a ser vivido. Por isso, o conceito de “normalização” seguia unido ao de integração: era preciso fazer daquele que não tem “padrões normais” aproximar-se o máximo possível daquele que é o padrão de “normalidade” dessa sociedade para que então, ele possa estar ali.

Dessa forma, mantinha-se a perspectiva de uma educação especial anterior, adaptativa e, somente quando possível, se a pessoa com deficiência fosse capaz de se aproximar ao máximo desse “padrão de normalidade”, ela poderia estar na sociedade, na educação regular, no trabalho ou no lazer.

A história da deficiência no campo da educação, e o lugar do Brasil neste contexto estão diretamente relacionados ao movimento mundial em defesa dos Direitos Humanos.

O final da década de 1980 e os anos de 1990 são marcados, no campo dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no Brasil, por um processo de conquistas legais para efetivação de seu lugar na sociedade como um todo, e, especialmente, no campo da educação regular.

A Constituição de 1988 prevê o Atendimento Educacional Especializado às pessoas com deficiência, *preferencialmente na rede regular de ensino*, e acompanhando a tendência mundial de fortalecimento e multiplicação de diversos movimentos da sociedade civil em busca de garantir os Direitos Humanos. Em 1989, a Lei Federal nº 7.853 estabeleceu, como atribuição do

poder público e de seus órgãos, a garantia às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos em sua proposta de uma política nacional para a “integração” das pessoas com deficiência²⁸.

Já em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente surge como um marco na história do atendimento educacional às crianças com deficiência ao prever, em seu art. 53, que *“a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;”* e, em seu art. 54, *“É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: III – Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”*

As conquistas legais vão, em sua própria linguagem, evidenciando um processo mais amplo e profundo de deslocamento na forma de se conceber a própria pessoa com deficiência.

Assim, termos e conceitos como *Portadores de Deficiência – Pessoas com Necessidades Especiais – Deficiência Mental - Integração e outros*, vão sendo substituídos por: *Pessoas com Deficiência, Deficiência Intelectual, Inclusão*, entre outros.

Esse processo continua atualmente, tanto em âmbito internacional quanto nacional. Hoje, além dos novos termos que colocam a questão da deficiência em um novo patamar de conceitos, a concepção da sociedade como sendo constituída por “diferenças” trouxe um novo olhar para a questão das pessoas com deficiência.

Esse novo olhar vem possibilitando, entre outros avanços, pensá-las não mais por uma perspectiva médico-clínica da deficiência, mas sim como indivíduos que têm o direito de estar na sociedade a partir da garantia de seu acesso a todos os espaços e atividades dessa sociedade.

Dessa forma, hoje, fala-se em um processo de construção de uma sociedade inclusiva, no sentido em que essa sociedade tende a ser fundada no Direito de Todos dela participarem e de terem experiências coletivas e diversificadas, respeitando-se suas singularidades, sem segregação.

²⁸ Instituída pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

Assim, vão deixando de ter espaço e lugar conceitos como “normalização” e “integração”. A inclusão pressupõe a certeza do Direito de todos estarem em sociedade como princípio fundador das relações que constroem uma sociedade.

A Educação Inclusiva se propõe a configurar a escola como um âmbito de possibilidades e de oportunidades para todos os sujeitos, promovendo assim uma sociedade mais justa e igualitária. A proposta de instituir outros horizontes, instalando outras maneiras de compreender e incluir os sujeitos com deficiência na escola regular requer não só a intervenção do governo, como também a adesão da comunidade e uma efetiva vontade de ação coletiva.

De acordo com as palavras da educadora Maria Teresa Eglér Mantoan, compartilhando de seu conceito de inclusão: *“É a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A Educação Inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento intelectual²⁹ (...), para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.”*

E, ainda acrescenta a educadora sobre o que faz uma escola ser inclusiva: *“É, em primeiro lugar, um bom Projeto Pedagógico, que começa pela reflexão. Diferentemente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados. A equipe da escola inclusiva deve discutir o motivo de tanta repetência e indisciplina, dos professores não darem conta do recado e dos pais não participarem. Um bom projeto valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. As práticas pedagógicas também precisam ser revistas. Como as atividades são selecionadas e planejadas para que todos aprendam? Atualmente, muitas escolas diversificam o programa, mas esperam que no fim das contas todos tenham os mesmos resultados. Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de*

²⁹

Atualização do termo *mental para intelectual*, pela Mais Diferenças.

*acordo com as suas condições. E isso vale para os estudantes com deficiência ou não*³⁰.

Como resultado da implantação da referida política, entre 2007 e 2013, as matrículas dos estudantes em escolas regulares subiram de 306.136 para 648.921 (aumento de 112%). Em 2013, 76,9% desses estudantes matriculados na Educação Básica estavam estudando em salas comuns, sinalizando um rompimento com o histórico de exclusão.

Os desafios implicados na ampliação desses expressivos avanços envolvem a continuidade de investimentos na formação de educadores, no aprimoramento das práticas pedagógicas, na acessibilidade arquitetônica e tecnológica, na construção de redes de aprendizagem, no estabelecimento de parcerias entre os atores da comunidade escolar e na intersectorialidade da gestão pública.

Importante também considerar que o avanço hoje mensurável é estritamente quantitativo. Não existem informações completas que apresentem a permanência com sucesso destes alunos nas escolas, ou seja, não se tem avaliações que demonstrem a evolução no desempenho escolar. Este descompasso entre dados quantitativos e qualitativos é fruto do histórico de descaso para com o tema.

A Educação Inclusiva em Franco da Rocha

A primeira escola no município a atender alunos com deficiência, em salas especiais foi a Escola Estadual Prof^o. Domingos Cambiaghi, a partir da década de 60. Nos anos 90, já como reflexo da legislação que ampliava a inclusão das crianças e jovens com deficiências no ensino regular, duas unidades escolares foram reservadas e sofreram intervenções com elementos de acessibilidade, para o atendimento no Ensino Fundamental I, na EE Prof^o. Domingos Cambiaghi e Ensino Fundamental II, na EE Benedito Fagundes Marques.

Em 1988 o município implantou o Centro Municipal de Reabilitação da Criança Especial – CEMECE, na ocasião subordinado ao Serviço Social do Município, que consistia no encaminhamento para atendimento clínico e

³⁰ Entrevista com Maria Teresa Egler Mantoan. Nova Escola On-line - O site de quem educa. Índice da edição 182 - mai/2005

também oferecia diversas oficinas educativas e culturais, além de manter turmas de escolarização infantil. Atualmente esta unidade de atendimento foi transformada na Unidade de Reabilitação em Saúde Mental e funciona como centro de apoio e reabilitação nas áreas da saúde, independência social e familiar.

A A.P.A.E.³¹ da cidade funciona desde os anos 80, e hoje atende às crianças com deficiência intelectual, múltiplas e associadas.

O Atendimento Educacional Especializado - AEE no município teve início no ano de 2005, inicialmente como sala de recursos e a partir de 2006 no Centro de Recursos e Apoio à Educação Especial – CRAEE, que atendia, crianças com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem, encaminhados a partir de um relatório da escola. Tais encaminhamentos eram analisados e selecionados por profissionais da área da saúde (fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo) e o atendimento era individual com nuances de atendimento clínico.

Atualmente, as escolas municipais atendem as crianças com deficiência nas turmas regulares e no contra turno em salas multifuncionais, com atendimento educacional especializado em 7 (sete) pólos descentralizados.

Cerca de 70 alunos, com as diversas deficiências, como, múltiplas e intelectuais são atendidos por com professores especialização e cuidadores capacitados nas formações oferecidas pela Secretaria.

Para equacionar a acessibilidade física dos prédios definiu-se algumas escolas pólos por região. Estas já possuem parte das intervenções necessárias, conciliando as rotas de transporte que deverão atender as crianças com deficiência física.

AÇÕES DA META 4

2015

1. Promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que

³¹ APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

2. Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

Metas Quantitativas

1. Identificar, até o fim de 2015, a quantidade de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação residentes no município;
2. Criar até o fim de 2015 no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, os parâmetros legais e pedagógicos que autorizem a realização de parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e a Comissão responsável pela elaboração do documento que contenha as diretrizes pedagógicas, que devem ser observadas pelas entidades que pretendem convênio como município.

2016

1. Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007;
2. Implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;
3. Manter e ampliar programas suplementares que promovam a

acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;
5. Definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

Metas Quantitativas

1. Criar e colocar em atividade até fim de 2016, no nível municipal, mecanismo de recenseamento da população com deficiência residente no município de modo a garantir a elaboração de políticas municipais de atenção a esta parcela da população prioritariamente nas esferas da educação, cultura e lazer, bem estar social e saúde;
2. Criar e colocar em funcionamento a partir de 2016, Programa Municipal de Capacitação para Educação Inclusiva;
3. Garantir que até o fim de 2016 toda frota de veículos utilizada para transporte de alunos seja acessível e adaptada;
4. Garantir que ao começo de cada ano letivo, a partir de 2016, os alunos com deficiência recebam material didático pedagógico adaptado e acessível, quando dele precisarem.
5. Criar o cargo de Instrutor de LIBRAS até 2016 e garantir o provimento

deste, via concurso público em que seja aplicada prova prática em LIBRAS;

6. Criar até fim do primeiro semestre de 2016, Comissão Municipal de Avaliação Acompanhamento do PME, composto por membros da administração municipal e da sociedade civil.

2017

Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

Meta Quantitativa

Criar até 2017, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, Centro de Atenção à Saúde da Pessoa com deficiência, garantindo neste espaço acesso a tratamento, habilitação e reabilitação bem como a profissionais especialistas.

META 6 - Educação de Tempo Integral

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

DIRETRIZ DA META 6

A educação integral é mais do que simplesmente a ampliação da jornada escolar diária, exigindo dos sistemas de ensino e seus profissionais, da sociedade em geral e das diferentes esferas de governo não só o compromisso para que a educação seja de tempo integral, mas também que exista um projeto pedagógico diferenciado, com a formação de seus agentes, infraestrutura adequada e outros meios para sua implantação.

Assim, as orientações do Ministério da Educação para a educação integral apontam que cada rede de ensino e cada escola, com a participação dos educadores, educandos e das comunidades, devem encontrar seus caminhos para contribuir na ampliação dos tempos, das oportunidades e dos espaços de formação das crianças, adolescentes e jovens, na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem.

Entre as possibilidades de atendimento dessa meta, há o Programa Mais Educação, que define a educação em tempo integral³² *“como a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais”*, e que *“o desenvolvimento de atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades”*³³, e ainda, *“desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele, sob orientação pedagógica da escola,*

³² § 1º do Decreto nº 7.083/2010.

³³ § 2º, do art. 1º

*mediante o uso dos equipamentos públicos e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais”.*³⁴

OBJETIVO DA META 6

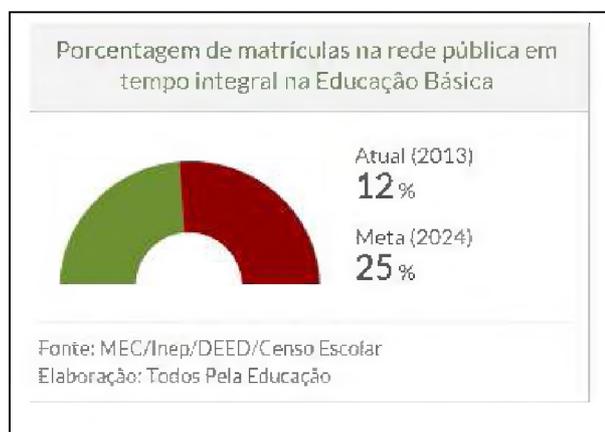
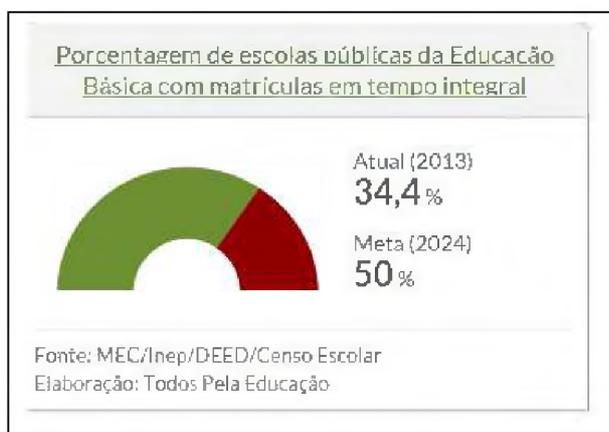
Ampliar a jornada escolar para sete horas diárias na escola, ou em espaços educativos, com acompanhamento pedagógico, em atividades de experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras.

DIAGNÓSTICO DA META 6

Atualmente, cerca de 64 mil escolas, distribuídas em 4.999 municípios oferecem educação integral para quase 5,8 milhões de alunos, o que representa 11,6% das matrículas na educação básica.

Conforme dados do Censo Escolar de 2013, o Brasil possuía 4.904.901 alunos matriculados na educação de tempo integral nas escolas públicas estaduais e municipais de educação básica. Desse total, a educação infantil, especialmente as creches, e o ensino fundamental eram responsáveis pela grande maioria dos matriculados, com 1.484.614 e 3.007.871, respectivamente, e, apenas 303.670 alunos do ensino médio tinham acesso à educação de tempo integral. Os **gráficos 60 e 61** demonstram o percentual de escolas e matrículas atualmente.

Gráficos 60 e 61



³⁴ § 3º do art. 1º;

Ampliar o tempo de permanência das crianças e jovens na escola, com uma proposta pedagógica consistente e atividades significativas resultará em qualidade no ensino, porém atender o que propõe o Plano Nacional de Educação implica em ações que dependem do apoio da União para a ampliação dos espaços e custeio das atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, principalmente com a ampliação progressiva da jornada de professores e outros profissionais.

Atualmente as escolas não possuem o padrão arquitetônico ou o mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, principalmente nas comunidades pobres com crianças em situação de vulnerabilidade social, pois nestas regiões, as escolas existentes estão superlotadas e as salas de informática e biblioteca, quando existem, são utilizadas como salas de aula para atender a demanda.

Quadras poliesportivas cobertas, laboratórios, espaços para atividades culturais, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como a produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral são condições indispensáveis para que a educação de tempo integral seja um instrumento que ofereça mais ensino, e não simplesmente um confinamento de crianças e jovens.

A Educação de Tempo integral no município de Franco da Rocha

Hoje o município de Franco da Rocha já atende 14,44% das crianças em jornada estendida, todas elas na creche (0 a 3 anos).

O Programa “Mais Educação”³⁵, implantado no 2º semestre de 2013 tem sido uma das principais ações para ofertar a educação em tempo integral, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais quanto para a valorização da diversidade cultural local.

Atualmente, as atividades do programa são desenvolvidas em 14 (quatorze) das 15 (quinze) escolas municipais de Ensino Fundamental, para os alunos dos 5ºs anos, que representam 17% das matrículas de Ensino Fundamental I, de uma a quatro vezes por semana.

³⁵ O Programa “Mais Educação” conta com a participação dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Ciência e Tecnologia, do Esporte, do Meio Ambiente, da Cultura, da Defesa e também da Controladoria-Geral da União.

Estes alunos recebem uma refeição a mais e permanecem na escola por 7 horas, em atividades de leitura, música, teatro, dança entre outras.

Estas atividades são definidas pedagogicamente e gerenciadas pela gestão escolar e financiadas pela FNDE³⁶. A Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer organiza as capacitações para os professores e estagiários que trabalham no programa. A **tabela 9** demonstra o número de alunos atendidos por escola, com as respectivas atividades.

Tabela 9

Macrocampo:	EMEB	Total de alunos atendidos
<ul style="list-style-type: none"> – Cultura, Arte e Educação Patrimonial; – Esporte e Lazer; – Educação Ambiental e Sociedade Sustentável; – Comunicação, uso de mídias e cultura digital e tecnológica. <p style="text-align: center;">Atividades</p> <ul style="list-style-type: none"> – Teatro; – Clube da leitura; – Recreação e lazer; – Brinquedoteca; – Danças; – Fotografia; – Pintura – Conservação do solo e composteira (canteiros sustentáveis/horta e jardinagem escolar). 	Alceu Anzelotti	80
	Arnaldo Guassieri	84
	Dionysio Bovo	136
	Donald Savazoni	175
	José Augusto Moreira	140
	Juvenal Gomes	83
	Luis Simionato	80
	Maria Aguilar	80
	Ministro Paulo Renato	50
	Ministro Sérgio Motta	22
	Nilza Dias	58
	Padre Egydio	140
	Palmiro Gaborim	62
	Paulo Cardoso	140
		Total de alunos atendidos

³⁶ - FNDE - Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação

AÇÕES DA META 6

2015

Promover, de forma gradativa, com o apoio da União, a oferta de educação básica em tempo integral, por meio do Programa Mais Educação, atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos matriculados no 5º ano na escola, ou sob sua responsabilidade, passe para sete horas diárias durante todo o ano letivo.

2016

1. Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais no contra turno para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares;
2. Criar um espaço na área do Juquery doada pelo Governo Estadual para atender os alunos do Programa Mais Educação, que será denominada de “Espaço Educacional Estação Juquery”;
3. Criar outros espaços para atendimento do Programa “Mais Educação” na Vargem, Grande, no Jardim Progresso e no Lago Azul;

2017

Construir um complexo educacional com oferta de atividades no contra turno escolar, nas áreas de artes plásticas, música, teatro, dança e demais expressões culturais.

2018

Realizar avaliação anual, das unidades escolares, de acordo com as diretrizes, a fim de aferir as condições da infraestrutura, o quadro de pessoal, as condições de gestão e os recursos pedagógicos, para garantir uma Educação Integral de qualidade.

2023

Adequar às horas de permanência das crianças na escola para que façam parte da educação de tempo integral. Esse aumento deverá ocorrer gradativamente à demanda atendida.

2024

1. Garantir a construção de centros esportivos, recreativos e artísticos que possam servir de apoio às unidades escolares;
2. Garantir a construção de unidades, a partir da aprovação do plano que obedeça a um padrão arquitetônico.

META 7 – Qualidade no ensino com Aprendizado na Idade Certa

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir, progressivamente, até 2021, as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

DIRETRIZ DA META 7

A qualidade da educação implica no repensar das práticas escolares, na efetivação das condições materiais necessárias para o alcance dos resultados, considerando os diversos contextos socioeconômicos e culturais, tendo como objetivo o desenvolvimento integral dos alunos.

OBJETIVO DA META 7

Garantir a todos os cidadãos o direito à educação de qualidade na idade certa.

DIAGNÓSTICO-CONTEXTO DA META 7

Nos últimos anos, a ampliação dos investimentos em educação e do acesso da população na Educação Básica não resultou em qualidade do ensino, sendo que apenas em 2009³⁷ foi criado o primeiro sistema de abrangência nacional para a avaliação dos fluxos de alunos e dos resultados da aprendizagem dos sistemas de ensino.

Apesar desta referência, não podemos considerar unicamente as projeções das metas do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB). O IDEB é uma composição do resultado do desempenho escolar das crianças, com a regularidade do fluxo, que significa aprender na idade correta. O desempenho escolar é medido pelos acertos nas provas de Língua Portuguesa e

³⁷ Medição do fluxo e da aprendizagem dos alunos nas séries finais;

Matemática, e o fluxo, pelo índice de aprovação dos alunos para a série/etapa mais adiantada de escolaridade.

Embora esse indicador proponha reflexões na educação e induza à políticas públicas, ele não considera questões fundamentalmente importantes como o contexto social, cultural e econômico das crianças atendidas, as habilidades sócio emocionais desenvolvidas, as condições das escolas e a formação da equipe pedagógica. Ou seja, é preciso contextualizar os resultados para identificar se a educação oferecida é de qualidade.

Mesmo assim, os resultados medidos, respectivamente no Ensino Fundamental I³⁸, no Ensino Fundamental II³⁹ e no Ensino Médio estão apresentados nos **gráficos 62, 63 e 64**.

Gráficos 62 e 63



Gráfico 64



Para complementar esta avaliação, resta aos municípios a implementação de estudos periódicos capazes de avaliar os docentes, a qualidade da formação a eles ofertada, o aperfeiçoamento do plano de carreira

³⁸ Anos Iniciais;

³⁹ Anos finais;

e o respeito ao piso salarial, considerando as especificidades da jornada de trabalho docente, o acesso às tecnologias e a melhoria da infraestrutura das escolas.

O maior estreitamento na qualidade da educação está concentrado nas camadas sociais menos favorecidas, que ainda não foram contempladas totalmente com os avanços do país no que se refere ao acesso, à permanência e qualidade educacional, indicando também a necessidade de promover a leitura dos dados de reprovação, abandono e evasão escolar. Considerar esses dados pode apoiar a construção de políticas de repasse de recursos e apoio técnicos condizentes ao contexto dos municípios.

Outra estratégia é implementar um sistema de avaliação local, em que escolas e secretarias municipais de educação se auto avaliem.

Os indicadores de avaliação não podem resumir-se às avaliações que vêm do Ministério da Educação, e nem o município deve reproduzir o padrão das normativas federais, que não dão conta de caracterizar o contexto local e acabam sendo pouco indutoras de revisão das práticas escolares. Os indicadores e instrumentos de avaliação devem valorizar o sucesso das escolas tendo por base a melhoria de seus próprios processos, indicando, entre outros, a capacidade de atendimento das necessidades de cada aluno e as demandas da comunidade atendida.

Outro proceder na busca pela equidade educacional é o detalhamento do desenvolvimento esperado dos alunos em suas fases escolares, pela definição de diretrizes pedagógicas e propostas curriculares que deem um norte à rede educacional e amplie a possibilidade de que os alunos alcancem a aprendizagem. Entretanto, é preciso destacar que a existência de tais diretrizes não garantirá a qualidade por si só. É preciso que haja professores devidamente formados para trabalhar essas orientações na perspectiva da inovação pedagógica.

Portanto, também para as escolas, apresentam-se diversos desafios na busca-ativa por uma educação mais equânime. Visto que esta deve antes de tudo, partir do reconhecimento da criança, que se tem na unidade escolar, e do compromisso firmado com o desenvolvimento dela, e incentivar práticas que façam da educação um instrumento de inclusão, emancipação, cidadania e desenvolvimento. Nesse processo, o estudante é o centro da aprendizagem. O

plano pedagógico permite o diálogo entre os sujeitos da escola, e a ampliação das ofertas educativas, além do convite à participação da comunidade.

Assim como, é preciso fortalecer o diretor como uma figura de liderança e mobilização dos professores, em constante atenção às suas práticas e reformulação das mesmas a partir do projeto pedagógico da instituição, e a comunidade, para uma participação ativa e qualificada no apoio e monitoramento das ações educativas. Portanto, os processos formativos devem olhar para esse conjunto, garantindo o diálogo com a prática e com os variados elementos que compõem o desenvolvimento integral dos alunos.

A qualidade do ensino em Franco da Rocha

A forma abrupta como foi realizada a municipalização do Ensino Fundamental, ampliou a rede municipal de ensino sem o devido preparo, desenhando um cenário pouco favorável à qualidade do ensino.

Das 15 escolas que oferecem o Ensino Fundamental, apenas uma tem turmas de 1º ano no limite de 25 alunos e 80% das turmas de 3º ao 5º ano ultrapassam a marca de 30 alunos.

Biblioteca em condições de funcionamento existe em uma única unidade, e em outras duas, que contavam com este ambiente, transformou-se em salas de aula comuns para atender a demanda, conforme demonstra a **tabela 10**. O mesmo ocorreu com as salas de informática, sendo que, de 5 salas, 3 foram transformadas em salas de aula.

Tabela 10

	EMEB	BIBLIOTECA	SALA DE INFORMÁTICA	QUADRA COBERTA
1	DIONYSIO BOVO	1	1	1
2	DONALD SAVAZONI	1*	1*	1
3	DR. ALCEU ANZELOTTI	0	1	1
4	JOSÉ AUGUSTO MOREIRA	0	0	1**
5	JUVENAL GOMES DO MONTE	0	0	0
6	LUIZ SIMIONATO	0	0	1
7	MARIA AGUILAR HERNANDEZ	0	0	1**
8	MINISTRO PAULO RENATO SOUSA	0	0	0
9	MINISTRO SERGIO MOTTA	0	0	1**
10	NILZA DIAS MATHIAS	0	1*	1**
11	PADRE EGYDIO JOSÉ PORTO	1*	1*	1**
12	PALMIRO GABORIM	0	0	1
13	PROF ^a ALEKSSANDRA AP. S. SILVA	0	0	0
14	PROF ^o ARNALDO GUASSIERI	0	0	1**
15	PROF ^o PAULO CARDOSO AZEVEDO	0	0	0
	TOTAL	1/2*	2/3*	5/6**

(*) biblioteca ou salas de informática transformadas em salas de aula; (**) quadras sem cobertura;

Há ainda, 21% de crianças que são transportadas, diante da ausência de vagas próximo ao local de moradia.

Para completar este cenário desfavorável, 50% dos docentes não são titulares de cargos, e não há procedimentos definidos para a ocupação dos cargos de gestores, provocando um alto índice de rotatividade dos profissionais.

O plano de carreira dos profissionais da educação não objetiva ações que valorizem o investimento na formação e o valor do piso salarial para 40 horas está apenas R\$ 22,22 acima do valor previsto em lei.

Na **tabela 11** demonstra-se o rendimento alcançado por escola da rede municipal no IDEB, para as séries iniciais e as metas projetadas até 2021, e na **tabela 12** o rendimento alcançado por escola da rede estadual no IDEB, para as séries iniciais e as metas projetadas até 2019.

Tabela 11

ESCOLA	IDEB Observado				METAS Projetadas							
	2007	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
ALCEU ANZELOTTI DR.		5.3	5.1	6.0			5.6	5.8	6.1	6.3	6.8	
ALEKSSANDRA AP. S. SILVA PROFA	4.6	5.0	---	---	4.8	5.1	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4	
ARNALDO GUASSIERI PROF			4.8	5.4			5.1	5.3	5.6	5.9	6.1	
DIONYSIO BOVO EMEB	4.7	5.0	4.7	5.4	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5	
DONALD SAVAZONI	4.8	5.4	5.4	5.8	4.9	5.3	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	
EGYDIO JOSE PORTO PADRE			4.1	4.8			5.4	5.7	5.9	6.2	6.4	
JOSE AUGUSTO MOREIRA			4.5	5.2			4.8	5.1	5.4	5.6	5.9	
JUVENAL GOMES DO MONTE			4.9	6.1			5.2	5.5	5.7	6.0	6.3	
LUIZ SIMIONATO				4.7				5.0	5.3	5.5	5.8	
MARIA AGUILAR HERNANDEZ			5.4	5.2			5.6	5.9	6.1	6.4	6.6	
NILZA DIAS MATHIAS			5.9	5.3			6.1	6.4	6.6	6.8	7.0	
PALMIRO GABORIM	4.0	4.3	4.9	4.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3	5.6	5.9	
PAULO CARDOSO AZEVEDO PROF			5.3	5.2			5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	
PAULO RENATO SOUZA MINISTRO			4.7	5.2			4.9	5.2	5.5	5.8	6.0	
SERGIO MOTTA MINISTRO		4.6	5.1	6.1		4.8	5.1	5.4	5.9	6.2	6.4	

Tabela 12

ESCOLA	IDEB Observado				METAS Projetadas						
	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
ADAIL JARBAS DUCLOS	4.2	4.9	4.7	4.7	4.4	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1
ADAMASTOR BAPTISTA PROF	4.1	5.0	4.4	4.5	4.3	4.6	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0
BENEDITO AP. TAVARES PROF	4.5	5.0	4.9	5.9	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3
DOMINGOS CAMBIAGHI PROF	4.7	5.0	5.6	5.9	4.9	5.3	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5
ELVIRA PARADA MANGA PROFA	4.0	5.1	5.2	5.4	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.6	5.9
IVONE ANJOS CAMPOS PROFA	4.4	4.9	5.0	5.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	5.0	6.2
PARQUE VITORIA IV	3.9	5.7	4.3	5.1	4.1	4.5	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8
LUIZ ALEXANDRE DOS SANTOS	4.2	4.9	5.3	5.4	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1

Na **tabela 13** apresentam-se as escolas da rede estadual que atendem alunos das séries iniciais, por região e número de alunos, indicando o resultado do IDESP⁴⁰ 2014, em comparação com os índices do Estado de São Paulo, da Diretoria de Ensino e do município, por escola, do maior, para o menor índice alcançado.

Tabela 13

REDE ESTADUAL - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS				
MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA		4,26		
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO CAIEIRAS		4,39		
ESTADO DE SÃO PAULO		4,76		
Escolas		Região	Número de Alunos	IDESP Ensino Fundamental I
1	E.E. DOMINGOS CAMBIAGHI – PROF	8	232	5,56
2	E.E. ADAIL JARBAS DUCLOS	1	177	5,31
3	E.E. IVONE DOS ANJOS DA SILVA CAMPOS – PROF. ^a	5	254	4,48
4	E.E. ELVIRA PARADA MANGA – PROF. ^a	3	327	4,44
5	E.E. BENEDITO APARECIDO TAVARES – PROF.	2	335	4,02
6	E.E. LUIZ ALEXANDRE DOS SANTOS – VEREADOR	1	278	3,68
7	E.E. JOSÉ PARADA - PROF.	6	359	3,30
8	E.E. ADAMASTOR BAPTISTA – PROF.	8	227	2,61

⁴⁰ IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo

No **gráfico 65** apresenta-se o desempenho das 15 escolas municipais e das 8 escolas estaduais de Ensino Fundamental I no IDEB de 2013, e no **gráfico 66** as metas projetadas para o município, o estado e o país até 2021.

Gráfico 65

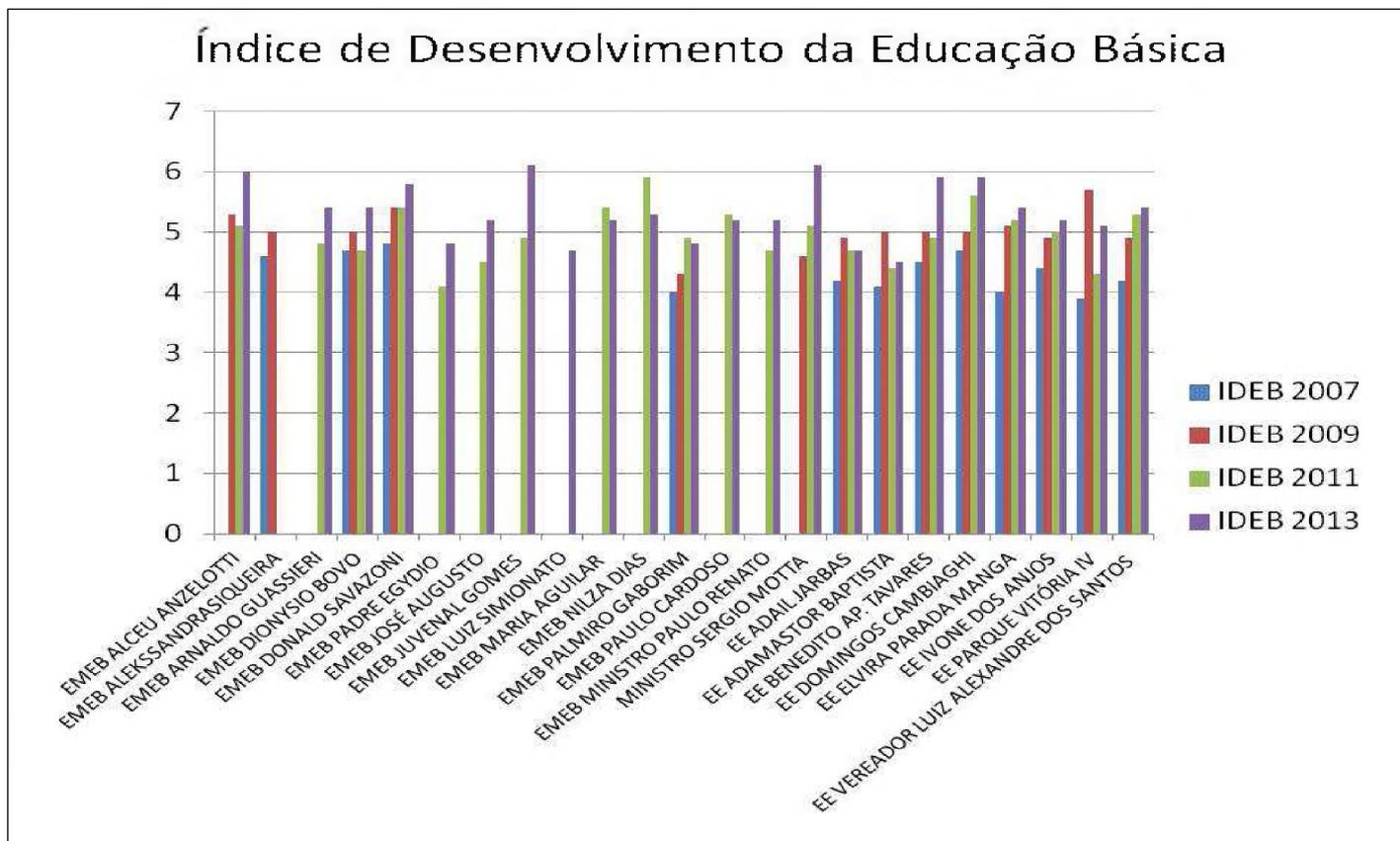
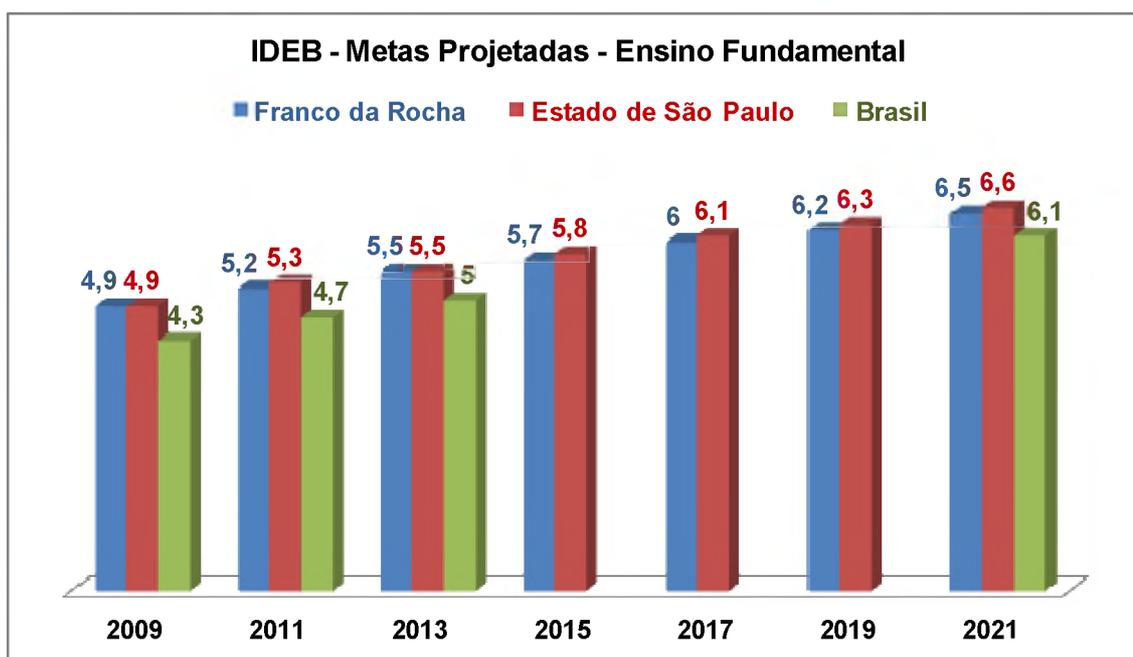


Gráfico 66



Fonte: Ministério da Educação (MEC)

Constata-se que a rede municipal de ensino apresenta rendimento idêntico, ou superior à média nacional e bastante próxima à média do Estado de São Paulo, apesar de todas as deficiências apontadas.

Na **tabela 14** apresentam-se os resultados do resultado do IDESP 2014 das escolas estaduais que atendem os alunos do Ensino Fundamental II, em comparação com os índices do Estado de São Paulo, da Diretoria de Ensino e do município, por escola, do maior, para o menor índice alcançado.

Tabela 14

REDE ESTADUAL - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS				
MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA		2,28		
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO CAIEIRAS		2,49		
ESTADO DE SÃO PAULO		2,62		
Escolas		Região	Número de Alunos	IDESP Ensino Fundamental II
1	E.E. ADAIL JARBAS DUCLOS	1	236	3,23
2	E.E. BENEDITO AP TAVARES – PROF.	2	335	3,10
3	E.E. DOMINGOS CAMBIAGHI – PROF	8	494	3,02
4	E.E. AZEVEDO SOARES	8	325	2,80
5	E.E. JOSÉ PARADA - PROF.	6	329	2,56
6	E.E. RITUCO MITANI – PROF. ^a	8	522	2,52
7	E.E. BENEDITO FAGUNDES MARQUES	8	344	2,38
8	E.E. ADAMASTOR BAPTISTA – PROF.	8	182	2,26
9	E.E. PEDRO LELIS DE SOUZA – PREFEITO	1	483	2,22
10	E.E. PAULO DUARTE	6	514	2,21
11	E.E. ZILTON BICUDO – PROF.	5	593	2,19
12	E.E. JOCIMARA VIEIRA DA SILVA – PROF. ^a	4	706	2,04
13	E.E. ISAURA DE MIRANDA BOTTO – PROF. ^a	3	644	1,93
14	E.E. ELVIRA PARADA MANGA – PROF. ^a	3	258	1,89
15	E.E. IVONE ANJOS S.CAMPOS, PROF. ^a	5	384	1,85
16	E.E. IRACI SARTORI VIEIRA SILVA – PROF. ^a	4	571	1,84
17	E.E. LUIZ ALEXANDRE SANTOS – VER.	1	233	1,83
18	E.E. KÁTIA M. TARIFA L.ME TONELLI, PROF. ^a	7	732	1,67

Na **tabela 15** demonstra-se o rendimento alcançado por escola da rede estadual no IDEB, para as séries finais e as metas projetadas até 2021.

Tabela 15

ESCOLAS ESTADUAIS – ENSINO FUNDAMENTAL II											
ESCOLA	IDEB Observado				METAS Projetadas						
	2007	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ADAIL JARBAS DUCLOS	3.6	4.0	4.2	4.5	3.7	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1	5.4
ADAMASTOR BAPTISTA PROF	3.9	4.3	4.9	4.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3	5.6
AZEVEDO SOARES	4.1	4.0	4.3	4.6	4.2	4.4	4.8	5.1	5.2	5.6	5.8
BENEDITO AP. TAVARES PROF	4.0	4.0	3.6	4.7	4.1	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5	5.7
BENEDITO FAGUNDES MARQUES	3.5	3.8	4.1	5.3	3.6	3.8	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2
DOMINGOS CAMBIAGHI PROFº	-	-	-	5.2				5.4	5.6	5.9	6.1
ELVIRA PARADA MANGA PROFA	3.4	3.9	4.3	3.7	3.5	3.7	4.1	4.4	4.7	4.9	5.2
IRACI SARTORI VIEIRA SILVA PROFA	3.7	4.2	4.1	3.9	3.8	4.0	4.3	4.7	4.9	5.2	5.4
ISAURA DE MIRANDA BOTTO PROFA	4.0	3.9	3.8	3.1	4.1	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.7
IVONE DOS ANJOS S.CAMPOS PROFA	4.0	3.8	4.1	4.4	4.1	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5	5.7
JOCIMARA VIEIRA DA SILVA PROFA	3.9	4.1	3.9	4.2	4.0	4.2	4.6	4.9	4.2	5.4	5.7
KATIA M. TARIFA LEME TONELLI PROFA	3.3	3.8	3.9	3.8	3.4	3.6	3.9	4.2	4.5	9.8	5.0
LUIZ ALEXANDRE SANTOS, VER.	3.7	4.1	3.7	4.2	3.8	4.0	4.3	4.6	4.9	5.1	5.4
PARQUE JOSÉ PARADA	3.2	3.3	4.1	3.7	3.3	3.5	3.9	4.2	4.5	4.7	5.0
PAULO DUARTE	3.8	3.5	4.0	4.2	3.9	4.1	4.5	4.8	5.1	5.3	5.6
PEDRO LELIS DE SOUZA PREFEITO		3.3	3.9	4.2		3.5	3.7	4.1	4.3	4.6	4.9
RITUCO MITANI PROFA	3.8	4.3	3.8	4.4	3.9	4.1	4.4	4.8	5.0	5.3	5.5
ZILTON BICUDO PROF	4.0	3.9	3.8	4.0	4.1	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5	5.7

Na **tabela 16** apresentam-se os resultados do resultado do IDESP 2014 das escolas estaduais que atendem os alunos do Ensino Médio, em comparação com os índices do Estado de São Paulo, da Diretoria de Ensino e do município, por escola, do maior, para o menor índice alcançado.

Tabela 16

REDE ESTADUAL - ENSINO MÉDIO				
MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA		1,40		
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO CAIEIRAS		1,67		
ESTADO DE SÃO PAULO		1,93		
Escolas		Região	Número de Alunos	IDESP Ensino Médio
1	E.E. ADAMASTOR BAPTISTA – PROF.	6	127	2,06
2	E.E. ADAIL JARBAS DUCLOS	1	236	1,84
3	E.E. BENEDITO APARECIDO TAVARES – PROF.	2	363	1,79
4	E.E. JOCIMARA VIEIRA DA SILVA – PROF. ^a	4	649	1,54
5	E.E. AZEVEDO SOARES	6	441	1,50
6	E.E. IRACI SARTORI VIEIRA DA SILVA – PROF. ^a	4	507	1,50
7	E.E. KÁTIA MARIA TARIFA LEME TONELLI – PROF. ^a	7	586	1,45
8	E.E. BENEDITO FAGUNDES MARQUES	8	782	1,42
9	E.E. IVONE DOS ANJOS DA SILVA CAMPOS – PROF. ^a	5	342	1,31
10	E.E. PEDRO LELIS DE SOUZA – PREFEITO	1	371	1,27
11	E.E. RITUCO MITANI – PROF. ^a	8	494	1,27
12	E.E. LUIZ ALEXANDRE DOS SANTOS – VEREADOR	1	209	1,24
13	E.E. ZILTON BICUDO – PROF.	5	592	1,23
14	E.E. ISAURA DE MIRANDA BOTTO – PROF. ^a	3	461	1,21
15	E.E. PAULO DUARTE	6	410	1,19
16	E.E. ELVIRA PARADA MANGA – PROF. ^a	3	237	0,87

AÇÕES DA META 7

2015

1. Criar mecanismo de articulação entre diferentes instâncias (Estado e Município);
2. Garantir a formação específica aos profissionais da educação, diante de um diagnóstico prévio;
3. Fiscalizar e organizar o transporte em relação ao fluxo;
4. Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;
5. Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº10.639, de 9 de janeiro de 2003⁴¹, e nº 11.645, de 10 de março de 2008⁴², assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

Metas Quantitativas

1. Realizar reuniões bimestrais com Secretários de Educação Municipal, Dirigente Estadual de Ensino da Região, gestores estaduais e representantes da Secretaria Municipal de Educação.
2. Realizar reuniões trimestrais com os coordenadores pedagógicos das diferentes instâncias;
3. Realizar formações mensais para os gestores e professores;
4. Realizar formações semestrais para os demais profissionais da educação;
5. Elaborar uma planilha mensal para o gestor avaliar a qualidade dos serviços prestados;
6. Garantir visitas periódicas nas escolas de um representante do setor

⁴¹ Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão nos currículos da temática história e cultura afrobrasileira;

⁴² Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão nos currículos da temática história e cultura indígena;

- responsável;
7. Implantar a Proposta Curricular Municipal referente ao Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.
 8. Promover a formação dos docentes para implementar a Proposta Curricular Municipal, que já contempla as respectivas leis.

2016

1. Articular o trabalho da escola com a rede de proteção;
2. Elaborar os critérios e procedimentos para avaliação da qualidade educacional;
3. Aumentar a verba do Programa Pró-Escola, considerando o impacto orçamentário;
4. Assegurar a formação continuada para implementação da política de educação inclusiva;
5. Assegurar a diversidade de métodos e propostas pedagógicas;
6. Capacitar os professores e/ou agentes das comunidades para atuarem como mediadores da leitura;
7. Conscientizar a comunidade escolar sobre a importância de acompanhar os resultados das avaliações.
8. Induzir o processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

Metas Quantitativas

1. Realizar reuniões semestrais com os representantes da rede de proteção (Escola, Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, Ministério Público);
2. Estabelecer um cronograma de visitas da Assistência Social nas unidades escolares;
3. Assegurar visitas dos Conselheiros Tutelares nas unidades escolares mediante solicitação dos gestores;
4. Avaliar anualmente o ensino (professor e alunos) e promover ações para

sua melhoria;

5. Incluir semestralmente um valor para aquisição de livros;

2017

Garantir a utilização pedagógica das tecnologias da informação e comunicação;

Meta Quantitativa

1. Prover equipamentos e recursos tecnológicos para a utilização pedagógica nas unidades escolares;
2. Capacitar os professores periodicamente;

2018-2019

Fortalecer e aperfeiçoar as ações anteriores.

Meta Quantitativa

Garantir que, no quinto ano de vigência deste PNE, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do Ensino Fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

2024

Meta Quantitativa

Assegurar que no último ano de vigência deste PNE, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

META 08 – Escolaridade Média da População

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

META 09 – Erradicação do analfabetismo absoluto de Jovens e Adultos

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

DIRETRIZES DAS METAS 8 E 9

Alfabetizar jovens e adultos é uma preocupação que não se limita a uma tarefa meramente escolar, está intimamente ligada a sonhos e anseios de mudanças.

Assim, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o Estado amplia seu dever com a Educação de Jovens e Adultos – EJA e em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegura aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características desse alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Promover com sucesso a alfabetização dos jovens e adultos e superar o analfabetismo são desafios que o Brasil ainda está distante de equacionar, porém a EJA não pode ser associada apenas à escolaridade compensatória para pessoas que não conseguiram ir para a escola quando crianças, até porque o perfil dos alunos não é só esse.

A EJA precisa ser estruturada para atender os alunos que não tiveram acesso à escolarização na idade própria, ou cujos estudos não tiveram continuidade, apoiada nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, para a garantia da

participação, da inclusão e da equidade social.

OBJETIVO DAS METAS 8 E 9

Garantir o acesso e permanência dos jovens e adultos com mais de 15 anos nas escolas com o objetivo de elevar a escolaridade média da população e erradicar o analfabetismo absoluto.

DIAGNÓSTICO DAS METAS 8 E 9

Não importam os motivos que levaram jovens e adultos a não terem freqüentado ou abandonado a escola, mas há uma dívida histórica a ser compensada aos jovens brasileiros que não possuem escolaridade básica.

O analfabetismo e a baixa escolaridade impedem o desenvolvimento do país e traz prejuízos a toda a sociedade.

Nas últimas décadas vários programas e projetos investiram na erradicação do analfabetismo, porém há hoje no país uma legião de analfabetos funcionais⁴³, que continuam à margem da vida social e do mercado de trabalho.

Os **gráficos 67, 67 e 69** demonstram que mais de 6% da população é analfabeta, que 27% dos alfabetizados são analfabetos funcionais, e mais, que a baixa escolaridade está na população mais pobre.

Gráficos 67 e 68



⁴³ Identifica as letras e os números, mas não consegue interpretar textos, ou escrever pequenos bilhetes, e nem executar simples operações matemáticas, limitando o desenvolvimento pessoal e profissional;

Gráfico 69

As políticas educacionais dos anos 90 não corresponderam às expectativas da Constituição de 1988 que priorizaram a universalização do acesso das crianças e adolescentes ao ensino fundamental, ficando a EJA relegada a um plano secundário na agenda das políticas educativas. Nesse processo a alfabetização de jovens e adultos foi descentralizada para os municípios ou delegada às organizações sociais, que atuaram em parcerias com programas como Alfabetização Solidária ou Movimentos de Alfabetização (Movas).

No entanto, no início do terceiro milênio, a alfabetização de jovens e adultos adquiriu nova posição na agenda das políticas nacionais, com o lançamento do Programa Brasil Alfabetizado e a inclusão da modalidade no Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB).

Essa estruturação tardia do sistema público brasileiro e os equívocos das políticas nacionais parecem suficientes para esclarecer as causas da persistência de elevados índices de analfabetismo e uma média de anos de estudos inferior àquela de outros países com níveis equivalentes de desenvolvimento econômico.

A Educação de Jovens e Adultos no Município de Franco da Rocha

A Educação de Jovens e Adultos teve início em 1993, com 11 turmas de Suplência I distribuídas no período noturno nas escolas municipais de Educação Infantil dos bairros, com mobiliário empilhável adaptado.

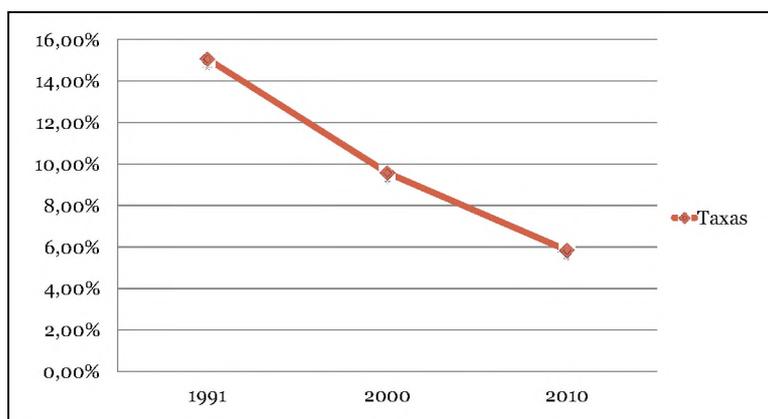
Em 1994 foram abertas as primeiras turmas de Suplência II, no Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA Chico Mendes, que funcionaram até 2005, momento em que o prédio construído para abrigar o Projeto de EJA, foi

emprestado para o Governo Estadual abrigar a Escola Estadual Adamastor Baptista, na ocasião em razão de avarias no prédio original pelas enchentes.

Em 2006, as turmas de Suplência I e II foram abrigadas nas escolas municipais Donald Savazoni e Dionysio Bovo.

Conforme dados do último Censo Demográfico⁴⁴, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 5,8%, conforme o **gráfico 70**.

Gráfico 70



Além do número de analfabetos é crescente o contingente de alunos, adolescentes e jovens que são excluídos do ensino regular, seja pelo abandono ou reprovação, como mostra a **tabela 17**.

Tabela 17

TAXAS DE RENDIMENTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS						
ENSINO	NACIONAL			MUNICIPAL		
	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO
ANOS INICIAIS	6,9%	1,3%	91,7%	1,1%	0,2%	98,7%
ANOS FINAIS	12,3%	4,0%	83,7%	2,8%	1,2%	96,0%
ENSINO MÉDIO	12,8%	9,2%	78,0%	4,9%	4,1%	90,9%

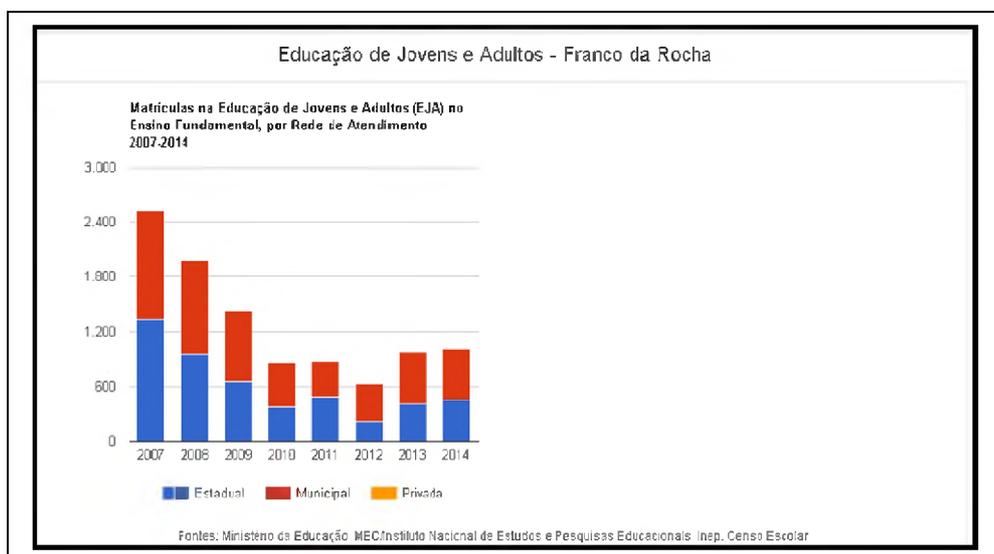
Os adolescentes que frequentam a EJA, mantém com a escola uma

⁴⁴Fonte IBGE

relação de tensão e conflito aprendida na experiência anterior, enquanto os mais velhos veem nessa oportunidade uma perspectiva de integração sociocultural. A convivência entre estes dois grupos representam um grande desafio para a escola e seus educadores, que têm que lidar com universos distintos nos planos etários, cultural e nas expectativas em relação à educação.

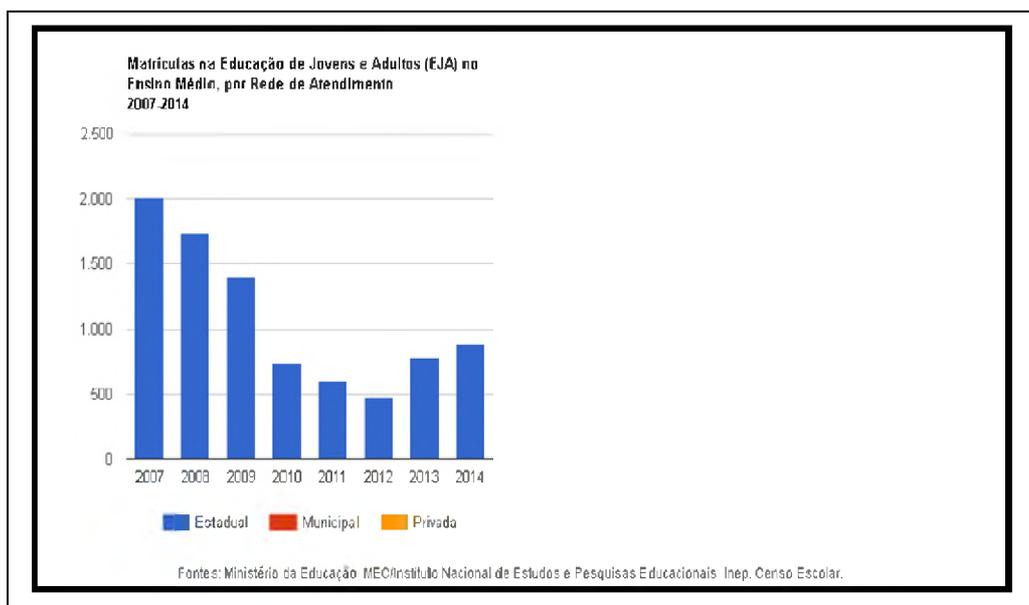
Apenas a rede municipal de ensino atende os alunos de Suplência I nas EMEBs Donald Savazoni (56 alunos), Dionysio Bovo (80 alunos) e Maria Hernandez Aguilar (31 alunos). Já a Suplência II é atendida nas EMEBs Donald Savazoni (124 alunos) e Dionysio Bovo (218 alunos), conforme demonstram-se no **gráfico 71**, que também indica o atendimento da Suplência II nas escolas da rede estadual.

Gráfico 71



Já os alunos de Suplência de Ensino Médio são atendidos exclusivamente na rede estadual de ensino, conforme o **gráfico 72**.

Gráfico 72



AÇÕES DAS METAS 8 E 9

1. Criar oportunidades para que todos os educandos sejam atendidos nas suas necessidades e especificidades, garantindo formas alternativas de estudos;
2. Garantir a participação da comunidade escolar na construção da Proposta Pedagógica e do Regimento Escolar, fomentando a abertura dos canais de participação cidadã;
3. Garantir a formação continuada dos professores que atuam na EJA, para que as metodologias sejam apropriadas à faixa etária atendida, fator essencial para a permanência dos alunos;
4. Realizar Conferências Municipais para troca de experiências e formação de professores;
5. Estabelecer parceria com as áreas da Saúde e Assistência Social para atendimento especializado aos alunos da EJA, a partir do encaminhamento da escola;
6. Criar um Fórum de Discussão que oportunize a participação de toda comunidade escolar, como instrumento para assegurar o cumprimento das metas;
7. Promover anualmente a realização de seminários temáticos para a socialização de experiências e produção de conhecimento.

2016

Promover, em parceria com as áreas da saúde (Programa Saúde da Família), da assistência social e de proteção à juventude, a busca ativa de jovens, com 15 anos ou mais fora da escola e garantir a oferta de vagas e atendimento nos bairros para a etapa de alfabetização inicial aos adultos que não tiveram a oportunidade de aprender na idade certa;

2017

Garantir a oferta de vagas em unidade central para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da EJA e apoiar técnica e financeiramente projetos educacionais que visem o atendimento de necessidades específicas dos alunos com mais de 15 anos que apresentam dificuldades de aprendizagem

e/ou com alguma deficiência;

2019

Implementar, em parceria com a rede privada, programas de formação profissional, concomitante ao ensino ofertado na rede pública aos jovens de 18 a 29 anos;

2020

Oferecer, em regime de colaboração com a rede Estadual, cursos técnicos e profissionalizantes na modalidade suplência;

2021

Ofertar, por meio de bolsas, cursos pré-vestibulares aos alunos de baixa renda que concluírem o Ensino Médio na rede pública do município de Franco da Rocha, em parceria com instituições de Ensino Superior;

2022

Instituir um Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos, ofertando o Ensino Fundamental e em regime de cooperação com a Rede Estadual ofertar também o Ensino Médio.

META 10 – EJA integrada à Educação Profissional

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

META 11 – Educação Profissional

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

DIRETRIZES DAS METAS 10 E 11

Conforme o art. 39 da LDB, a educação profissional e tecnológica *“integra-se aos diferentes níveis e modalidades e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”* a fim de possibilitar o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Já o art. 40 *“estabelece que a educação profissional deve ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada.”*

OBJETIVO DA META 10 E 11

Construir uma proposta para atendimento educacional dos trabalhadores, orientada por um ensino de qualidade, em que a formação geral não esteja deslocada da educação profissional.

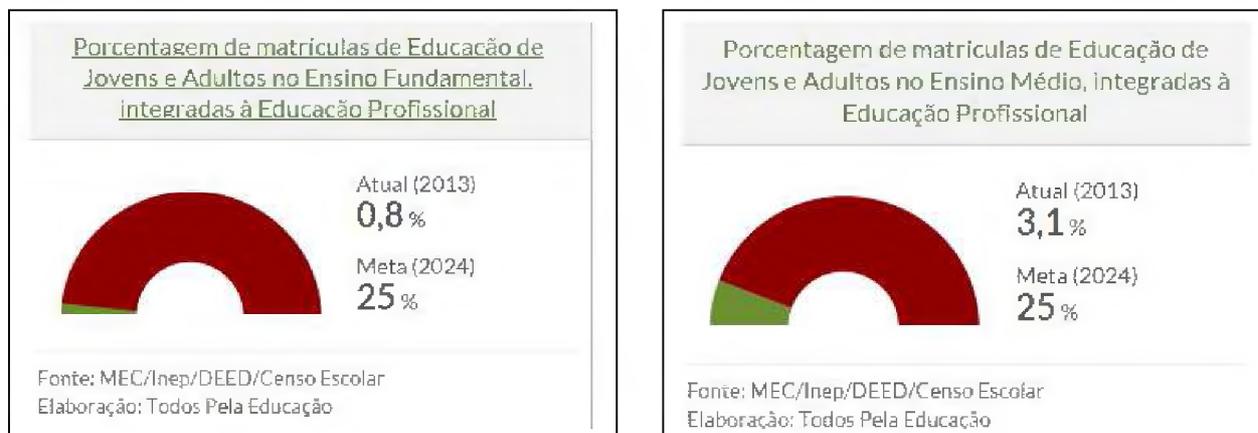
DIAGNÓSTICO DA META 11

A educação profissional é historicamente demarcada pela divisão social do trabalho, que na prática sempre justificou a existência de duas redes de ensino médio, uma de educação geral, destinada a um pequeno grupo privilegiado, e outra profissional, para os trabalhadores. A sua origem remonta à separação entre a propriedade dos meios de produção e a propriedade do trabalho, ou seja, a lógica de que alguns pensam, planejam, e outros executam.

De acordo com dados do Censo da Educação Básica, a educação profissional concomitante e, a subsequente ao ensino médio cresceram 7,4% nos últimos cinco anos, atingindo mais de um milhão de matrículas em 2013

(1.102.661 matrículas), porém há poucos alunos oriundos da Educação de Jovens e Adultos dos Ensinos Fundamental e Médio, conforme indicam os **gráficos 73 e 74**.

Gráfico 73 e 74



Já no ensino médio integrado, os números da educação profissional indicam um contingente de 1,4 milhão de alunos atendidos, conforme o **gráfico 75** e, essa modalidade de educação é ofertada em estabelecimentos públicos e privados, que se caracterizam como escolas técnicas, agrotécnicas, centros de formação profissional, associações, escolas, entre outros, conforme o **gráfico 76**.

Gráfico 75 e 76



O Censo Educacional revela ainda que a participação da rede pública tem crescido anualmente e já representa 52,5% das matrículas. Isso indica que, se a tendência se mantiver, a oferta de pelo menos 50% na rede pública será alcançada, sendo necessário o desenvolvimento de ações que garantam oferta triplicada e de qualidade.

A Educação Profissional no Município de Franco da Rocha

Surgindo da vontade pública local para atender aos anseios da população, em 2005 começaram obras para que em 2006 fosse instalada uma unidade de escola técnica na cidade de Franco da Rocha, inicialmente como Classe Descentralizada da Escola Técnica Estadual Vasco Antonio Venchiarutti, em Jundiaí.

Em março do mesmo ano a instituição tornou-se independente após a assinatura do Decreto-Lei 50.623 pelo então governador Geraldo Alckmin, sob o nome ETEC de Franco da Rocha.

Em 2008, através da Lei Estadual nº. 13.134 de 11/07/2008, a Unidade Escolar teve sua denominação alterada para ETEC “Dr. Emílio Hernandez Aguilar”, em homenagem ao ex prefeito da cidade.

Equiparada às perspectivas para o futuro da região, a escola oferece cursos técnicos de Informática, Logística e Administração, assim como Ensino Médio, com equidade no acesso e permanência, com ensino gratuito e de qualidade, sendo a única unidade de escola técnica pública e gratuita da região até 2009. Passou a ocupar posição de destaque por oferecer alternativa para a capacitação técnica da população, a qual é necessária e comprovada pelas altíssimas taxas de desemprego.

Em 2010 inaugurou sua primeira extensão, a ETEC de Francisco Morato, a qual foi emancipada em março do mesmo ano e, em julho de 2012, teve início as atividades em classe descentralizada na cidade de Caieiras, com os cursos de Segurança do Trabalho e Informática para Internet, ambas no período noturno, a qual foi emancipada, tornando-se ETEC em junho de 2014.

Atualmente a ETEC Dr Emílio Hernandez Aguilar recebe alunos dos municípios de Franco da Rocha (55 %), Mairiporã (22,5%), Caieiras (18,5%) e outros municípios do entorno (4%), e tem como objetivo formar e qualificar profissionais no âmbito da educação de nível médio regular e técnico profissionalizante, promovendo o desenvolvimento de novas estratégias na produção e prestação de serviços, num clima intelectual e acadêmico pautado por valores éticos, tornando os educandos capazes de atuar de forma consciente e produtiva na sociedade moderna.

AÇÕES DAS METAS 10 E 11**2015**

1. Sugerir mudanças no modelo de “INGRESSO” nas instituições que oferecem a modalidade “Educação Profissional”;
2. Sugerir abertura de cotas para estudantes com deficiência;

2016

1. Expandir em 5% ao ano a oferta de vagas na rede de ensino profissional
2. Criar uma comissão de avaliação para o financiamento estudantil para vagas no ensino profissional;
3. Ampliar a divulgação em várias esferas da sociedade dos programas e cursos profissionalizantes;
4. Expandir a oferta de vagas nos cursos técnicos do PRONATEC⁴⁵ de nível Médio e cursos de qualificação profissional;

2017

Institucionalizar o cadastro de alunos concluintes dos cursos de formação profissional, para atender a demanda das empresas;

2018

Estabelecer uma contra partida do município em relação ao financiamento estudantil nos programas de educação profissionalizante;

⁴⁵ PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

META 12 – Educação Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

META 13 – Titulação de professores da Educação Superior

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

META 14 – Pós-graduação

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.

META 15 – Formação de professores

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do [art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

META 16 – Formação continuada e pós-graduação de professores

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

DIRETRIZES DAS METAS 12, 13, 14, 15 e 16

A educação superior segundo a LDB é de responsabilidade dos governos federal e estadual quando na existência das Universidades Estaduais. Tal fato não pode representar para os municípios um argumento à desresponsabilização em relação às metas do nível superior, cabendo-lhes um papel colaborativo entre os entes federativos.

Pelo atual Plano Nacional de Educação, abrem-se possibilidades antes não possíveis aos municípios com diretrizes que em regime de colaboração com os entes federativos (União e Estado) podem ser realizadas visando ampliar e melhorar principalmente a qualidade do ensino na localidade.

Tais intenções se materializam a partir da exigência aos professores de titulação de nível superior em cursos superiores de Licenciaturas Plenas em Pedagogia ou nas áreas afins, ao fomentar a extensão do ensino e a formação continuada dos docentes por meio de capacitações e ao prover ou incentivar a formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*⁴⁶.

Outro meio de colaboração, não menos importante e que vem abrindo possibilidades a vários municípios é a instalação de Instituição de Ensino Superior na localidade, bastando aos mesmos apenas a disponibilização de pequena equipe de pessoal e cessão ou aluguel de equipamentos físicos para a instalação do curso de ensino superior presencial ou à distância.

OBJETIVOS DAS METAS 12, 13, 14, 15 e 16

Possibilitar o acesso ao nível de ensino superior às camadas populares e médias da população do município; celebrar convênio entre os entes federativos (União e Município) visando à instalação na cidade de Polo de Instituição Superior de Ensino – IES; disponibilizar cursos de graduação aos estudantes concluintes do Ensino Médio do município e região e disponibilizar cursos de extensão e de formação continuada aos docentes das redes municipal e estadual de ensino do município de Franco da Rocha.

DIAGNÓSTICO DAS METAS DAS 12, 13, 14, 15 e 16

Em um país como o Brasil em que até poucas décadas atrás a educação

⁴⁶ Stricto Sensu - cursos de pós-graduação que compreendem programas de mestrado e doutorado sujeitos ao reconhecimento e autorização do MEC.

básica era um privilégio das elites, o mero interesse de ingressar num curso de ensino superior era visto como algo intangível aos membros das classes populares e mesmo após os primeiros governos democráticos eleitos após o regime militar a situação não se altera significativamente.

O pano de fundo da reforma educacional brasileira, no contexto das transformações sociais ocorridas no mundo por volta dos anos 80 do século XX, começou a delinear-se nos anos 1990 com o governo de Fernando Collor (1990-1992), que deu início a abertura do mercado brasileiro com objetivo de inserir o país em âmbito mundial, subordinando-o ao capital financeiro internacional. Essa tendência manteve-se ao longo dos governos seguintes de Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002). A atrelagem financeira ao mercado globalizado refletiu-se nas demais dimensões da vida social, como as políticas públicas de cunho social e, ente elas, a educação (Libâneo, 2012)⁴⁷

Os **gráficos 77 e 78** demonstram os baixos índices de matrículas no Ensino Superior na faixa etária de 18 a 24 anos

Gráficos 77 e 78



Serão necessárias medidas mais eficazes e amplas que ultrapassem os programas apresentados no primeiro governo FHC, como a criação do FUNDEF e do programa denominado “*Acorda Brasil: Está na Hora da Escola*” e

47 Libâneo, José Carlos e et all. Educação escolar: políticas, estrutura e organização, 10ª ed., São Paulo: Cortez, 2012.

que segundo Libâneo (2012) representam melhorias relativas “(...) nas áreas mais pobres do país, no entanto provocou perda do padrão educacional em centros maiores”.

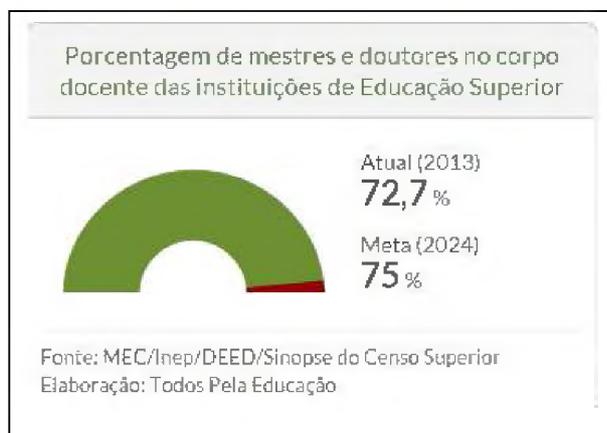
Somente nas eleições de 2012 com a consagração nas urnas de Luiz Inácio Lula da Silva, o país elege seu primeiro presidente oriundo das camadas mais pobres da população e “gera a perspectiva de que a educação seria tratada como prioridade de governo e como ação relevante na transformação da realidade econômica e social do povo brasileiro” (Libâneo, 2012).

Várias medidas educacionais (algumas dessas implementadas nos governos anteriores) que visavam a inclusão social por meio da educação foram revistas e ampliadas, outras foram criadas obedecendo as seguintes diretrizes: democratização do acesso e garantia de permanência, qualidade social da educação e regime de colaboração e gestão democrática.

Algumas dessas propostas já se encontravam em realização, outras eram reivindicações da CONAE⁴⁸ em 2010 com o Fórum Nacional de Educação, embora tivesse previsto na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394/1996.

A ampliação das vagas no Ensino Superior exige o enfrentamento de outros desafios, como a formação de mestres e doutores, com metas indicadas nos **gráficos 79, 80, 81 e 82**, e em especial, na formação dos professores de Educação Básica, conforme as metas estabelecidas nos **gráficos 83, 84 e 85**.

Gráficos 79 e 80



⁴⁸ CONAE – Conferência Nacional de Educação;

Gráficos 81 e 82



Gráficos 83 e 84

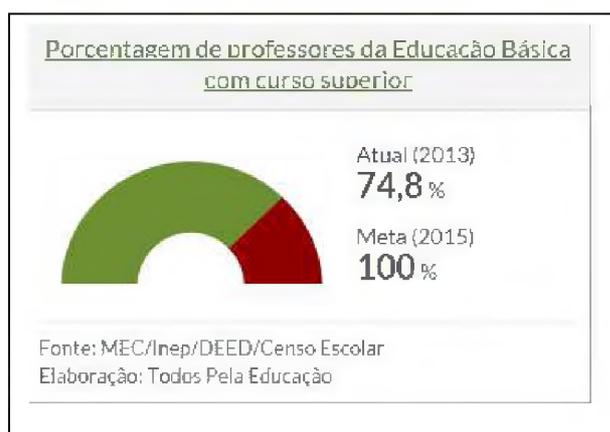
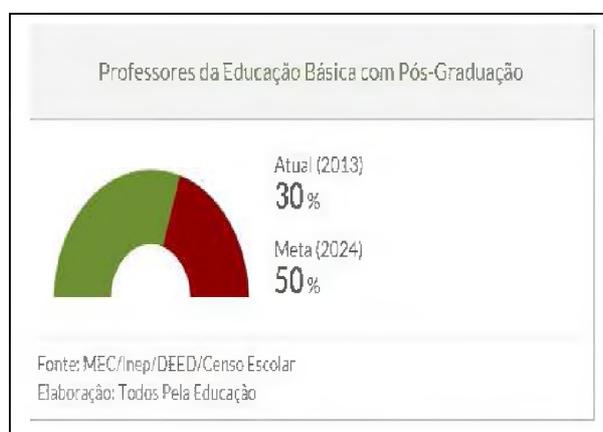


Gráfico 85



AÇÕES DAS METAS 12, 13, 14, 15 e 16**2014**

Articular a instalação de uma Instituição de Ensino Superior - IES e a Faculdade de Tecnologia - FATEC no município de Franco da Rocha.

2015

1. Promover a instalação no município de Franco da Rocha do Sistema Universidade Aberta do Brasil (SISUAB)
2. Acompanhar o cronograma de construção da FATEC.

2016

1. Promover campanhas educativas anuais do papel do Conselho Municipal de Educação e de esclarecimentos da importância do ENEM para a democratização do acesso ao ensino superior.
2. Instalar a estrutura física e de recursos humanos do Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em Franco da Rocha.
3. Promover cursos ao longo dos anos de extensão universitária na modalidade de ensino a distância (EAD) no Polo UAB aos professores de educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no limite de 20% da quantidade de professores existentes na rede municipal de ensino.

2017

1. Intervir na definição dos cursos tecnológicos da FATEC que serão oferecidos no município.
2. Promover cursos ao longo dos anos de extensão universitária em EAD aos professores dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, no limite de 20% da quantidade de professores existentes na rede estadual de ensino do município.

2018

Ampliar o programa de estágio remunerado aos estudantes de Pedagogia nas escolas municipais.

2019

1. Articular junto as indústrias da região, estágio remunerado aos estudantes dos cursos tecnológicos da FATEC.
2. Implementar o Programa de composição de acervo físico e digital de referências bibliográficas e audiovisuais na Biblioteca Municipal.

2020

1. Criar a Comissão Municipal de Educação com a função de acompanhamento da qualidade e relevância do ensino superior no município.
2. Desenvolver ações para a implantação do laboratório multifuncional no Polo UAB ou IES existentes nas áreas estratégicas de ciência, tecnologia e inovação.

2021

Institucionalizar por meio do Conselho Municipal de Educação os mecanismos de autoavaliação das IES existentes no município.

2022

Articular ações para a expansão do acervo físico e digital de referências bibliográficas para os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelas IES.

2023

Expandir o laboratório multifuncional nas áreas estratégicas de ciência, tecnologia e inovação.

2024

Revisão das metas do ensino superior do Plano Municipal de Educação e das responsabilidades do município.

META 17 - Valorização do Professor

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PNE.

DIRETRIZES DA META 17

A LDB de 1996⁴⁹ estabelece que o ensino deva ser ministrado seguindo os princípios de valorização do profissional da educação básica, sendo que cada sistema de ensino é responsável por seus profissionais.

Seu artigo 67, transcrito adiante, assemelha questões contidas no artigo 206, inciso V, da Constituição Federal de 1988, com detalhes da política de valorização do professor que contempla o plano de carreira, as condições de trabalho, o piso salarial, o tempo para estudo e o aprimoramento profissional.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

O Plano Nacional de Educação estabelece a necessária relação entre formação e a remuneração dos profissionais do magistério, critério de grande relevância para motivar os novos postulantes à carreira, e garantir continuamente a formação dos que já fazem parte dela, além de estabelecer um referencial vinculado à realidade profissional do país, pois o rendimento

⁴⁹ Lei nº 9.394/96, art. 3º, inciso VII;

médio do profissional do magistério deve ser equivalente à média dos outros profissionais com o mesmo grau de instrução.

OBJETIVO DA META 17

Valorizar o profissional da educação, para além de um salário digno, considerando a jornada, a remuneração da hora-atividade, o incentivo à dedicação exclusiva, à formação continuada, à capacitação progressiva e ao acesso às novas ferramentas pedagógicas e tecnológicas, proporcionando atividades extras de formação.

DIAGNÓSTICO DA META 17

A diferença salarial entre os professores e os demais profissionais com o mesmo nível de instrução é inaceitável. Enquanto salário e carreira não forem atraentes, o número de jovens dispostos a seguir o caminho do magistério continuará sendo insignificante.

Elevar os salários do magistério é uma escolha mais política do que técnica. Implica em mudar prioridades e passar a enxergar a Educação como a principal fonte sustentável de desenvolvimento econômico e social de um país.

Atualmente, o piso salarial dos docentes encontra-se estabelecido em R\$ 1.917,78, para uma jornada de 40 horas semanais.

O valor do piso é definido de acordo com os recursos disponíveis no FUNDEB, e o cálculo está previsto na Lei do Piso Nacional do Magistério⁵⁰, que vincula o aumento dos salários ao percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano.

Historicamente a profissão de professor, teve na sociedade brasileira características muito especiais. Os cursos para professores das séries iniciais eram frequentados majoritariamente por mulheres, sendo um grande desejo das famílias, que suas filhas se tornassem professoras, ou para aguardar um bom casamento, ou mesmo casadas, manter um trabalho de meio período.

Este cenário contribuiu para desvalorizar a carreira do magistério, pois não há indignação quando mulheres têm salários baixos, além disso, estas são valorizadas pela carreira principal, que é ser “dona de casa”.

⁵⁰ Lei nº 11.738/2008;

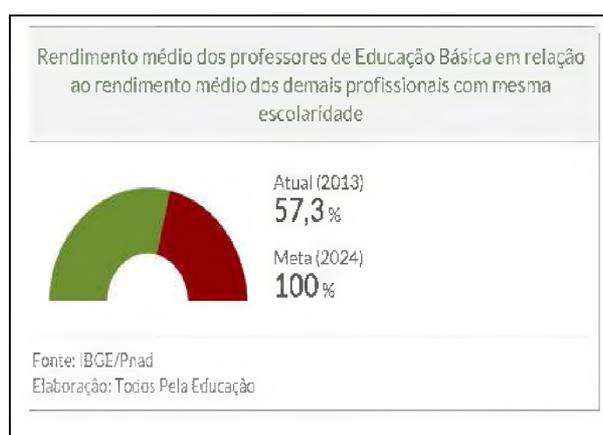
Esta desvalorização contribuiu, ao longo de muitas décadas nos piores salários para os profissionais do magistério, mesmo para aqueles que cursaram o Ensino Superior, e uma desidratação do corpo de profissionais formados, pois não há quem queira ser professor. A **tabela 18** demonstra a posição do salário dos professores diante dos profissionais com a mesma formação e o **gráfico 86**, o rendimento médio dos professores da Educação Básica em relação ao rendimento médio dos demais profissionais com a mesma escolaridade.

Tabela 18

Remuneração média dos profissionais com ensino superior Completo, por ocupações selecionadas Estado de São Paulo	
Profissão	Salário (R\$)
Delegado de polícia	11.030,30
Médico	7.831,53
Engenheiro químico	7.753,85
Engenheiro eletrônico e afins	7.145,80
Engenheiro mecânico	6.570,08
Advogado	5.899,41
Engenheiro civil e afins	5.886,75
Cirurgião Dentista	5.387,99
Arquiteto	4.314,75
Profissionais do jornalismo	4.094,12
Professor	1.780,00

Fonte: PNAD 2012/IBGE

Gráfico 86



AÇÕES DA META 17**2015**

Revisar e implementar o Estatuto e Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Franco da Rocha.

2016

1. Planejar, implementar e coordenar um fórum permanente para acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial dos profissionais do magistério para as jornadas de 30 e de 40 horas;
2. Instituir o Fórum semestral para estimular à socialização de boas práticas dos educadores e a continuidade da formação;
3. Instituir o Fórum anual para discutir a carreira dos profissionais da educação do município;
4. Realizar o Fórum Regional para discutir a carreira dos Profissionais da Educação;
5. Estimular a formação acadêmica dos professores, garantindo, a cada dois anos, a evolução funcional por titulação, com carga mínima de 180 horas;

2020

Equiparar os salários do magistério aos de outras profissões com o mesmo nível de escolaridade.

META 18 – Plano de Carreira

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido na Constituição Federal.

DIRETRIZES DA META 18

Os elementos básicos para a afirmação da carreira profissional do magistério consistem no ingresso no serviço público por meio de concurso público para cargos de provimento efetivo; orientação e acompanhamento do professor iniciante, por meio de avaliação documentada, a fim de subsidiar a efetivação no cargo; adesão à prova nacional de admissão de docentes para subsidiar os concursos realizados pelos entes federados; formação para os profissionais da educação; e, o fomento das transferências voluntárias na área da educação para os entes federados que tenham aprovado leis específicas de planos de carreira para profissionais da educação.

OBJETIVO DA META 18

Assegurar a existência de planos de carreira atraentes, dando condições ao professor de planejar seu futuro com mais segurança, de modo que possa buscar cada vez mais aperfeiçoamento.

DIAGNÓSTICO DA META 18

Uma carreira bem estruturada tem uma virtude principal: permite que o profissional de educação projete o seu futuro, tenha perspectiva de trabalho e de vida.

A carreira pressupõe que o ingresso se dê por concurso, que o trabalho seja valorizado e que, seja levado em conta o que o professor produz em conhecimento e cria na prática pedagógica.

As escolas públicas se caracterizam por uma grande diversidade de contextos e as chamadas "boas práticas educativas" não vêm prontas, elas são construídas pelos professores, nas ações cotidianas e coletivas. Isso também

deve ser reconhecido para que o professor se sinta valorizado na gestão da sala de aula, com remuneração digna, condições adequadas para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, espaço escolar seguro, limpo, provido de recursos necessários e apoio pedagógico, e reconhecimento da sociedade de que a tarefa de ensinar exige pesquisa, a organização prévia da aula, a gestão da aula e a avaliação dos resultados, para saber se estes decorreram em aprendizado.

Um bom trabalho demanda tempo para estudar, para preparar a aula, para se dedicar e avaliar os alunos em suas particularidades, e para isso o professor deve ser estimulado.

Atualmente a rede municipal de ensino discute a revisão do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério, considerando o respeito ao profissional e reconhecendo a importância do seu papel social, através de uma política progressiva de valorização com investimento na carreira, salário e formação.

AÇÕES DA META 18

2015

1. Prever no estatuto dos profissionais da educação a valorização da carreira de acordo com cada formação acadêmica, uma porcentagem salarial diferenciada pela formação: *Latu sensu* com duração mínima de 360 horas 10%; *Stricto sensu*: mestrado 20%; doutorado 30%, considerando as limites orçamentários ;
2. Garantir concursos públicos periódicos;
3. Normatizar um instrumento de avaliação para todos os profissionais de educação em estágio probatório na Rede Municipal de Educação;

2016

Criar a Escola Municipal de Formação para os Profissionais da Educação.

2017

Ofertar aos profissionais da educação, titulares de cargo, licença remunerada durante o período de em que estiver cursando o mestrado e/ou doutorado, comprometendo-se o professor após o término do curso, prestar seis anos serviços na rede municipal de ensino.

META 19 – Gestão Democrática

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

DIRETRIZ DA META 19

A Gestão Democrática dos Sistemas e das Unidades de Ensino define-se pelo nível e a qualidade da participação dos seus usuários (gestores, professores, funcionários, pais e alunos) na organização da instituição e nas formas de ensinar e aprender. Por meio dos diversos instrumentos de participação, como os Conselhos da Educação, do FUNDEB, da Alimentação, das Associações de Pais e Mestres, dos Grêmios Estudantis, dos Conselhos de Classe e Série e, em especial, dos Conselhos Escolares constroem-se as condições necessárias de compartilhamento do poder de decisão, na definição das responsabilidades e na avaliação dos resultados, decorrendo no ensino de qualidade.

OBJETIVO DA META 19

Garantir o direito da comunidade escolar de participar da organização institucional, pedagógica e dos procedimentos de avaliação das Unidades de Ensino, em especial no “modo de ensinar”, considerando a importância da sua contribuição na tarefa de formar e educar as crianças e os jovens.

DIAGNÓSTICO DA META 19

A tradição política autoritária e centralizadora do Brasil sempre desprezou a participação popular e mesmo com alguns poucos momentos de democrática, ofuscados profundamente pelo golpe de 1964, apenas com a Constituição de 1988 é que se criam mecanismos institucionais para garantir, estimular e prestigiar a participação dos usuários nos serviços públicos de educação.

Embora não existam indicadores que afirmem o nível, ou a qualidade da participação dos usuários nos conselhos de controle ou escolares, há hoje no município os seguintes instrumentos de controle da gestão do sistema e das

Unidades de Ensino, como:

- ✓ Conselho Municipal de Educação;
- ✓ Conselho Municipal do FUNDEB;
- ✓ Conselho Municipal da Alimentação;
- ✓ Conselhos Escolares constituídos em todas as escolas Municipais e Estaduais;
- ✓ Associação de Pais e Mestres, constituídas em todas as escolas Municipais e Estaduais;
- ✓ Grêmios Estudantis constituídos em todas as Escolas Estaduais;

Nas escolas estaduais os diretores de escola são nomeados por concurso público ou designados, e nas escolas municipais há apenas dois diretores efetivos e os demais são professores municipais designados. Não há, em ambos os sistemas critérios para a escolha do diretor de escola que conte com a participação da comunidade escolar.

AÇÕES DA META 19

2016

I - Estrutura e orçamento

1. Ampliar a formação dos diversos conselheiros (FUNDEB, Alimentação, Regionais, Escolares);
2. Garantir recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos, meios de transporte para visita dos conselheiros à rede escolar, visando o bom desempenho destes;

Metas quantitativas:

1. Capacitar todos os conselheiros dos Conselhos do FUNDEB, Municipal, e da Alimentação;
2. Capacitar no mínimo 1 conselheiro por Escola, em formações de 8 horas/ano;
3. Criar o Conselho de Transporte;
4. Reservar dotação orçamentária no valor no mínimo de R\$ 100.000,00 para custear as despesas dos Conselhos Municipais (FUNDEB, da

Educação, da Alimentação) com as atividades de fiscalização e avaliação dos resultados do ensino;

II - Mobilização da comunidade escolar para o alcance das metas do PNE

1. Implantar fóruns permanentes de educação para promover conferências municipais a fim de subsidiar o acompanhamento da execução do PNE e dos planos de educação;
2. Estimular a constituição e o fortalecimento dos Grêmios Estudantis e fomentar a articulação com os Conselhos Escolares;
3. Estimular a constituição e o fortalecimento das Associações de Pais e Mestres e fomentar a articulação com os Conselhos Escolares;
4. Constituir e fortalecer os Conselhos Escolares e os Conselhos Municipais de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização, assegurando a autonomia destes;

Metas quantitativas:

1. Realizar 1 encontro anual dos Grêmios Estudantis;
2. Realizar 1 encontro anual dos Conselhos Escolares;
3. Implantar o Fórum permanente de educação, com reuniões ordinárias bimestrais;

III - Instrumentos para avaliar a eficiência da gestão nos resultados do ensino

1. Estabelecer critérios técnicos de mérito, desempenho e consulta pública à comunidade escolar para a nomeação dos diretores de escola;
2. Aderir aos programas de formação e seleção, que subsidiem a definição de critérios objetivos para o provimento de cargos diretores dos gestores escolares;
3. Estabelecer critérios objetivos para o provimento de cargos de diretores e gestores escolares (especialistas);
4. Assegurar a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;
5. Estimular a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares;
6. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nas escolas;

Metas quantitativas:

1. Realizar 1 encontro anual dos Grêmios Estudantis;
2. Realizar 1 encontro anual dos Conselhos Escolares;
3. Elaborar os critérios e procedimentos de avaliação dos gestores e professores;
4. Estabelecer no mínimo uma atividade/ano para promover a consulta aos pais e profissionais da educação sobre o projeto pedagógico das escolas;
5. Ampliar as transferências de recursos financeiros para as APMs das EMEBs em no mínimo 10 %;

META 20 – Financiamento da Educação

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

DIRETRIZ DA META 20

Para que ocorra a universalização do ensino e que este seja oferecido com qualidade é preciso garantir o financiamento permanente e sustentável para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica. Este exige a regulamentação de leis, principalmente aquelas que disciplinam as políticas de colaboração entre os entes federados e que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação;

OBJETIVO DA META 20

Buscar fontes de recursos, ampliar, normatizar, disciplinar, distribuir, e controlar o financiamento da educação.

DIAGNÓSTICO DA META 20

Em 1962, o Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Conselho Federal da Educação tinha como meta matricular 100% da população de 7 a 11 anos de idade nas escolas primárias, porém em 1965, já sob o regime militar e diante de poucas escolas públicas existentes, os recursos da educação, em formas de bolsas de estudo foram destinados às instituições privadas e, muitas vezes desviados da sua finalidade, pois não havia controle social na sua aplicação, além de enriquecer muitos proprietários de escolas particulares. Foi um tempo em que poucos tinham acesso ao ensino gratuito, e ainda assim, dependiam de recursos próprios para comprar material e outros insumos.

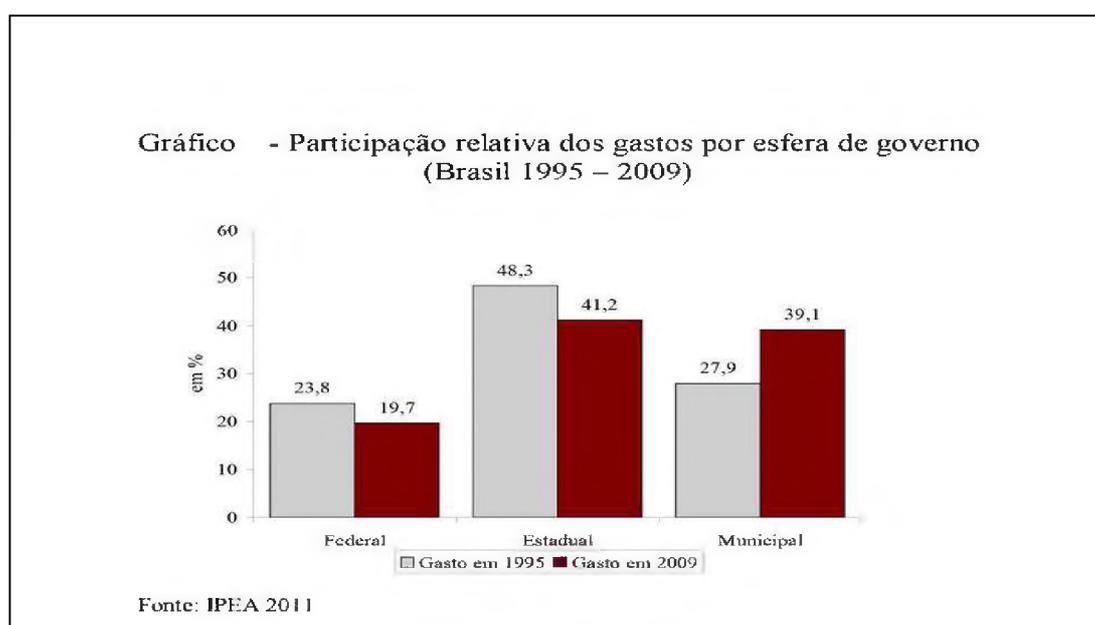
Intensificando o caráter privatista dos Governos Militares, a Constituição de 1967 desvinculou os recursos da educação do orçamento da União, resultando na queda de recursos do Ministério da Educação de 10,6% em 1960, para 4,3 em 1975. Desde então os investimentos em educação encontram-se em patamares semelhantes daquele período, em leve ritmo de ascensão na última década conforme indica o **gráfico 87**.

Gráfico 87



Apenas em 1983, como decorrência das mobilizações para a redemocratização do país, o Congresso Nacional aprovou a Lei Calmon, que estabeleceu a vinculação automática dos recursos dos impostos, aplicando em educação o percentual mínimo de 13% pela União e 25% pelos Estados e Municípios. No **gráfico 88**, os gastos com educação por esfera de governo são indicados.

Gráfico 88



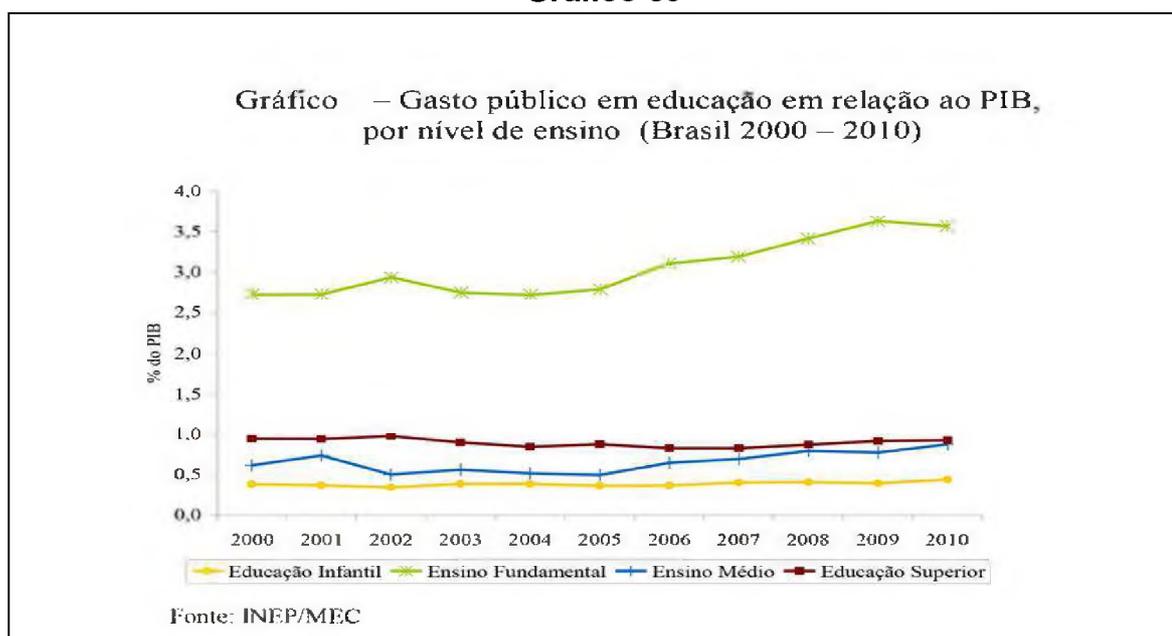
A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 definiram as responsabilidades de financiamento entre os entes da federação, assim como o regime de colaboração. Também em 1996 foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de 7 a 14 anos.

Em 2006, com a Lei nº 11.274 implantou-se o ensino de 9 anos, tornando o último ano da Educação Infantil, no 1º ano do Ensino Fundamental, sendo este obrigatório e financiado pelo FUNDEF, e logo em seguida em 2007, com a Lei nº 11.494 que instituiu e disciplinou o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, com vigência até 2020, criaram-se as condições reais para o financiamento da Educação Infantil, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos.

A criação dos fundos ampliou o acesso da população, principalmente no Ensino Fundamental, entretanto não garantiu a permanência dos alunos na escola e a qualidade do ensino, tanto que persistem os problemas de reprovação e evasão. Além disso, a baixa escolaridade da população, com poucos anos de estudo repercute negativamente no desenvolvimento dos alunos mais pobres.

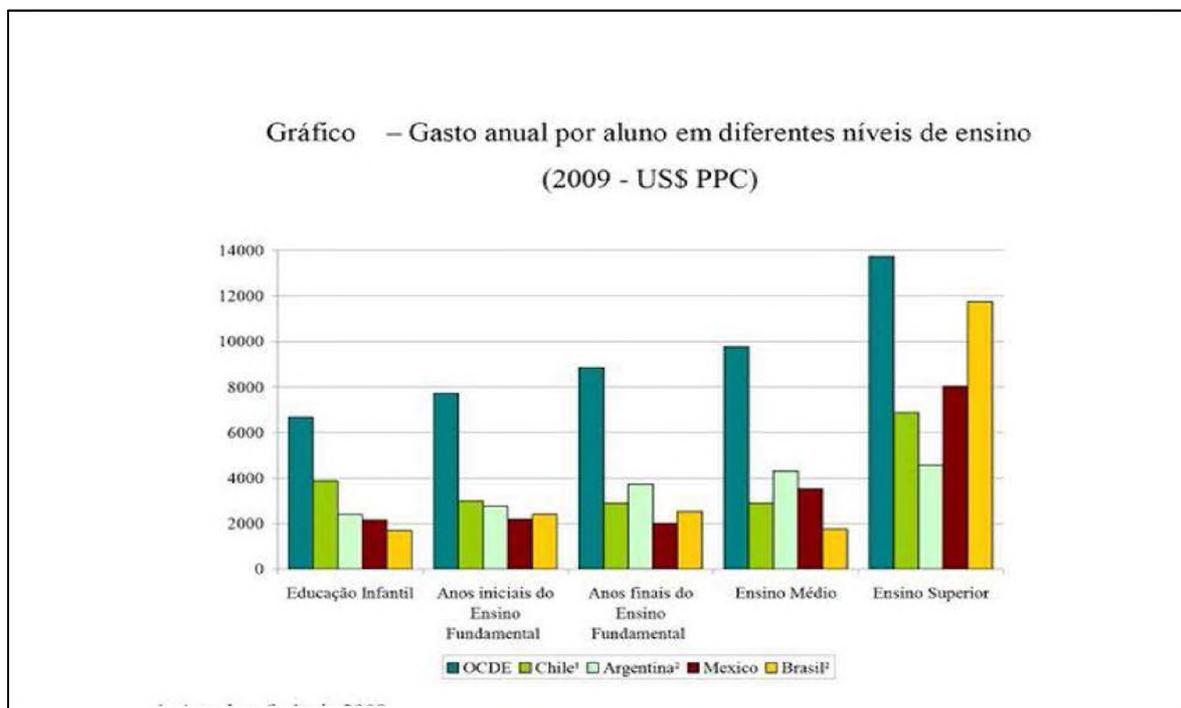
A tardia opção em financiar o ensino básico, e ainda restrito ao Ensino Fundamental impediu o acesso das camadas populares no ensino superior, conforme o **gráfico 89**.

Gráfico 89



Este investimento colocou o país próximo aos países da OCME⁵¹, conforme **gráfico 90**, porém o acesso a este nível de escolaridade se limitou aos filhos das elites que tiveram um ensino básico de qualidade nas escolas privadas.

Gráfico 90



Para que estes recursos representem qualidade de ensino é preciso investir na formação e na valorização dos professores, na redução do número de alunos por turma, na ampliação da jornada média diária, na melhoria das estruturas físicas das escolas, na ampliação da escolaridade da população adulta, melhorando o capital cultural dos alunos.

Diante de tantos desafios, os recursos estabelecidos atualmente não são suficientes, principalmente em um município como Franco da Rocha, que possui poucas vagas em creches, poucas áreas para construção de novos prédios, além de ter sofrido um processo injusto de municipalização das escolas estaduais de Ensino Fundamental I, pois os prédios foram transferidos pelo Governo Estadual, sucateados. No regime de colaboração não há garantia de vagas para os alunos em escolas próximas da residência, decorrendo em um custo elevado em transporte, em que pese o município ter a

⁵¹ OMCE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, composta por 31 países, entre estes Estados Unidos, Alemanha, França, Finlândia, Japão, Reino Unido.

responsabilidade de oferecer os terrenos para a construção das escolas de responsabilidade do Governo Estadual. .

O investimento em educação no município de Franco da Rocha

O dinheiro que abastece a educação municipal deriva de duas fontes principais. A primeira, responsável por cerca de 20% do total de verbas, é o salário-educação⁵², uma contribuição social feita pelas empresas ao governo com valor correspondente a 2,5% da folha de pagamento anual. Os outros 80% são compostos pelos demais impostos, que compõe os fundos, em especial o FUNDEB.

O FUNDEB assegura um mecanismo de financiamento que promove a inclusão de todas as crianças e jovens na educação básica, reduzindo as desigualdades e garantindo a valorizando dos profissionais da educação, com a definição do piso nacional para o magistério. É um fundo de natureza contábil, captando parte dos recursos dos estados e municípios e redistribuindo, de acordo com o número de alunos matriculados por nível de ensino.

Os recursos são distribuídos considerando o número de alunos da educação básica e os repasses financeiros condicionados ao número de alunos matriculados, indicados na **tabela 19**.

Tabela 19

FUNDEB/2015 - Estado de São Paulo – valor dos repasses aluno/Ano			
CRECHE INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	SÉRIES INICIAIS URBANA
4.413,50	3.395,00	3.395,00	3.395,00

⁵² O salário educação, instituído em 1964 é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados ao financiamento da educação pública. Está previsto no § 5º, do art. 202 da CF, regulamentado pelas Leis nºs 9424/96, 9766/98 e 11.457/07 e Decreto 6003/06.

Os recursos do FUNDEB são consumidos com o pagamento de professores e suporte pedagógico (60%), pagamento de funcionários e manutenção e funcionamento das escolas (27%), reformas e construções de novas escolas (6,6%), encargos sociais⁵³ (6%) e ações de pesquisa e desenvolvimento (0,4%).

Para avaliar se o valor repassado é suficiente para custear o serviço, apresenta-se um exemplo, qual seja, os custos e as quantidades das refeições oferecidas, apesar do FUNDEB não pagar pela totalidade destes. O valor mensal repassado para custear todas as despesas de uma criança/integral é de R\$ 367,79 (R\$ 4.413,50 : 12 meses), e este não é suficiente para pagar as 5 refeições diárias oferecidas que somam R\$ 21,10 (4,22 x 5) e R\$ 422,00 para 20 dias letivos (21,10 x 20). Considerando o repasse para a creche parcial, o valor mensal por criança passa para R\$ 282,91 (R\$ 3.395,00 : 12 meses), mas para 3 refeições por dia, no valor de R\$ 12,66 (4,22 x 3) e R\$ 253,20 para 20 dias letivos.

Este exemplo indica que é menos oneroso para a municipalidade abrir vagas parciais, pois proporcionalmente o valor recebido é maior para uma quantidade menor de serviço oferecido. Note-se ainda, que o custo refeição/aluno/dia é maior para as turmas de crianças de menor idade, sendo R\$ 9,18 para berçário I (0 a 1 ano), R\$ 7,42 para berçário II (1 ano), e R\$ 4,43 para maternal I e II (2 a 3 anos e 11 meses), resultando no valor médio de R\$ 4,22 utilizado nos cálculos apresentados.

Em 2014, o valor mensal repassado pelo FUNDEB para o custo/aluno/parcial do Ensino Fundamental (3.033,89/ano : 12 meses = 252,82/mês) foi proporcionalmente maior em relação ao repassado para o custo/aluno/integral da Educação Infantil (3.944,06/ano : 12 meses = 328,67/mês), porém, além do número maior de alunos matriculados no Ensino Fundamental (7.500), este nível de ensino é obrigatório.

O resultando da aplicação dos recursos considerando a receita geral da municipalidade de R\$ 236.634.000,00, em 2014 foram os seguintes:

- ✓ Total de despesas do município: R\$ 227.331.000,00 – 96%;
- ✓ Total de despesas com educação: R\$ 78.975.000,00 – 33%;

⁵³ Contribuições previdenciárias e trabalhistas;

- ✓ Total de despesas com o Ensino Fundamental: R\$ 57.233.000,00 – 24%;
- ✓ Total de despesas com a Educação Infantil: R\$ 21.742.000,00 – 9%;

Como o município de Franco da Rocha não consegue ter uma arrecadação significativa de recursos próprios, o FUNDEB passa a ser o maior e mais importante financiador da educação municipal, fato que reduz a capacidade de investimento do município, principalmente para reformar os prédios transferidos pela rede estadual, ampliar as vagas com novas construções para garantir o número ideal de alunos por turma⁵⁴, ampliar o tempo da jornada diária do aluno na escola e elevar os salários dos professores para além do piso nacional.

AÇÕES DA META 20

2015

UNIÃO: Aprovar a Lei de Responsabilidade Educacional;

MUNICÍPIO:

1. Adequar a legislação municipal à Lei de Responsabilidade Educacional, quando esta for aprovada;
2. Disponibilizar e traduzir as informações referentes à aplicação dos recursos em educação, possibilitando a fiscalização e o controle social;

2016

União: Implantar o Custo Aluno Qualidade Inicial – CAQi;

Município: Organizar os indicadores dos gastos educacionais que compõem o custo aluno do município, a fim de adequar-se à implantação do CAQi, usufruindo de todas as transferências obrigatórias e voluntárias;

União: Regulamentar por lei o regime de cooperação entre os entes federados (parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da CF);

Município: Estabelecer com o Governo Estadual pactos de cooperação antes da regularização da CF, em especial no atendimento à demanda e no ensino em continuidade;

2017

União: Implantar o custo aluno qualidade – CAQ;

⁵⁴ A Resolução SE 86/08 indica o número médio ideal de alunos por turma, sendo para o ensino Fundamental I 30 alunos;

Município: Organizar os indicadores dos gastos educacionais que compõe o custo aluno do município, a fim de adequar-se à implantação do CAQ, usufruindo de todas as transferências obrigatórias e voluntárias;

2019

União: Atingir 7% do PIB com a educação;

Município: Projetar os gastos com a educação municipal, considerando a ampliação dos recursos de modo a garantir um ensino de qualidade;

2024

União: Atingir 10% do PIB com a educação;

Município: Projetar os gastos com a educação municipal, considerando a ampliação dos recursos de modo a garantir um ensino de qualidade;

CONCLUSÃO

Ler e escrever, aos oito anos é a forma de garantir o desenvolvimento pleno de toda criança da cidade, pois dominar a linguagem escrita é a condição primeira de cidadania na sociedade moderna. Com educação o indivíduo tem condições para transformar a sua realidade. E este é o desafio deste Plano.

Para tanto, é preciso construir escolas suficientes e de qualidade para atender toda a demanda, reduzindo o número de alunos por sala, ofertando mais tempo de aprendizado e oferecendo aos professores boas condições de trabalho.

Tais construções, em que pese a dificuldade de áreas públicas disponíveis, foram propostas em várias regiões da cidade, e os projetos apresentados para os Governos Estadual e Federal, com destaque para as creches, possibilitarão a ampliação do atendimento. Vale destacar que a vaga em creche também cria a possibilidade de promover a autonomia da mulher. Além disso, serão construídas novas escolas e ampliadas as já existentes, para atender toda a demanda de 4 e 5 anos.

Para melhorar as condições estruturais dos prédios os recursos financeiros foram descentralizados para as Associações de Pais e Mestres - APMs, facilitando a manutenção geral das Unidades Escolares e fortalecendo a gestão democrática, diante da possibilidade da participação da comunidade escolar na aplicação dos recursos.

No nível I do Ensino Fundamental, a parceria com as Escolas Estaduais, principalmente aquelas que ainda atendem parte destes alunos se fortalece e, paulatinamente, com a colaboração do Governo Estadual, a demanda será assumida totalmente pelo município.

Gradativamente, o ensino de tempo integral na rede municipal, se concretiza por meio do Programa Mais Educação do Governo Federal e, os programas de alfabetização de jovens e adultos são ampliados, para atender aos jovens que estão excluídos do mercado de trabalho, por não terem qualquer qualificação.

Como política de educação, o currículo da rede municipal de ensino, que prevê a formação permanente dos profissionais e o fortalecimento da gestão democrática, se constrói na busca por uma escola inclusiva e de qualidade.

ÍNDICE DAS TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 01 - Evolução do número de habitantes entre 1970 e 2014	031
Tabela 02 - Distribuição das moradias em área de risco	034
Tabela 03 - Panorama da educação municipal de 1992 a 2014	054
Tabela 04 - Evolução das matrículas na educação infantil até 2015	061
Tabela 05 - Escolas existentes de EI que atendem a faixa etária 0 a 3	062
Tabela 06 - Novas construções em andamento	064
Tabela 07 - Propostas de ampliação dos prédios já existentes	064
Tabela 08 - Escolas do ensino médio, por número de alunos no município	083
Tabela 09 – Atendimento em tempo integral nas escolas municipais	099
Tabela 10 - Ambientes das escolas municipais transformados em sala de aula	105
Tabela 11 - IDEB séries iniciais por escola da rede municipal	106
Tabela 12 - IDEB séries iniciais por escola da rede estadual	107
Tabela 13 - IDEB séries iniciais, rede estadual, índices comparativos	107
Tabela 14 - IDEB séries finais, rede estadual, índices comparativos	109
Tabela 15 - IDEB séries finais, rede estadual, metas projetadas	110
Tabela 16 - IDEB Ensino Médio, rede estadual, índices comparativos	111
Tabela 17 – Rendimento das Escolas Públicas	118
Tabela 18 – Salários de profissionais com Ensino Superior	135
Tabela 19 – Repasses FUNDEB por aluno	147
Gráfico 01 - Nível de contribuição dos participantes da conferência por meta	013
Gráfico 02 - Nível de concordância dos participantes na meta 1	014
Gráfico 03 - Índice de participantes da meta 1, com sugestões	014
Gráfico 04 - Nível de concordância dos participantes nas metas 2 e 5	015
Gráfico 05 - Índice de participantes das metas 2 e 5, com sugestões	015
Gráfico 06 - Nível de concordância dos participantes na meta 3	015
Gráfico 07 - Índice de participantes da meta 3, com sugestões	015
Gráfico 08 - Nível de concordância dos participantes na meta 4	016
Gráfico 09 - Índice de participantes da meta 4, com sugestões	016
Gráfico 10 - Nível de concordância dos participantes na meta 6	018
Gráfico 11 - Índice de participantes da meta 6, com sugestões	018
Gráfico 12 - Nível de concordância dos participantes na meta 7	018
Gráfico 13 - Índice de participantes da meta 7, com sugestões	018
Gráfico 14 - Nível de concordância dos participantes nas metas 8 e 9	019
Gráfico 15 - Índice de participantes das meta 8 e 9, com sugestões	019
Gráfico 16 - Nível de concordância dos participantes nas metas 10 e 11	020

Gráfico 17 - Índice de participantes das metas 10 e 11, com sugestões	020
Gráfico 18 - Nível de concordância dos participantes das metas 12 a 16	020
Gráfico 19 - Índice de participantes das metas 12 a 16, com sugestões	020
Gráfico 20 - Nível de concordância dos participantes nas metas 17 e 18	021
Gráfico 21 - Índice de participantes das metas 17 e 18, com sugestões	021
Gráfico 22 - Nível de concordância dos participantes nas metas 19 e 20	022
Gráfico 23 - Índice de participantes das metas 19 e 20, com sugestões	022
Gráfico 24 - População residente em Franco da Rocha por faixa etária	032
Gráfico 25 - Índice de desenvolvimento humano de Franco da Rocha	036
Gráfico 26 - Ocupação do solo nas Unidades de Preservação Ambiental	038
Gráfico 27 - Taxa de desemprego em comparação ao Estado e o país	039
Gráfico 28 - Pessoas ocupadas por posição de ocupação em 2010	040
Gráfico 29 - Distribuição das principais causas de óbito de 2005 e 2010	042
Gráfico 30 - Número de óbitos por causas externas de 2011 e 2012	043
Gráfico 31 - Domicílios na área urbana com acesso a serviços	045
Gráfico 32 - Famílias beneficiadas com transferência de renda em 2015	046
Gráfico 33 - Atendimento no serviço de proteção e integral a família (PAIF)	047
Gráfico 34 - Indivíduos cadastrados no MEI	048
Gráfico 35 - Atividades dos MEIs no CadÚnico em Franco da Rocha	049
Gráfico 36 - Distribuição da população carcerária	051
Gráfico 37 - Evolução das receitas tributárias próprias de 2009 a 2012	052
Gráfico 38 - Evolução total das receitas de 2007 a julho de 2013	053
Gráfico 39 - Comparação das receitas próprias com o total das receitas	053
Gráfico 40 - Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos na E.I. no país	059
Gráfico 41 - Porcentagem de crianças de 4 e 3 anos na E.I. no país	059
Gráfico 42 - Matrícula na educação infantil no município até 2012	060
Gráfico 43 - Demanda não atendida na E.I. de 4 e 5 anos	061
Gráfico 44 - Aprendizagem adequada em leitura no 3º ano do E.F.	068
Gráfico 45 - Aprendizagem adequada na escrita no 3º ano do E.F.	068
Gráfico 46 - Aprendizagem adequada em matemática no 3º ano do E.F.	068
Gráfico 47 - Matrículas no E. F. por dependência administrativa no país.	070
Gráfico 48 - Matrículas no E. F. por dependência administrativa no estado.....	070
Gráfico 49 - Matrículas no E. F. nas séries iniciais (estado/município)	070
Gráfico 50 - Matrículas de 6 a 14 anos no ensino fundamental (país)	072
Gráfico 51 - Jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental	072
Gráfico 52 - Evolução de matrículas do E. F. no município	074
Gráfico 53 - Atendimento no Ensino Fundamental no município	075

Gráfico 54 - Matrícula do 6º ao 9º por unidade administrativa	077
Gráfico 55 - Jovens de 15 a 17 anos na escola	081
Gráfico 56 - Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio	081
Gráfico 57 - Matrículas no Ensino Médio, no município 2000/2014	082
Gráfico 58 - Taxa de abandono do ensino médio, por rede de atendimento.....	083
Gráfico 59 - Matrículas no ensino médio por turno 2007/2014	084
Gráfico 60 – Escolas públicas com tempo integral.....	097
Gráfico 61 – Matrículas com tempo integral em escolas públicas.....	097
Gráfico 62 – IBEB anos iniciais do Ensino Fundamental.....	103
Gráfico 63 – IBEB anos finais do Ensino Fundamental.....	103
Gráfico 64 – IBEB Ensino Médio	103
Gráfico 65 – IBEB comparativo escolas municipais e estaduais, séries iniciais....	108
Gráfico 66 – IBEB metas projetadas, séries iniciais.....	108
Gráfico 67 – Taxa de alfabetização.....	116
Gráfico 68 – Taxa de analfabetismo funcional.....	116
Gráfico 69 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos	116
Gráfico 70 – Taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais	118
Gráfico 71 – Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental.....	119
Gráfico 72 – Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio.....	119
Gráfico 73 – Matrículas de EJA no E. F. integradas à Educação Profissional.....	123
Gráfico 74 – Matrículas de EJA no E. M. integradas à Educação Profissional.....	123
Gráfico 75 – Matrículas de Educação Profissional Técnica.....	123
Gráfica 76 – Novas matrículas de E. Profissional Técnica na Rede Pública.....	123
Gráfico 77 – Matrículas na E. Sup. em relação à população de 18 a 24 anos.....	128
Gráfico 78 – Matrículas da população de 18 a 24 anos na E. Superior	128
Gráfico 79 – Número de mestres titulados.....	129
Gráfico 80 – Mestres e doutores no corpo docente das Inst. de E. Superior.....	129
Gráfico 81 – Número de doutores titulados.....	130
Gráfico 82 – Doutores no corpo docente das Inst. de E. Superior.....	130
Gráfico 83 – Professores da E. Básica com Curso Superior.....	130
Gráfico 84 – Profs. dos anos finais do E.F. c/ licenciatura	130
Gráfico 85 – Professores da Educação Básica com Pós-Graduação.....	130
Gráfico 86 – Rendimento médio dos Profs. da Educação Básica.....	135
Gráfico 87 – Gasto Público com Educação – PIB.....	143
Gráfico 88 – Participação das esferas de Governo nos gastos com Educação...	143
Gráfico 89 – Gasto com Educação por nível de Ensino.....	145
Gráfico 90 – Comparativo em países dos investimentos em Educação	146

BIBLIOGRAFIA

MARTINS, Angela Maria - Uma análise da municipalização do ensino no Estado de São Paulo, Fundação Carlos Chagas Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Santos;

MEC - Diretrizes Curriculares Nacionais.

Ensino Fundamental de Nove Anos, orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade, Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica - Brasília 2007;

Site: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica;

Fundação Roberto Marinho e Ministério da educação, 1990. Professor da pré-escola, Volume II;

PARO, Vitor Henrique – Crítica da Estrutura da Escola, Editora Cortez, 2011;

PARO, Vitor Henrique – Por dentro da Escola Pública, Editora Zamã VM, 2000

PEREIRA, Eduardo Tadeu – Educação política, Editora Alínea, 2008;

GOES, Moacyr, CUNHA, Luiz Antonio – O Golpe na Educação, Editora Jorge Zahar, 1985;

Observatório do PNE. Site: <http://www.observatoriodopne.org.br/>;

Fora da Escola Não Pode. Site: <http://www.foradaescolanaopode.org.br/home>;

	REGIÃO 1	REGIÃO 2	REGIÃO 3	REGIÃO 4
	Aldeia Ivoturucuia e MST C. Bom Tempo Jardim Bandeirantes Jardim das Colinas Portal das Alamedas Parque Santa Delfa Vila Leopólis Jardim dos Lagos I e II Parque Eucaliptos Jardim Luciana Vila Santista J. Rosim. (Sobradinho) Chácara do Rosário e Rutina Recanto da Lapa Resid. Villa Verde Sítio Borda da Mata	Centro Baixo Jardim Vera Cruz Vila Linhart Fazenda Belém Jardim Cruzeiro J.Jaboticabeiras Vila Olinda Vila Rosa Vila Rosalina Vila Humbelina Vila São Benedito	Jardim Alice Jardim União Vila Josefina Vila Bazu Sítio Marlene Sítio Rosimeire Jorge Verpa Jardim Santa Filomena	Jardim dos Reis Parque Montreal Parque Paulista Vila Ida J. Cedro do Libano Vila Bela Vila Sonia Vila Margarida Jardim Alpino Jardim Elba Vila Irma
Creche 0 a 3 anos	EMEB Carlos Eduardo	EMEB Paulo Benevides EMEB Noel Rosa	EMEB Mariana Thomaz EMEB Oscar Lustosa	EMEB Cecília Meireles EMEB Guido Souza
Pré escola 4 e 5 anos	EMEB Cevero EMEB Aleksandra EMEB Carlos Eduardo EMEB Gracialiano Ramos	EMEB Érico Veríssimo EMEB Euclides da Cunha EMEB Paulo Benevides	EMEB Florestan Fernandes EMEB Nelson Rodrigues EMEB Mariana Thomaz	EMEB Antonio C. Jobim EMEB Machado de Assis EMEB Francisco Brandão EMEB Guido Souza EMEB Mário Quintana
Fundamental I 6 a 10 anos	EMEB Luiz Simionato EE Adail EMEB Aleksandra EMEB Min. Sergio Mota	EMEB Nilza Dias EE Benedito Tavares	EMEB Dionisio Bovo Elvira P. Manga	EMEB Alceu Anzelotti EMEB Maria Hernandez
Fundamental II 11 a 14 anos	EE Pedro Leis EE Adail EE Luiz Alexandre	EE Benedito Tavares	EE Isaura Botto EE Elvira P. Manga	EE Iraci Sartori EE Jocimara EMEB Min. Paulo Renato
Ensino Médio 15 a 17 anos	EE Pedro Leis EE Adail EE Luiz Alexandre	EE Benedito Tavares	EE Isaura Botto EE Elvira P. Manga	
	REGIÃO 5	REGIÃO 6	REGIÃO 7	REGIÃO 8
	Jardim Lago Azul Estância Lago Azul Vila Comerciairos Chácara São Luiz Vila Elisa Jardim Luiza Portal da Estação	Parque São José Vila Guarani Vila Lemar Vila Ramos Parque Vitória Parque Pretória Parque Munhoz Parque Machado Vila Machado Mato Dentro	Vila Lanfranchi Parque Lanel Vila Palmares Green Valley Monte Verde Progresso Alto Jardim Primavera Vila Santa Rosa	Vila Amália Centro Alto Vila Arthur Sestini Jardim Benitendi Vila Carmela Vila Nita V. Franco de Túlio Vila Martinho Pouso Alegre Progresso Baixo Vila Zanela
Creche 0 a 3 anos	EMEB Tereza Barqueta	EMEB Oduvaldo Viana EMEB Telma Simas	EMEB José Seixas EMEB Jdim Progresso	EMEB Antonio Faria EMEB Prof Izildinha EMEB Roberto Meconi
Pré escola 4 e 5 anos	EMEB Janete Assump. EMEB Tereza Barqueta	EMEB Clarice Lispector EMEB Heitor V. Lobos EMEB José Mauro EMEB Palmiro Gaborim EMEB Telma Simas	EMEB Aduino EMEB José Seixas	EMEB Ana Casemiro EMEB Antonio Faria EMEB Dulce Moreira EMEB Prof Izildinha EMEB Roberto Meconi
Fundamental I 6 a 10 anos	EMEB Juvenal Gomes EE Ivone dos Anjos EMEB José Augusto	EMEB Pdre Egidio EMEB Palmiro Gaborim EE Adamastor Baptista EE Pque Vitória IV	EMEB Arnaldo Guassieri EMEB Paulo Cardoso	EMEB Donald Savazoni EE Domingos Cambiaghi
Fundamental II 11 a 14 anos	EE Ivone dos Anjos EE Zilton Bicudo	EE Paulo Duarte EE Adamastor Baptista EE Azevedo Soares EE Pque Vitória IV EE Paulo Duarte	EE Katia Maria	EE Domingos Cambiaghi EE BEFAMA EE Rituco
Ensino Médio 15 a 17 anos	EE Ivone dos Anjos EE Zilton Bicudo	EE Adamastor Baptista EE Azevedo Soares EE Paulo Duarte	EE Katia Maria	EE BEFAMA EE Rituco